



PROFHISTÓRIA

MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

JOÃO JORGE DE MARTINI MORAES

MUSEU DOS NEGACIONISMOS DA
ESCRAVIDÃO: UMA CONTRIBUIÇÃO À
HISTÓRIA PÚBLICA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Outubro / 2022



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA
PROFHISTÓRIA**

**MUSEU DOS NEGACIONISMOS DA ESCRAVIDÃO: UMA CONTRIBUIÇÃO À
HISTÓRIA PÚBLICA**

JOÃO JORGE DE MARTINI MORAES

Uberlândia, Outubro de 2022

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

M827
2022 Moraes, João Jorge De Martini, 1991-
Museu dos Negacionismos sobre Escravidão [recurso
eletrônico] : uma contribuição à História Pública / João
Jorge De Martini Moraes. - 2022.

Orientador: Amon Pinho.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de
Uberlândia, Mestrado Profissional em Ensino de História.

Modo de acesso: Internet.

Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2022.652>

Inclui bibliografia.

Inclui ilustrações.

1. História. I. Pinho, Amon, 1970-, (Orient.). II.
Universidade Federal de Uberlândia. Mestrado
Profissional em Ensino de História. III. Título.

CDU: 930

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:
Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
 Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História
 Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1H, 2º piso, Sala 1H50 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902
 Telefone: (34) 3239-4395 - inhis@ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Ensino de História				
Defesa de:	Mestrado Profissional, 9, PPGEH				
Data:	Vinte e nove de novembro de dois mil e vinte e dois	Hora de início:	14:30	Hora de encerramento:	17:00
Matrícula do Discente:	12012HRN006				
Nome do Discente:	João Jorge De Martini Moraes				
Título do Trabalho:	Museu dos Negacionismos da Escravidão: uma contribuição à História Pública.				
Área de concentração:	Ensino de História				
Linha de pesquisa:	Linguagens e Narrativas Históricas: Produção e Difusão				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	Filosofia e Educação em Agostinho da Silva: Demarcando um campo conceitual				

Reuniu-se, na Sala 1H48, Campus Santa Mônica, da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Ensino de História, assim composta: Professores Doutores: Amon Santos Pinho - INHIS/UFU, orientador do candidato e Ana Flávia Cernic Ramos - INHIS/UFU; O professor Fernando Felizardo Nicolazzi - UFRGS participou desde a cidade de Porto Alegre.

Iniciando os trabalhos o presidente da mesa, Dr. Amon Santos Pinho, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato, agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos examinadores, que passaram a arguir o candidato. Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o candidato:

Aprovado.

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de **Mestre**.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Amon Santos Pinho, Professor(a) do Magistério Superior**, em 29/11/2022, às 17:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Flavia Cernic Ramos, Professor(a) do Magistério Superior**, em 29/11/2022, às 17:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Felizardo Nicolazzi, Usuário Externo**, em 29/11/2022, às 17:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4035677** e o código CRC **11610180**.

JOÃO JORGE DE MARTINI MORAES

**MUSEU DOS NEGACIONISMOS DA ESCRAVIDÃO: UMA CONTRIBUIÇÃO À
HISTÓRIA PÚBLICA**

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Ensino de História – PROFHISTÓRIA/UFU, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Área de concentração: Ensino de História

Orientador: Professor Doutor Amon Santos Pinho.

Uberlândia, outubro de 2022

Eu só peço a Deus
Que a dor não me seja indiferente
Que a morte não me encontre um dia
Solitário sem ter feito o que eu queria
[...]
Eu só peço a Deus
Que a injustiça não me seja indiferente
Pois não posso dar a outra face
Se já fui machucado brutalmente
[...]
Eu só peço a Deus
Que a mentira não me seja indiferente
Se um só traidor tem mais poder que um povo
Que este povo não esqueça facilmente

(Mercedes Sosa e Beth Carvalho)

RESUMO

O presente trabalho visa refletir sobre as contribuições que uma exposição via museu virtual pode trazer ao debate público acerca dos negacionismos da escravidão afro-brasileira. Para tanto é investigada a existência de discursos negacionistas acerca da temática nas obras *O Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil* (2009), do jornalista Leandro Narloch, e *Brasil: A Última Cruzada* (2017), da empresa Brasil Paralelo. Mobiliza, para tal análise crítica, diversos autores vinculados aos campos da Teoria da História, História do Tempo Presente, História Pública e Didática da História. Tanto na parte escrita do trabalho quanto no componente propositivo (a exposição virtual), o objetivo incide em não apenas identificar os falseamentos do passado, mas buscar compreender as possíveis motivações por trás destes abusos do passado. Neste sentido, almeja-se explicitar ao público a insustentabilidade destes discursos, bem como seus prejuízos à *consciência histórica* de nossa sociedade.

Palavras-chave: Ensino de História; Cultura visual, mídias e linguagens; Negacionismo; Escravidão; Cultura Histórica; Museu Virtual.

ABSTRACT

The present work aims to reflect on the contributions that an exhibition by a virtual museum can bring to the public debate about the historical negationism of Afro-Brazilian slavery. For such purpose, the existence of negationist discourses on the subject is investigated in the works *O Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil* (2009), by journalist Leandro Narloch, and *Brasil: A Última Cruzada* (2017), by the company Brasil Paralelo. It mobilizes, for such critical analysis, several authors linked to the fields of Theory of History, History of the Present Time, Public History and History Didactics. Both in the written part of the work and in the propositional component (the virtual exhibition), the objective is not only to identify the falsifications of the past, but to seek to understand the possible motivations behind these past abuses. In this sense, the aim is to explain to the public the unsustainability of these discourses, as well as their damage to the *historical consciousness* of our society.

Keywords: Teaching History; Visual culture, media and languages; Historical negationism; Slavery; Historical Culture; Virtual Museum.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas e todos que me apoiaram e contribuíram para a consolidação deste trabalho e do cumprimento desta etapa formativa em minha vida pessoal e profissional.

Neste momento, tão próximo à conclusão do mestrado, é inevitável deixar de fazer um balanço do quão relevante me foi essa experiência. Em fins de 2019, me encontrava já há seis anos lecionando na educação básica. Daquela perspectiva, me enxergava um veterano professor que havia acumulado suficiente experiência para entender que trabalhar com ensino de história é uma constante e saudável crise, na qual sempre sentimos que, de certa forma, nossos esforços são insuficientes para promover um aprendizado significativo; o que, no entanto, me servia mais como uma motivação para buscar melhorar, para lecionar para meus futuros alunos do que um reconhecimento de fracasso. Foi nesse ensejo que me reaproximei da vida acadêmica participando de eventos e, também assim, o antigo sonho de fazer um mestrado reacendeu quando descobri, por intermédio de minha namorada, o ProffHistória. Eu já havia ensaiado iniciar a pós-graduação algumas vezes, mas nunca havia encontrado uma proposta de programa que se encaixasse tão adequadamente no que buscava. Na graduação, me vi diante da difícil escolha entre seguir a carreira acadêmica ou a docência. O fato de não poder seguir as duas, o que me parecia categórico na época, sempre me incomodou. Portanto, um programa de mestrado que tem como objetivo proporcionar ao professor uma oportunidade de tornar sua própria prática docente um objeto de estudo é o que eu almejava desde então.

Assim, gostaria de agradecer primeiramente ao ProffHistória (bem como a todos os envolvidos em sua consolidação) por, acima de tudo, me possibilitar cursar a pós-graduação e me proporcionar uma nova perspectiva pessoal e profissional. Ainda que as condições em que se deu o curso não tenham sido as que esperávamos, levando em conta o contexto da pandemia e de todos seus desdobramentos na nossa rotina; reconheço o tanto que aprendi e precisei me reinventar ante os desafios de conciliar as aulas na educação básica com os estudos e elaborar um produto a fim de aprimorar o ensino de história.

Agradeço à Viviane, minha namorada, por ser quem mais me incentiva e torce pelo meu sucesso; por compartilhar comigo os sabores e dissabores da docência e da pós-graduação; por me entender e me motivar a persistir sempre; por saber ouvir as ideias mais loucas (como um museu dos negacionismos me pareceu no início) e me ajudar a erigi-las; por enxergar, mesmo quando eu não consigo, o que há de melhor no que faço; por criticar com

inteligência e empatia quando sabe que posso, respeitando os meus limites, amadurecer; por tornar a vida ainda mais bonita de ser vivida.

Agradeço à minha mãe, Dalva (*in memorian*), minha eterna professora, pelo modelo de caráter e pela forma como me ensinou a lidar com o mundo. Sua presença em minha vida foi o que me permitiu chegar até onde estou hoje, e seu exemplo é o que me guia rumo ao amanhã.

Agradeço ao meu pai, Jorge, por ser um dos meus alicerces; por sempre ter os conselhos que eu preciso ouvir; por ser em quem eu me espelho na busca pelo conhecimento; por participar ativamente de cada etapa da minha vida pessoal e profissional com muito entusiasmo.

Agradeço à minha família, em especial aos meus avós Pedro (*in memorian*), Leontina (*in memorian*) e Antônia, e à minha tia Leonora por nunca medirem esforços ao contribuírem na minha formação, sempre proporcionando respeito, cuidados, segurança e amor.

Agradeço também à dona Maria, senhor Antônio e dona Maricildes, família que me acolhe e estima. O carinho e afeição que cultivo por vocês, por maior que seja, nunca lhes pagará tamanha generosidade e benevolência.

Agradeço à Mariana, minha amiga e “gêmea”, por me ajudar a me achar no meio do caos que foram os últimos anos e a canalizar todos os impulsos criativos.

Agradeço à Maria Júlia, minha ex-aluna, amiga e artista preferida, por comprar a ideia e me ajudar a dar forma ao Museu dos Negacionismos da Escravidão, emprestando tão generosamente sua criatividade e seus traços.

Agradeço a todas as professoras e professores do ProfHistória que direta ou indiretamente contribuíram para ampliação de meus horizontes e na produção deste trabalho. Cabe mencionar, em especial, as professoras Ana Flávia Cernic Ramos, Ana Paula Spini, Aléxia Pádua Franco e Mara Regina do Nascimento, que colaboraram mais concretamente com minha pesquisa.

Agradeço a todas e todos os interlocutores com quem estabeleci diálogos e com quem muito aprendi nos eventos que pude participar ao longo dos últimos três anos. Destaco, porém, a importância do aporte intelectual dos professores Rogério Rosa, Rebeca Gontijo, Ana Flávia Cernic Ramos e Fernando Nicolazzi para o resultado final.

Agradeço imensamente aos meus colegas de turma que partilharam de grande parte da experiência do ProfHistória, mesmo que à distância. Ainda que todos tenham tido um lugar fundamental nos apoiando e ajudando mutuamente nas aulas, conversas e reuniões virtuais,

um agradecimento especial ao Adriano, à Ianni, ao Daniel e ao Marcos com quem estabeleci um vínculo mais estreito.

E, por fim, ao professor Amon por ser o primeiro a dimensionar a nova experiência que sobreviria logo na primeira aula nos convidando a um exercício de ensimesmamento; pelas importantes leituras e explicações durante as aulas; pela exímia competência em saber dialogar e me direcionar; pelas contribuições incisivas que foram imprescindíveis à qualidade do meu trabalho; e, acima de tudo, pela amizade e respeito com que conduziu a orientação ao longo do curso.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1.1. Negacionismo	17
1.2. Origens do Negacionismo	18
1.3. Conceituando o Negacionismo	23
1.4. O Negacionismo enquanto objeto de pesquisa	29
CAPÍTULO 2 – AS FORMAS DE APRESENTAÇÃO DO NEGACIONISMO DA ESCRAVIDÃO	49
2.1. O Negacionismo do Holocausto no Brasil - o caso da Revisão Editora	49
2.2. O Caso Narloch	54
2.2.1. O Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil	55
2.2.1.1. A Estética	55
2.2.1.2. A Tese	59
2.2.1.3. A Escrita	60
2.2.1.4. O negacionismo a serviço do “politicamente incorreto”	63
2.3. O Caso Brasil Paralelo	73
2.3.1. Brasil: A Última Cruzada	77
2.3.2 A Estética	78
2.3.3. A concepção histórica	82
2.3.4 O negacionismo a serviço da nostalgia imperial	84
CAPÍTULO 3 – O MUSEU DOS NEGACIONISMOS DA ESCRAVIDÃO	96
3.1. Por que um museu?	102
3.2. Como um museu?	108
3.2.1. Reflexão	110
3.2.2. Arquitetura de um Negacionismo	112
3.2.3. Negacionismos expostos	116
CONSIDERAÇÕES FINAIS	133
FONTES	139
REFERÊNCIAS	140

INTRODUÇÃO

No ano de 2009, inspirado por toda uma trajetória de boas experiências com o aprendizado em História, acumulado pelo ensino fundamental e médio, ingressei na graduação. Desde a infância carregava um imenso carinho pela disciplina. Recordo-me que, sendo filho de uma professora, mesmo antes de frequentar a escola, já tinha contato (e me encantava) com a mitologia grega, Cleópatra, as guerras mundiais etc., e não perdia oportunidades de consumir essas referências em programas de televisão, filmes, gibis da turma da Mônica e livros como os de Monteiro Lobato. Essa afeição aumentou ainda mais, quando ingressei no colégio e passei a ter aulas sobre aqueles temas e muitos outros que se apresentavam, o que gerou uma crescente expectativa de dar continuidade aos meus estudos nessa área no ensino superior. Todavia, a esperança de me aprofundar na História que aprendia no ensino básico foi, de certa forma, frustrada, quando comecei a faculdade. O que me apresentaram era uma História muito mais complexa, cada evento sendo interpretado por múltiplos e diferentes olhares. A profissão de historiador se mostrava muito mais sóbria do que eu imaginava, havia uma série de termos como fontes primárias, método, análise crítica das fontes, contraposição de autores, anacronismo, metodologia, historiografia etc. E isso implicava em regras que deveriam ser seguidas para estudar e escrever sobre o passado. Tudo isso me foi, além de inédito, muito desafiador e instigante.

Também em 2009, o conhecido jornalista Leandro Narloch – cujo trabalho como escritor (e editor) nas revistas *Superinteressante* e *Aventuras na História* eu já havia consumido durante uma boa parte da adolescência – publicava um livro denominado *Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil*, que viria a se tornar, em poucas semanas, um dos grandes *best-sellers* naquele ano, alcançando a marca de mais de 100 mil exemplares vendidos. O referido livro, em sua contracapa, se autoconfigurava como um guia para exaltar uma história que se opunha à chamada “historiografia politicamente correta”, dando voz às supostas virtudes dos vilões e destacando os erros “das vítimas e dos heróis da bondade”. Nesta pequena descrição ainda sobressaia-se a pretensão de não querer “ser um falso estudo acadêmico, como o daqueles estudiosos [entende-se por historiadores], e sim uma provocação. Uma pequena coletânea de pesquisas históricas sérias, irritantes e desagradáveis, escolhidas com o objetivo de enfurecer um bom número de cidadãos”. O empreendimento do jornalista de abordar a História por um declarado viés revisionista se mostrou um sucesso em uma perspectiva comercial, ao ponto de tornar-se um projeto de fôlego, desdobrando-se em novos volumes de uma série de *Guias Politicamente Incorretos*.

Enquanto me formava como historiador e professor, aprendendo que todo aquele metucioso rigor ao tratar do passado era fundamental, entre tantos motivos, para preservar uma fidelidade ao que nos foi legado por aqueles que nos antecederam, centenas de milhares de leitores aprendiam com um jornalista que historiadores e professores de história [re]produzem apenas uma fórmula de visualizar o passado que é “simplista” e atende a um “jogo de interesses” de viés político-econômico, ao interpretar tudo sob a perspectiva de uma luta de classes.

Concluí a graduação e, uma vez na docência, deparava-me com a dissonância de alguns alunos que me questionavam durante as aulas o porquê eu “defendia” a existência de uma “suposta ditadura” no Brasil, fruto de uma conspiração de interesses políticos; enquanto elaborava reflexões sobre os cuidados de se resguardar o passado em uma especialização em “Museografia e Patrimônio Cultural Brasileiro” que cursava.

Outro ano emblemático em minha carreira foi o de 2017, quando voltei a estreitar laços com a universidade, participando de alguns eventos promovidos pelo programa de graduação e pós-graduação em História da Unesp de Franca (faculdade onde me formei). Dentre os eventos, destaco a XXI Semana de História com o tema *Usos Públicos e Políticos da História e o Papel do Historiador*. Na ocasião, o que era inédito para mim, vi a Academia não só percebendo a conjuntura dos usos públicos do passado como se preocupando em traçar estratégias de ação (o papel do historiador ante tais mudanças). Em dezembro do mesmo ano, ocorreria o lançamento de mais uma série de vídeos da empresa *Brasil Paralelo*, intitulada *Brasil: A Última Cruzada*, que chegava (aos meus e muitos outros alunos) com a promessa de ser o “maior resgate histórico já produzido pelo nosso país”, embora seguisse o mesmo viés político-ideológico já apresentado em dezenas de outras obras desde o *Guia*.

Só tive contato com esse material no ano de 2019. Ocorre que também foi quando, uma década depois, voltei oficialmente à universidade como um aluno ouvinte na disciplina optativa “Introdução a questões contemporâneas da teoria da história”, ministrada pelo Prof. Dr. João Rodolfo Munhoz Ohara. Nessas aulas, pude entender melhor sobre aquelas terminologias da graduação e como a própria concepção de “fazer História” veio sendo ressignificada ao longo dos tempos. E que o ofício do historiador, apesar de se ancorar em fatos imutáveis, tem uma certa liberdade para criar uma narrativa, enredando-os a fim de produzir sentido (o que explica em boa parte as divergências interpretativas sobre uma mesma temática). Foi também nessa disciplina que aprendi (embora já tivesse presenciado na prática) que essa atribuição não compete exclusivamente aos historiadores. Profissionais de outras áreas se dispõem a interpretar o passado, muitas vezes com perspectivas próprias e

divergentes. No entanto, enquanto algumas dessas análises destoam do cânone historiográfico apenas por estabelecer relações diferentes entre os fatos, outras, em outro nível, suprimem ou negam desonestamente os próprios fatos para construir sua argumentação (negacionismos).

A partir dessa compreensão, consegui visualizar em que chave se dava a argumentação do *Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil* e da *Brasil: A Última Cruzada* da Brasil Paralelo, que tanto contribuiu para criar uma geração de alunos que olham com desconfiança para seus professores, e de tantas outras produções que seguiam a mesma segmentação.

A esse paralelo descrito acima entre a minha trajetória pessoal, acadêmica e profissional e a das fontes que me proponho a analisar, cabe, dentre tantos, um questionamento elementar: que tipo de História eu estaria consumindo caso não tivesse ingressado neste curso? E, para além disso, é essa História que tantas outras pessoas que se interessam pelo tema, embora não tenham ingressado na academia, devem consumir?

O texto a seguir se concretiza à luz da pesquisa intitulada *Museu dos Negacionismos da Escravidão: uma contribuição à História Pública*, cujo objetivo central é compreender, a partir das fontes escolhidas, como e por que se dão os negacionismos acerca da escravidão brasileira e, mediante essa reflexão, construir, através de uma curadoria, uma exposição virtual que explicita ao público de forma didática os impactos de tais discursos.

No primeiro capítulo, de caráter mais teórico, procurou-se explorar o Negacionismo enquanto conceito e fenômeno histórico. Para tal fim, mobilizou-se a concepção rüseniana da formação da *Consciência Histórica*, que estrutura o capítulo. Assim, partindo da noção da *carência de sentido* como invariante antropológica, apontou-se para como a sociedade possui uma grande demanda por produtos com temáticas históricas que, por vezes, acaba motivando a produção de falseamentos visando o lucro que tal consumo pode gerar. Na sequência, explora-se as origens e uma breve revisão bibliográfica acerca do tema negacionismo. Aprofundando melhor a reflexão – e abarcando a noção da pesquisa histórica a partir dos *métodos da ciência especializada* –, buscou-se demonstrar como o conceito/fenômeno nos mobiliza, enquanto historiadores, a revisitar diversos aspectos do fazer historiográfico (como as categorias de “verdade”, de “autoridade” do historiador, dos limites éticos e estéticos de nossas narrativas, da divulgação de nosso trabalho etc.). Por fim, buscou-se problematizar a *orientação* que os negacionismos podem produzir na consciência histórica.

No segundo capítulo, dedicou-se a debruçar sobre a questão das *formas de apresentação* dos negacionismos. Para avaliar a possível ocorrência dos negacionismos nas

fontes, adotou-se como um exemplo o famoso caso da Revisão Editora, cujo autor, Siegfried Ellwanger Castan, chegou a ser condenado por racismo por sua produção de materiais que negavam o Holocausto na década de 1990. Acerca dos negacionismo da escravidão, escolheu-se duas fontes para a análise: *O Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil* (2009), do jornalista paranaense Leandro Narloch e *Brasil: A Última Cruzada* (2017), da produtora de conteúdo audiovisual Brasil Paralelo. Esforçou-se para, além de realizar uma crítica aos erros (ou melhor, mentiras), demonstrar que não existem negacionismos nas obras tal qual o que se sucedia com o Holocausto. Todavia, a despeito de não negarem a factualidade da escravidão, negam outros aspectos como a relação entre o passado escravista e o multifacetado racismo do presente. Nesse sentido, o foco incidiu em identificar as motivações político-ideológicas por trás dos abusos do passado.

Por fim, no terceiro capítulo, é feita uma descrição acerca do museu virtual elaborado como o componente propositivo da pesquisa¹. Para responder às questões teórica (por que um museu?) e prática (como foi feito esse museu?), foi necessário, em primeiro lugar, debruçarmo-nos sobre um cenário mais amplo de produção de conhecimento histórico – no qual concebe-se o museu como parte integrante. Assim, discorre-se sobre como a demanda por orientação (enquanto invariante antropológica, segundo a Didática da História) no presente, guiando-se pelo passado, gera em cada indivíduo uma concepção própria do que é (ou não) história – uma cultura histórica. Para o público em geral, existem diferentes formas de acessar (e aprender sobre) o passado que não a escola e a historiografia acadêmica. Focando especificamente no ensino escolar – na perspectiva de um professor de colégios privados –, ponderou-se como essas diferentes culturas históricas dos alunos disputam espaço com o ensino formal e, além disso, como a cultura histórica de diferentes personagens que estão envolvidos direta ou indiretamente no ensino interferem no processo de aprendizagem. É o caso das legislações que regulamentam o currículo, os materiais dos sistemas de ensino adotado, figuras da gestão escolar (administrativa e pedagógica) e familiares dos próprios estudantes. Posta esta conjuntura, especula-se como um museu pode assistir à produção do conhecimento histórico na medida em que consegue acomodar uma série de diferentes perspectivas em sua curadoria –, além de promover um ensino a partir de diferentes linguagens e estimulando aprendizados por diferentes meios (além do racional, trabalhando o afetivo, o sinestésico, etc.). Reconhecendo esse potencial, parte-se para a conceituação de

¹ O Museu dos Negacionismos da Escravidão pode ser acessado pelo link: <https://musedosnegacionis.wixsite.com/my-site>.

museu e para a descrição do site do Museu dos Negacionismos da Escravidão, enfatizando sua exposição principal.

CAPÍTULO 1 – PENSANDO O NEGACIONISMO À LUZ DA DIDÁTICA DA HISTÓRIA

Uma das experiências mais comuns em sala de aula, e que possivelmente confronta a maioria dos professores de História em algum momento da carreira, é o questionamento dos alunos sobre “para quê serve” esta disciplina escolar. Mais do que um sintoma de uma crise no ensino de História, essa indagação gera múltiplas camadas de interpretação muito mais profundas. A começar pelo termo “servir” que em seus diversos sentidos pode significar utilidade, aplicação ou até mesmo servidão. Em cada um desses casos, a pergunta gera reflexões muito mais complexas do que se suporia à simplicidade da dúvida. Essa formulação, ao contrário de simples, mobiliza gerações de historiadores a pensar no papel da História ante à sociedade, ao presente, ao conhecimento etc. Esta conjuntura dificulta muito para o professor sintetizar uma resposta inteligível para os alunos.

No entanto, tão importante quanto as possibilidades de reflexão sobre o conteúdo desta questão, merece atenção a própria pergunta em si. O aluno questionar a utilidade, a aplicação ou a quem serve a História é um indício, por si só, de que existe uma demanda de sentido exteriorizada pela dúvida. Da mesma maneira, nos deparamos cotidianamente com várias demandas de pessoas em geral acerca de alguma temática da História. Ao debruçar sobre a própria história da História, percebemos que desde suas primeiras formulações já havia esse papel de ensinar. O chamado *topos* da *Historia Magistra Vitae* (História como mestra da vida) formulado na Antiguidade concebia o passado como um grande repositório de exemplos com um forte potencial didático para orientar as pessoas no presente². Essa forma de compreender a História sobreviveu por séculos. Não à toa o mote “estudar o passado para entender o presente e projetar o futuro” é facilmente reconhecido e largamente utilizado para responder ao já citado questionamento dos alunos.

Com a profissionalização da História, no entanto, este papel didático ficou em segundo plano, fazendo com que a ciência se afastasse da vida prática. Nesse ensejo, Jörn Rüsen, junto a um grupo de outros historiadores alemães, vem defendendo, desde as décadas de 1960 e 1970, que esse movimento se reverta, reintegrando novamente o papel didático da história. Diversos avanços foram alcançados a partir desse esforço coletivo - sendo um dos

² A respeito desse *topos*, aponta Reinhart Koselleck: “[...] a história seria um cadinho contendo múltiplas experiências alheias, das quais nos apropriamos com um objetivo pedagógico; ou, nas palavras de um dos antigos, a história deixa-nos livres para repetir sucessos do passado, em vez de incorrer, no presente, nos erros antigos. Assim, ao longo de cerca de 2 mil anos, a história teve o papel de uma escola, na qual se podia aprender a ser sábio e prudente sem incorrer em grandes erros.” In: KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Trad. de Wilma Patrícia Maas. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, Ed. Puc-Rio, 2006. p.42.

mais notórios a criação da Didática da História. Trata-se de um campo de conhecimentos que busca compreender, dentre outras categorias, como se dá a aprendizagem histórica e a formação da consciência histórica. Portanto, vincula-se tanto à História como à Educação.

Na concepção de Rüsen, como seres temporais, nos relacionamos inescapavelmente com o passado. É possível afirmar, então, que existe uma *carência* dos indivíduos, que se debruçam sobre o passado buscando sentido para o presente e mesmo *orientação* para compreendê-lo. A partir desse ponto, os âmbitos da vida prática e da ciência especializada se complementam. Neste roteiro, cabe à historiografia - a partir de suas próprias *concepções* e obedecendo aos *métodos* que a distinguem enquanto ciência - debruçar-se sobre o passado e elaborar narrativas que se *apresentem* de múltiplas formas para, então, dar o retorno à vida prática conferindo *sentido* às experiências (o que implica em um *direcionamento e motivação do agir*, além da *articulação da identidade histórica*). O fruto dessa constante operação seria a consumação de uma consciência histórica. Sob esta perspectiva, a construção do conhecimento histórico, no modelo acadêmico ou escolar, cumpre um importante papel social de fornecer aos seus respectivos públicos possibilidades de interpretação do espaço de experiência que mobilizam as ações no presente e na projeção de um possível futuro (horizonte de expectativas).

Acerca do ponto que demarca o início deste processo - as demandas ou carências de sentido - Estevão Rezende, em seu artigo *As matrizes do pensamento histórico em Jörn Rüsen*³, observa:

Para o pensamento histórico em geral, como para o pensamento historiográfico em particular, Rüsen considera que o ponto analítico inicial da matriz se situa numa angústia existencial elementar, por ele chamada de carência de orientação. Vista como uma constante antropológica – que ecoa o binômio categorial consagrado por Koselleck: espaço de experiência e horizonte de expectativa – a carência de orientação motiva o indivíduo, suscita interesse, impulsiona a pergunta histórica. Essa pergunta tem a ver com questões que intrigam o agente, na medida em que o sentido do tempo vivido e do tempo esperado, a surgir na resposta a tais questões, é-lhe decisivo. A vida humana prática põe questões a resolver de modo constante, diretamente conexas com a identidade mesma do agente. Não se age sem pensar, somente se pensa sobre o que se experimenta, somente se vivencia o que ocorre no tempo, no espaço e na concretude empírica da realidade vivida. [...] O passado, e o conhecimento do passado, são elementos fundamentais para a constituição histórica de sentido do presente e do futuro. Desempenham um papel estratégico na aquisição da consciência histórica e, em conjunto com a experiência do presente, constituem a matéria prima do

³ MARTINS, Estevão de Rezende. As matrizes do pensamento histórico em Jörn Rüsen. In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; MARTINS, Estevão de Rezende (orgs.). *Jörn Rüsen: contribuições para uma Teoria da Didática da História*. Curitiba: W. A. Editores, 2016, p. 100-110.

pensamento histórico.⁴

Por esse viés, convém observar que a demanda por temáticas do passado, compreendida como constante antropológica, se exprime em diversas manifestações sociais. Um indicativo bastante sensível, considerando a predominância de uma filosofia capitalista que promove a mercadorização de praticamente tudo, são os índices de consumo de produções com temática histórica. Em seu artigo *Acadêmicos na Berlinda ou como cada um escreve a História?: uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre Public History*⁵ de 2014, Jurandir Malerba aponta:

O fenômeno é sensível em todo lugar. Na Europa e nos Estados Unidos (assim como na Austrália), por exemplo, ganharam picos de audiência programas de televisão como as séries *A history of Britain*, de Simon Schamma (exibida na BBC), ou o documentário dramatizado *A Band of Brothers*, de Steven Spielberg, que foi veiculado na TV aberta no Brasil; ou ainda, as discussões em programas de todo tipo de mídia (internet, TV, rádio) sobre memória, lembrança, trauma, luto e esquecimento (em países com experiências devastadoras da Segunda Guerra, como a Alemanha, o Japão, a Inglaterra e os Estados Unidos, ou que passaram por regimes de exceção como a Argentina, o Chile e o Brasil). O entusiasmo pela história viva contagia as nações. No Brasil, onde folhetins televisivos têm grande audiência, incontáveis minisséries de sucesso tiveram como enredo questões de fundo histórico. Seguindo a moda estrangeira, inúmeras revistas de história com fim de divulgação científica circulam hoje no país. Em suas mais diversas formas de representação popular, também aqui o passado nos cerca. Editores, publicitários e homens de mídia em geral descobriram que o passado pode representar bons negócios. Uma ampla demanda social por história é patente, e historiadores rompem a “torre de marfim” para tornarem-se *personas* públicas.⁶

De acordo com o autor, fica bastante nítido como a demanda comercial pela História não é um fenômeno local, uma vez que em diversos países as estatísticas que medem o consumo mostram o sucesso que essas produções fazem com o público. Esse sintoma reforça a concepção da carência como uma invariante antropológica.

No caso específico do Brasil, para além do indicativos comerciais, uma série de outras estatísticas reforçam o interesse público, como nos aponta Manoel Luiz Salgado Guimarães:

Vivemos um tempo de intenso investimento em relação ao passado, supondo que esse investimento pode se revestir de diferentes atitudes: o trabalho da

⁴*Ibidem*, p. 105.

⁵ MALERBA, J. Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a História?: uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre Public History. *História da Historiografia*. Ouro Preto. v. 7, n. 15, p. 27-50, 8 maio 2014.

⁶*Ibidem*, p.29

memória com a sucessiva produção dos seus “lugares de memória”; o crescimento da produção acadêmica em história, com significativa procura pelos cursos de história nos vestibulares das universidades públicas; a midiaticização do passado através dos meios de comunicação de massa e, evidentemente, a patrimonialização a que as sociedades contemporâneas, marcadas pela experiência de uma globalização acelerada, têm-se submetido. Este ano, especialmente, estamos assistindo a uma avassaladora produção de lembranças dos 200 anos da chegada da Corte portuguesa às terras americanas.⁷

Discussões acerca do patrimônio público, sobre a legislação que regula o ensino de história, sobre produções de novelas e literatura, lamentos pelo incêndio de museus, dentre tantas outras são, nessa lógica, a sociedade debatendo sua inescapável relação com o passado.

No entanto, como apontado por Jurandir Malerba, esse sucesso comercial chama a atenção de diversos empreendedores por ser um negócio altamente rentável. E, nesse sentido, junto ao consumo, a produção de obras com temáticas históricas também é inflada, em grande parte das vezes, a fim de garantir apenas o lucro, negligenciando completamente a fidelidade ao passado. É nesse quesito que faz-se necessário refletir sobre que tipo de narrativas históricas estão sendo produzidas para atender a demanda do público.

É preciso que se esclareça desde já que não estamos vendo problemas em produções com a temática histórica que promovam ficções em caráter de entretenimento. No entanto, são dignas de preocupações as produções que além de visar os lucros, mascaram suas motivações político-ideológicas por trás de narrativas negacionistas vendidas como verdades. Nesse sentido, o primeiro passo para verificar os possíveis negacionismos nas fontes *Guia Politicamente Incorreto da História da História do Brasil* (2009) de Leandro Narloch e *Brasil: A Última Cruzada* (2017) da empresa Brasil Paralelo é buscar perscrutar o que é o Negacionismo.

1.1. Negacionismo

A definição de História Contemporânea que se desenvolve a partir da historiografia francesa estipula que este período teria se iniciado com a emergência da Revolução Francesa em 1789. Todavia, como aponta o historiador francês Henry Rousso, também se pode definir uma História como contemporânea quando “o historiador investiga um tempo que é o seu próprio tempo com testemunhas vivas e com uma memória que pode ser a sua. A partir de uma compreensão sobre uma época que não é simplesmente a compreensão de um passado

⁷ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Escrita da história e ensino de história: Tensões e paradoxos. In: ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo; GONTIJO, Rebeca (orgs.). *A escrita da história escolar: Memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. p. 42.

distante, mas uma compreensão que vem de uma experiência da qual ele participa como todos os outros indivíduos”⁸. Em ambos os sentidos, pode-se considerar o negacionismo como um fenômeno contemporâneo, uma vez que sua origem remonta ao movimento pós-Segunda Guerra que descredibilizava o genocídio judeu e que sua prática é significativamente recorrente desde então.

Acresce-se a isso um terceiro sentido que classifica o negacionismo como um fenômeno contemporâneo: sua recente consideração como um objeto de pesquisa pela historiografia - enquanto processo histórico - e teoria da história - uma vez que mobiliza historiadores a problematizar diferentes matizes do fazer historiográfico. Neste sentido, reflexões que abarcam desde questões conceituais (como tentativas de definir o negacionismo diferenciando-o de outras práticas revisionistas tão comuns ao ofício do historiador) até questões éticas (como o compromisso com categorias como “verdade” e a “autoridade” do historiador na [re]construção de narrativas sobre o passado) compõem o arcabouço teórico que está se tecendo sobre a temática. Sendo assim, pode-se considerar que seu estudo interessa a diversos campos da historiografia.

1.2. Origens do Negacionismo

Um esforço válido para dar início aos estudos sobre o fenômeno é tentar historicizá-lo com maior precisão, debruçando-se sobre sua origem e contexto. Nesse sentido, convém recuperar as palavras de Henry Rousso que, em entrevista à revista *Tempo e Argumento* do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), ao tentar resumir aos interlocutores um pouco da trajetória do campo da História do Tempo Presente, afirmou:

Eu percebi que no espaço público havia ainda um debate sobre a inculpação dos antigos colaboradores com os nazistas, etc. Eu me dei conta que este período não estava morto. E que, ao contrário, a memória dos anos da Segunda Guerra Mundial estava viva entre os franceses, e a do nazismo, na memória dos alemães, e a do fascismo, na memória dos italianos. Hoje nós vemos que a maior parte dos países é confrontada com fenômenos sociais desse tipo, que questionam a sua própria História. O Brasil eu conheço menos. Mas eu vi estas mesmas questões adaptadas à sociedade chilena. Enfim, esse é um fenômeno que eu vi aparecer. Eu o dato como historiador no fim dos anos de 1970.⁹

⁸ AREND, Silvia Maria Fávero; MACEDO, Fábio. Sobre a História do Tempo Presente: entrevista com o historiador Henry Rousso. *Revista Tempo e Argumento*. Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 201–216, jan./jun. 2009. p. 202.

⁹ *Ibidem*, p.208.

Como historiador que atesta ter presenciado o surgimento da contestação de outras testemunhas acerca de fenômenos então recentes por ele também vividos, Rousso coloca que o fenômeno é datado de fins de 1970. Naquele momento, contudo, não existia como negacionismo (termo cunhado pelo próprio historiador francês apenas em 1987¹⁰). O confronto acima narrado se inseria numa tradição de revisionismos que datava de algumas décadas antes.

Acerca disso, Demian Bezerra de Melo, em seu artigo *Revisão e revisionismo historiográfico*¹¹, aponta que desde a manifestação do político Eduard Bernstein na socialdemocracia alemã na passagem do século XIX para o XX (origem do termo revisionismo) se deu um processo de reapropriações do termo que passou a ser incorporado de forma mais recorrente na historiografia após o término da Segunda Guerra.

Já na década de 1960 começaram a aparecer os primeiros revisionismos históricos contestando justamente o marco originário da “História Contemporânea”: a Revolução Francesa. Na ocasião, os primeiros revisionistas da temática foram o historiador britânico Alfred Cobban e o historiador francês François Furet que, respectivamente, contestaram o caráter burguês e o caráter revolucionário da insurreição jacobina. Ainda segundo Melo, Cobban abriu o caminho para Furet e seguidores de sua tese penetrarem o ambiente acadêmico anglo-saxão, o que acabou conferindo maior projeção ao segundo do que ao pioneiro. Nesse viés de crítica ao caráter revolucionário, o revisionismo “furetiano” criticava a interpretação canônica, alegando o agenciamento por um perverso “catecismo revolucionário” que supostamente buscava consolidar a Revolução Francesa como precursora de um longo processo que culminou na Revolução Russa de 1917. Essa vertente, embora se fosse designada como não-ideológica, estava sob a forte influência do anticomunismo característico da Guerra Fria. O próprio Furet fora um socialista assumido até meados de 1956, quando, revelados publicamente os crimes de Stalin e outras atrocidades cometidas pela URSS, muitos intelectuais - tal qual Furet - assumiram uma postura liberal anticomunista.¹²

Ulteriormente, a Alemanha assistiu à chamada *Historikerstreit* - a querela dos historiadores - quando, em 1986, Ernst Nolte publicou em um jornal conservador o artigo *O passado que não quer passar*, na qual sustentava a existência de um “nexo causal” entre o comunismo e o nazismo. Esse trabalho, segundo Melo (citando Pier Paolo Poggio), foi uma

¹⁰ AVELAR, Alexandre de Sá; BEVERNAGE, Berber; VALIM, Patrícia. Negacionismo: história, historiografia e perspectivas de pesquisa. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 41, n. 87, p. 13-36, jul. 2021. p. 14.

¹¹ MELO, Demian Bezerra de. Revisão e revisionismo historiográfico: os embates sobre o passado e as disputas políticas contemporâneas. *Marx e o Marxismo*. Rio de Janeiro. v. 1, n. 1, p. 49-74, jul./dez. 2013.

¹² *Ibidem*, p.51.

reação de Nolte a uma reaparição progressiva do marxismo nas universidades da Alemanha ocidental desde 1960, o que o levou a sucessivos embates com a juventude esquerdista. No artigo, o historiador apontou que a noção de extermínio da raça e dos campos de concentração alemães remontavam ao extermínio de classe e aos gulags soviéticos, configurando o nazismo como uma cópia do bolchevismo. Segundo Melo, ao advogar pela causa de que os extermínios de massa foram comuns ao século XX, Nolte chegou a propor que “[...] deste modo, em vez de ficarem com a eterna culpa face ao Holocausto, os alemães (ocidentais) deveriam ficar em ‘paz consigo mesmos’ e deixar o ‘passado passar’.”¹³.

O artigo provocou uma resposta imediata do filósofo Jürgen Habermas que publicou uma denúncia do teor apologético da teoria de Nolte. Habermas também direcionou sua crítica para outros autores “cujo propósito comum era o de normalizar o Nazismo e o próprio Holocausto na identidade histórica alemã. Para o filósofo de Frankfurt, ao tornar o Comunismo o ‘mal absoluto’ do século XX, Nolte e demais revisionistas alemães acabavam por tornar o Nazismo um ‘mal menor’.”¹⁴. Historiadores e intelectuais de outras áreas filiaram-se a ambos os lados nessa querela, sendo que na década de 1990, o próprio François Furet trocou correspondências públicas com Nolte, debatendo a suposta relação comunismo-nazismo (o francês apostando na relação “gêmeos totalitários” e o alemão no “nazismo como resposta ao comunismo”). É significativo que se ressalte que durante essa querela, o termo revisionismo foi usado por Habermas (em tom de denúncia e recriminação) e também por Nolte (em tom de legitimação de seu ponto de vista destoante do cânone).

É nesta perspectiva de questionamento dos encadeamentos entre fatos históricos que, alguns anos antes, se destacou Paul Rassinier. O ativista político francês ingressara ainda jovem nas bases do partido comunista francês, protestando pacificamente contra a ascensão do nazifacismo na Itália e Alemanha, e, ingressando de forma mais proeminente na resistência à ocupação nazista da França a partir da invasão dos alemães à URSS em 1944, chegou a ser deportado para campos de trabalho forçado de Mittelbau-Dora (próximo a Berlim). Em 1945, após ser resgatado por soldados norte-americanos, retorna à França ao seu ofício de professor; contudo, devido à sua condição física, se aposentou em 1950. Neste mesmo ano, Rassinier publicou seu segundo livro - *A mentira de Ulisses* -, onde narra, a partir de sua perspectiva de ex-prisioneiro, o quanto o discurso historiográfico destoava do que havia testemunhado. Segundo o autor, as estatísticas de 6 milhões de mortes, as câmaras de gás, toda a logística fabricada para a concretização da “Solução Final” de Hitler seriam exageradas e enviesadas

¹³ *Ibidem*, p.55.

¹⁴ *Ibidem*, p.56.

por uma conspiração judaica sionista internacional. Nesse sentido, aponta Vidal-Naquet:

A glória de Rassinier foi a de ter sido o primeiro a expor de modo sistemático que não houve genocídio e exonerar os nazistas da “horrrível e difamante acusação (Drama, p. 107). Pois “o drama dos Judeus europeus (...) não é o fato de seis milhões deles terem sido exterminados, como pretendem, mas apenas o fato de terem-se pretendido” (Drama, p.12). Substituir a história pelo mito é um procedimento que não ofereceria perigo se existisse um critério absoluto para distinguir à primeira vista um do outro. É próprio da natureza da mentira apresentar-se como verdade. É claro que essa mentira nem sempre tem vocação universal. Pode ser a verdade de uma seita minúscula, uma verdade nas mãos de uns poucos.¹⁵

Na perspectiva do autor, Rassinier não só se inseriu na tradição revisionista - que vinha se consolidando nas temáticas das revoluções Francesa e Russa - como inaugurou uma nova qualidade de questionamento: o dos próprios fatos históricos. Nesse sentido, ainda que se autodenominasse e fosse reconhecido como mais um revisionista, o ativista francês pode ser considerado o precursor do negacionismo, uma vez que, ao confrontar História e Memória, atribuiu supremacia para a última em detrimento da deslegitimação da primeira. É adequado ter em consideração que as admoestações de Rassinier se baseiam em sua experiência individual em um campo de concentração, uma experiência que difere das vividas por milhões de judeus que foram enclausurados em campos de extermínio.

Se, cronologicamente, Rassinier emerge no debate público pelo menos uma década antes de Cobban e Furet proporem um revisionismo sobre a Revolução Francesa; do ponto de vista metodológico, a posição ocupada pelo precursor do negacionismo não é diferente. Pois, assim como nos aponta Vidal-Naquet: “negando, por muito tempo sozinho, o genocídio hitlerista, Rassinier acredita ser ao mesmo tempo Romain Rolland ‘acima da confusão’ em 1914 e Bernard Lazare, combatendo solitário em favor da verdade e da justiça em 1986.”¹⁶ O isolamento de seu pioneirismo, no entanto, foi gradualmente ganhando adeptos que o republicaram, comentaram sua obra e acrescentaram argumentos a sua negação do Holocausto.

De acordo com Vidal-Naquet, a editora e livraria parisiense La Vieille Taupe teve um papel de destaque no avivamento da obra de Rassinier. A instituição fundada em 1965 por grupos de extrema-esquerda ganhou projeção com publicações voltadas para o público desse segmento político. O traço que melhor distinguiu a editora foi o esforço para se tornar a maior fonte de publicações de obras da Internacional Situacionista (uma agremiação internacional esquerdista composta por artistas de vanguarda, intelectuais e cientistas políticos, cujo um dos

¹⁵ VIDAL-NAQUET, Pierre. *Assassinos da Memória: um Eichmann de papel e outros ensaios sobre revisionismo*. Trad. de Marina Appenzeller. Campinas: Papyrus, 1988. p.81.

¹⁶ *Ibidem*, p.122. (grifos meus)

maiores expoentes foi o filósofo Guy Debord). Contudo, com a dissolução dessa organização, a editora também foi fechada em 1972. Em 1980, Pierre Guillaume, um de seus antigos associados, reinaugurou-a com a publicação de *A Mentira de Ulisses* de Paul Rassinier. Nesse segundo momento, sob nova direção, a editora consolidou sua identidade como uma casa de publicações negacionistas do Holocausto - gerando uma série de conflitos com os antigos associados que acusaram Guillaume de usar a marca e até de utilizar de nomes como o de Guy Debord indevidamente como validação à sua causa. Antecedendo em dois anos este episódio, o professor universitário Robert Faurisson publicara seu primeiro artigo negacionista referente a Shoah¹⁷, tornando-o um dos maiores expoentes da nova geração dos *Holocaust deniers*. La Vieille Taupe e Faurisson protagonizaram uma forte parceria; no entanto, meticulosa à emergência de novos autores, a editora não se limitou a publicações do especialista em literatura.

Acerca da robusta produção negacionista que se deu (reiterando o testemunho de Henry Rousso) a partir deste final da década de 1970, Vidal-Naquet destaca:

O revisionismo apresenta-se sob múltiplas e variadas formas, panfletos, livros “eruditos”, livros comuns de propaganda, brochuras mimeografadas, revistas de aspecto atraente, videocassetes. Quando se examina um conjunto desses documentos nas prateleiras de uma biblioteca, quando se constata a multiplicidade das traduções de um único e mesmo texto, quando se lêem as múltiplas referências eruditas a jornais e livros obscuros, temos o sentimento de um único e amplo empreendimento internacional. Conclusão extremada talvez, mesmo que exista indiscutivelmente na Califórnia o centro de uma Internacional revisionista que acolhe e redistribui toda essa literatura.¹⁸

Destaca-se esse excerto principalmente pela referência a esse centro de distribuição de literatura “revisionista”. Diz respeito ao *Institute for Historical Review (IHR)*, fundado em 1978 em Torrance, Califórnia, por David McCalden e Willis Carto. Carto era o diretor do extinto *Liberty Lobby* - uma organização antissemita que financiava a publicação do jornal semanal *The Spotlight*, onde, revestidos de artigos que promoviam uma orientação política nacionalista, se veiculavam opiniões conservadoras e muitas vezes com traços antissemitas. Acerca do *IHR*, a instituição, em atividade até o presente momento, embora se descreva como

¹⁷ O genocídio dos judeus promovido pelos nazistas é um tema bastante sensível e polêmico, muitas vezes sendo classificado como indizível. A busca por um termo para identificá-lo é marcada por essa insuficiência de vocábulos para traduzir todo o horror ocorrido. Por este motivo, os termos Solução Final, Holocausto (em referência à passagem bíblica do sacrifício de Isaac), Churban (também uma referência religiosa acerca de massacres como provações divinas), Shoah (devastação e catástrofe, em hebraico), Auschwitz, entre outros são utilizados para se referir ao massacre. Todavia, embora todos estes termos encontrem limitações, a comunidade judaica têm dado preferência ao uso da expressão Shoah. Para saber mais sobre as polêmicas envolvendo a terminologia, ver: DANZIGER, Leila. Shoah ou Holocausto: a aporia dos nomes. *Revista Digital de Estudos Judaicos da UFMG*. Belo Horizonte, v. 1, n. 1, out. 2007.

¹⁸ VIDAL-NAQUET, *op. cit.*, p.129.

uma organização não-partidária, cumpriu o papel de um dos maiores centros de disseminação de negacionismo do Holocausto (sendo alvo de críticas por racismo, antissemitismo e publicações pseudo-científicas).

Após essa breve tentativa de reconstituição das origens do negacionismo histórico, percebe-se que, a despeito da existência de múltiplos fragmentos indiciários de sua gênese, converge-se para um irrompimento de produções desse gênero na virada da década de 1970 para 1980. Precede-se a isso, uma relativa tradição (que vinha tomando forma) de questionamento das interpretações tradicionais da historiografia com bases em posicionamentos político-ideológicos. Os esforços para negar o Holocausto, no entanto, operaram de forma distinta. Enquanto o que se dava no seio dos debates acerca das Revoluções Francesa, Russa e uma suposta relação entre Nazismo e Comunismo era uma disputa de interpretações (enredamentos) enviesadas dos fatos históricos, os “revisores” do Holocausto lograram em negar o fato histórico. Outra observação pertinente concerne às múltiplas e paralelas emergências de autores negacionistas e de instituições que os divulgavam. Embora Vidal-Naquet considerasse uma “conclusão extremada” apontar um único movimento internacional, o próprio historiador parece suspeitar da coincidência de estabelecimentos que - a despeito de posicionamentos políticos antagônicos (extrema-esquerda e extrema-direita) - cumpriam o papel de centros de distribuição de literatura negacionista (La Vieille Taupe, na França, e o Institute for Historical Review, nos EUA).

1.3. Conceituando o Negacionismo

A conceituação do negacionismo histórico é uma tarefa intrincada, dada esta origem relativamente recente, e a ambiguidade que tais discursos geram ao tentar se identificar como estudos historiográficos revisionistas, ainda que, a despeito disso, a literatura que vem se dedicando ao seu estudo atualize-se gradativamente nas últimas décadas.

Uma das referências mais antigas ao negacionismo (e, principalmente, aos negacionistas) é a já citada obra *Assassinos da Memória: um Eichmann de papel e outros ensaios* do historiador Pierre Vidal-Naquet. Desde o término da Segunda Guerra Mundial, as produções que relativizavam a Shoah cresceram gradativamente até o ponto de negar sua ocorrência. Dentre os discursos mais comuns estavam o de considerar que o número de judeus mortos teria sido muito menor do que apontam as estatísticas, que a morte dos judeus ocorreu essencialmente pelas condições da guerra, que os campos de trabalho forçado dos nazistas eram práticas comuns a outros países que travaram guerras e, portanto, não se destinavam à

“Solução Final” - chegando a defender, com base em análises tendenciosas de documentos, que esta ordem de extermínio sequer fora dada. Em suma, essas teses endossavam uma suposta conspiração da comunidade judaica internacional em fabular o genocídio que, em nome do antissemitismo, exterminara aproximadamente 6 milhões de vítimas, visando uma legitimação para a criação e manutenção do Estado de Israel (dentre outros objetivos). Esse movimento encontrou força, principalmente, quando acadêmicos franceses começaram a defender tais teses com um pretenso caráter científico. Assim, quando o professor universitário e especialista em literatura Robert Faurisson - e ex-companheiro de colégio de Vidal-Naquet -, publicou o artigo *Le Problème des chambres à gaz, ou la rumeur d'Auschwitz*, em 1978, e outras obras posteriores onde defendia a impossibilidade do Holocausto, um público cada vez maior passou a ver suas próprias opiniões gozando de uma “legitimidade científica”. Vidal-Naquet se sentiu impelido, ao longo da década de 1980, a refletir sobre tal cenário. Assim, embora o livro tenha sido lançado em 1988, sua composição conta com 5 artigos e ensaios lançados previamente pelo autor. Já no prefácio, Vidal-Naquet explicita essa motivação para produzi-lo:

Esse livrinho nasceu de uma constatação: há cerca de dois anos, a corrente “reviscionista”, ou seja, a que nega as câmaras de gás de Hitler e o extermínio de doentes mentais, judeus e ciganos e, ainda, o de membros de povos considerados radicalmente inferiores, principalmente eslavos, vem aumentando perturbadoramente. Uma seita, minúscula mas obstinada, dedica todos os seus esforços e emprega todos os meios, panfletos, fábulas, histórias em quadrinhos, estudos pretensamente científicos e críticos, revistas especializadas, para destruir, não a verdade, que é indestrutível, mas a tomada de consciência da verdade.¹⁹

Neste breve excerto, é de máximo interesse observar que, para além da constatação de um então recente aumento de uma corrente “reviscionista” que negava importantes (e sensíveis) fatos históricos, o que mobilizou a produção da obra, Vidal-Naquet aponta que a intenção desta iniciativa seria “destruir, não a verdade, que é indestrutível, mas a tomada da consciência da verdade”. Nesse sentido, já se entrevê que a negação destes eventos do passado teriam menos um fim em si mesma, do que tentativas de obstruir um conhecimento sobre estes. No decorrer dos ensaios, essa premissa é desenvolvida, colocando em evidência os fundamentos políticos destes discursos protagonizados por pretendidas autoridades acadêmicas (ainda que em campos distintos da historiografia) como Robert Faurisson. Pois, ao se utilizar da posição de autoridade intelectual conferida pela academia para fomentar um discurso que falseava fatos históricos tão fundamentais à consolidação da identidade do povo

¹⁹ *Ibidem*, p. 9.

judeu, “o objetivo da operação é perfeitamente claro: trata-se de privar ideologicamente uma comunidade do que representa sua memória histórica. Afinal, estamos sendo obrigados, de certa forma, a provar o que aconteceu”²⁰.

Outro ponto de interesse acerca da obra de Vidal-Naquet é a não utilização do termo “negacionistas” para se referir a tais propagadores de discursos falsos. Para tal referência, o autor utiliza “revisionistas” (entre aspas), em virtude de que intelectuais que negavam, em diversas nuances, o Holocausto, buscavam uma legitimidade aos seus argumentos afirmando-se como uma escola historiográfica revisionista. O revisionismo dentro da ciência histórica, como o ato de revisar determinada interpretação de fatos históricos mediante novas fontes e/ou novos questionamentos, era e é uma prática comum aos historiadores; e, como já exposto, se popularizou em um formato mais ideológico, ainda que acadêmico, desde, pelo menos, os historiadores Alfred Cobban, Denis Richet e François Furet questionarem uma tradicional perspectiva da Revolução Francesa.²¹ Contudo, ainda segundo Vidal-Naquet, o que se operava no trabalho de Faurisson era de outra natureza - o que, na falta de um termo mais apropriado, ficou caracterizado como um “revisionismo” entre aspas para demonstrar que:

Como se situa o empreendimento “revisionista” nesse campo manifesto do discurso histórico? Sua perfídia é precisamente parecer o que não é, um esforço para escrever e pensar a história. Não se trata de revisar as pretensas aquisições da ciência histórica. Nada mais natural, nada de mais banal que a “revisão” da História. [...] Negar a história, porém, não é revisá-la.²²

Ao postular que “negar a história, porém, não é revisá-la”, o autor arraigava uma das premissas, se não a mais, fundamentais para a definição do negacionismo. Ademais, não se trata de uma negação que visa apenas a obstrução de uma tomada de consciência histórica, mas que ainda visa “parecer o que não é”, ou seja, reveste-se de uma falsa imagem de historiografia revisionista para legitimar o discurso dissimulado.

Foi seguindo o mesmo raciocínio que o filósofo e historiador francês Henry Rousso introduziu o termo negacionismo em 1987 em sua obra *Le syndrome de Vichy: de 1944 à nos jours*. Segundo Alain Finkielkraut:

O termo ‘negacionismo’ foi cunhado por Henry Rousso em *A Síndrome de Vichy* (Cambridge: Harvard University Press, 1991) para distinguir o ‘revisionismo’, na qual, segundo Rousso, comumente se refere a “uma fase

²⁰ *Ibidem*, p.40.

²¹ CARVALHO, Daniel Gomes de. A Revolução Francesa dos historiadores: os trabalhos que formaram o nosso conhecimento sobre o tema (Artigo). In: Café História – história feita com cliques. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/historiografia-da-revolucao-francesa/>. Publicado em: 6 out. 2019.

²² VIDAL-NAQUET, *op. cit.*, p. 171.

comum da evolução do conhecimento histórico,' e a negação do Holocausto, onde 'a questão é um sistema de pensamento, uma ideologia, e não uma abordagem científica ou mesmo crítica do tema". (tradução minha)²³

Fica nítido que o movimento de negação do Holocausto em fins da década de 1970 e durante a década de 1980 inaugurava um novo fenômeno que demandava uma designação nova. A questão é que as teses não se qualificavam apenas entre o revisionismo crítico praticado cientificamente e o discurso negacionista. De forma mais complexa, inúmeras produções estavam desacreditando diversos elementos da narrativa historiográfica vigente sobre a Shoah, sem, contudo, chegar a negar sua ocorrência. Nesse sentido, o que distinguiria a prática de um revisionismo enviesado sobre o passado de um negacionismo? Na concepção de Finkielkraut, são diferentes vocábulos para se referir a um fenômeno de mesma natureza, mas que varia em intensidade, sendo ora de uma forma explícita, ora menos radicais, como aponta na passagem seguinte:

Mais recentemente, no contexto do caso Garaudy-Padre Pierre, Robert Redeker argumentou que, embora alguns na França ainda insistam em uma distinção entre os dois termos ao discutir o Holocausto, a diferenciação é falsa e serve apenas aos propósitos dos negadores. Redeker argumenta que o propósito final em ambos os casos é o mesmo, a única diferença sendo que 'o negacionismo se move diretamente em direção ao seu objetivo', enquanto o revisionismo adota uma estratégia mais sutil de minimização ao invés de negação completa. (tradução minha)²⁴

Portanto, ao apontar que a distinção entre revisionistas e negacionistas "é falsa e serve apenas aos propósitos dos negadores", o autor (citando Redeker) sugere que, uma vez que parte dos próprios negacionistas apresentarem suas obras como narrativas concorrentes à perspectiva científica; designá-los como revisionistas endossaria a legitimidade de tais teses que negam a verdade (sutil ou explicitamente). Tal concepção encontra força no ponto de vista de Luis Edmundo de Souza Moraes, que, em seu artigo *O Negacionismo e o problema da legitimidade da escrita sobre o Passado*, atesta:

A denominação deste fenômeno como negacionismo sugere que aqui nos distanciamos de forma consciente da autoqualificação deste grupo de

²³ FRINKIELKRAUT, Alain. *The Future of a Negation: reflections on the question of genocide*. Translated by Mary Byrd Kelly. Nebraska: University of Nebraska Press, 1998. p.125. No original: The term "negationism" was coined by Henry Rousso in *The Vichy Syndrome* (Cambridge: Harvard University Press, 1991) to distinguish between "revisionism", which, as Rousso argues, usually refers to "a normal phase in the evolution of historical scholarship," and the denial of the Holocaust, where "what is at issue is a system of thought, an ideology, and not a scientific or even critical approach to the subject".

²⁴ *Ibidem*, p.125. No original: More recently, in the context of the Garaudy-Father Pierre affair, Robert Redeker has argued that, although some in France still insist on a distinction between the two terms in discussing the Holocaust, the differentiation is a false one and only serves the purposes of the deniers. Redeker argues that the end purpose in both cases is the same, the only difference being that "negationism moves directly toward its goal" whereas revisionism adopts a more subtle strategy of minimization rather than outright denial.

intelectuais como “revisionistas” e da consideração de sua atitude “revisionismo histórico”, denominação que descreve muito menos sua prática ou sua atitude intelectual do que seu esforço por legitimação e reconhecimento público.²⁵

Ainda que Finkielkraut e Moraes estejam pensando no contexto específico daqueles que contestam a ocorrência do genocídio judeu, cuja negação do fato histórico ocorre de forma mais direta e exposta, seria aplicável essa denominação a outras temáticas sensíveis cuja contestação estaria mais para uma relativização do que uma negação? Ao não haver uma manifestação pública por parte de intelectuais contestando a factibilidade da escravidão e da Ditadura Militar (embora, neste caso, haja muitos discursos que não a consideram como ditadura e sim como um regime militar) - como ocorre com o Holocausto na Europa -, mas uma evocação distorcida do passado para legitimar convicções próprias do presente, é possível pensarmos em um negacionismo em relação a um passado brasileiro? Antes de refletir sobre tais questões, é preciso considerar ainda mais alguns pontos.

Em sua exposição, Moraes desdobra mais profundamente a conceituação de negacionistas. Ainda no excerto acima, o caráter de publicização manifesta dos negacionistas é destacado. Nesse sentido, aqueles que se propõem a obstruir a tomada da consciência histórica negando elementos do passado a fim de prejudicar a constituição da identidade histórica de determinados grupos a partir de discursos pretensamente científicos, ainda o fazem de forma pública (em busca de um reconhecimento).

Todavia, ainda seguindo essa linha de pensamento, embora usualmente se vincule à ação de produzir a negação do fato histórico, o termo também pode se referir ao uso de tais enunciados no debate público (de forma deliberada ou não). Mas existe uma clara distinção entre tais abusos do passado: a intenção. A mera reprodução de uma tese enviesada pelo desconhecimento de seu enunciador encontra-se muito distante da ação intencional de produzir e/ou sustentar publicamente um negacionismo. Aqui, deve-se levar em consideração que dentre os que apenas patrocina (e não cria) o discurso enviesado, ainda que por desconhecimento, não são completamente passivos. Estariam mais para consumidores que encontram nos negacionismos um eco de suas convicções e, por isso, os defendem ante o debate público.

Para desdobrar melhor esse raciocínio, convém atentar-se para o texto *A História da Mentira*²⁶ de Jacques Derrida. Dedicando-se a elaborar uma síntese da história da mentira, o

²⁵ MORAES, Luis Edmundo de Souza. O Negacionismo e o problema da legitimidade da escrita sobre o Passado. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História* – ANPUH. São Paulo: ANPUH, 2011. p.3.

²⁶ DERRIDA, Jacques. História da mentira: prolegômenos. *Territórios da Filosofia*. Disponível em:

filósofo inicia com a significativa escolha de conceituar a “mentira” diferenciando-a do “erro”, sendo que, a particularidade distintiva entre ambos é a intenção. Ou seja, quando o interlocutor acredita no que está comunicando, ainda que seja falso, incide-se no erro. Já sobre a mentira, incorre-se que

a coisa não é tão simples e, se eu me engano, só poderá ser mentira se eu tiver feito de propósito. Será difícil – ouso dizer até impossível – provar que o fiz de propósito. Tal observação visa apenas a anunciar desde já uma hipótese: por razões estruturais, será sempre impossível provar, em sentido estrito, que alguém mentiu, mesmo se podendo provar que não disse a verdade. Não se poderá nunca provar contra alguém que afirmar “eu me enganei, mas não quis enganar a ninguém, sou de boa fé”, ou ainda, alegando a diferença sempre possível entre o dito, o dizer e o querer-dizer, os efeitos da língua, da retórica, do contexto “eu disse isso, mas não é o que queria dizer; de boa fé, em meu foro íntimo, essa não era minha intenção, houve mal-entendido”.²⁷

Decorre disto que a mentira, por si só, não existe. Pelo menos não enquanto fenômeno. Mentira seria o adjetivo atribuído a determinadas elocuições cujo autor sabe se tratar, parcial ou totalmente, falsas a fim de levar seu público a crer, “numa situação em que o mentiroso, seja por compromisso explícito, por juramento ou promessa implícita, deu a entender que diz toda a verdade e somente a verdade”. Nesse sentido, tanto as mentiras quanto os erros atravessam os usos do passado no debate público, o que torna o cenário ainda mais labiríntico. Se, considerando os negacionismos enquanto mentiras, existe uma intenção de convencer o público de uma suposta verdade, há também uma contraparte de consumidores que são enganados (levado a crer na mentira por méritos da persuasão do mentiroso ou por falta de conhecimentos para que possam reconhecer o falseamento). No entanto, negacionismos apropriados por aqueles que, de fato, acreditaram na sua suposta veracidade, seriam menos mentiras do que erros. Ainda existe o agravante do recente advento da pós-verdade, que será tratado mais adiante no texto.

De forma a sintetizar boa parte disto, Moraes sustenta:

O termo “negacionismo” define ao mesmo tempo um campo político-intelectual internacionalmente articulado e uma prática. Por um lado descreve uma variante propriamente “Intelectual” de movimentos de extrema-direita do pós-Segunda Guerra Mundial, que busca por meio de textos produzidos na maior parte dos casos com aparência de historiografia, negar que o extermínio planejado e executado durante o Terceiro Reich tenha existido. Por outro lado, o termo diz respeito à própria prática de negação deste extermínio, desde aquela ligada a ação política própria destes movimentos ou aquela dela derivada. [...] Proponho que o negacionismo é um fenômeno que não constitui um movimento político homogêneo, e que

<https://territoriosdefilosofia.wordpress.com/2014/06/08/354/>. Acesso em: 30 Jul. 2022.

²⁷ *Ibidem*.

negar o holocausto se trata, acima de tudo, de uma prática meramente instrumental. Os atos de construir argumentos e produzir escritos negacionistas e o ato de fazer uso destes argumentos e escritos podem e devem ser separados analiticamente em função do fato de que, por trás de uma mesma atitude (negar publicamente o holocausto), se encontram motores e objetivos muito distintos para o ato de negação.²⁸

O que se observa a partir de tais considerações é que o fenômeno se revela de formas múltiplas, em diversas nuances e com motivações distintas. Essa pluralidade, ao mesmo tempo que deixa mais complexa a tarefa de defini-lo, demonstra uma volubilidade que o atualiza a diversas conjunturas e, mesmo, temporalidades.

Em resumo, parte-se de uma concepção tradicional de negacionismos como práticas intencionais que visavam o prejuízo de uma tomada de consciência sobre o passado, geralmente realizadas por sujeitos que negavam publicamente (de forma parcial ou total) fatos históricos. Os negacionistas se notabilizaram por sua reconhecida posição enquanto intelectuais (a grande maioria tinham consolidadas carreiras acadêmicas em áreas paralelas à História), sendo reconhecidos pelo grande público como autoridades no que versavam. Isso lhes permitiu, ao mesmo tempo, se contrapor às interpretações historiográficas e propor versões alternativas sob a fachada de um revisionismo crítico. No entanto, implicitamente, eram movidos por objetivos e concepções político-ideológicas próprias. Os negacionismos foram, portanto, um então inédito caso de mal uso da ciência para disseminar a falsificação do passado, uma vez que seus protagonistas os praticavam, o faziam tirando vantagens do lugar de cientistas que ocupavam.

1.4. O Negacionismo enquanto objeto de pesquisa

Em sua obra *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*²⁹ Reinhart Koselleck expõe uma importante reflexão acerca da relação entre a História dos Conceitos, campo ao qual o historiador foi um dos maiores expoentes, e a História Social. Se, a princípio, tais campos destoam entre si por alicerçarem-se em objetos e métodos diferentes, Koselleck aponta como há uma íntima relação entre as sociedades e os conceitos por elas empregados. Nesse sentido, o estudo realizado por qualquer um dos campos impacta diretamente o outro. Partindo de sua seara, o autor nos explicita essa relação de mutualismo, ao propor que “na exegese do texto, o interesse especial pelo emprego de conceitos político-

²⁸ MORAES, *op. cit.*, p.3-5.

²⁹ KOSELLECK, *op.cit.*

sociais e a análise de suas significações ganham, portanto, uma importância de caráter social e histórico”³⁰. Em outras palavras, o uso de vocábulos pode abrigar importantes indicativos de mudanças políticas e sociais ao longo da história. Sendo assim:

Torna-se, portanto, igualmente relevante, tanto do ponto de vista da história dos conceitos quanto da história social, saber a partir de quando os conceitos passam a poder ser empregados de forma tão rigorosa como indicadores de transformações políticas e sociais de profundidade histórica, como no presente exemplo. Nos países de língua alemã, pode-se verificar desde aproximadamente 1770 a ocorrência frequente de processos de ressignificação de termos, assim como a criação de processos que, com o uso frequente, acabaram por transformar o campo de experiência política e social, definindo novos horizontes de expectativas. Sem questionar a prioridade “pragmática” ou “conceitual” no processo das mudanças, o resultado permanece suficientemente elucidativo. A luta pelos conceitos “adequados” ganha relevância social e política.³¹

A significância de se atentar às mudanças nos vocábulos, considerando que os conceitos mantêm uma relação de adequação com a realidade política e social vai além da indicação de mudanças na referida conjuntura. Isso porque a relação entre conceito e materialidade não é definida apenas em meras adequações linguísticas para dar nome a novos fenômenos³². O contrário também é possível, uma vez que a “ressignificação dos termos” pode transformar um espaço de experiência e alargar os “horizontes de expectativas”. Neste ponto, Koselleck emprega uma de suas categorias, elaborada para ajudar na compreensão da experiência humana com o tempo histórico. O horizonte de expectativas seria a projeção que fazemos para um futuro com base em nossa “bagagem” de experiências (tudo aquilo que foi acumulado pela humanidade e que está disponível ao nosso acesso até o presente momento). Assim, a introdução de novos conceitos, ou mesmo a ressignificação de termos já usados pode permitir às sociedades pensar em novas possibilidades de projeções para o futuro. Ou, como melhor aponta o autor:

A batalha semântica para definir, manter ou impor posições políticas e sociais em virtude das definições está presente, sem dúvida, em todas as épocas de crise registradas em fontes escritas. Desde a Revolução Francesa, essa batalha se intensificou e sua estrutura se modificou: os conceitos não

³⁰ *Ibidem*, p.100.

³¹ *Ibidem*, p.100.

³² No entanto, é fundamental tanto para a História dos Conceitos, quanto para a História Social acompanhar o processo de atualização do vocabulário. Nesse sentido, é válido destacar que no decurso da escrita desta dissertação, em meados de Julho de 2021, a Academia Brasileira de Letras lançou a sexta edição do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (Volp), que não era atualizado desde 2009. Nesta edição, dentre mais de mil novas entradas, a palavra “negacionismo” foi oficialmente incluída na língua portuguesa. Na definição do Volp: “Negacionismo: s.m. Atitude tendenciosa que consiste na recusa a aceitar a existência, a validade ou a verdade de algo, como eventos históricos ou fatos científicos, apesar das evidências ou argumentos que o comprovam. Palavras relacionadas: **negacionista** *adj. 2g. s.2g.* (opinião **negacionista**, **negacionistas** da ciência)”. Disponível em: <https://www.academia.org.br/nossa-lingua/nova-palavra/negacionismo>. Acesso em: 24 Jul. 2021.

servem mais para apreender os fatos de tal ou tal maneira, eles apontam para o futuro. Privilégios políticos ainda por serem conquistados foram formulados primeiro na linguagem, justamente para que pudessem ser conquistados e para que fosse possível denominá-los. Com esse procedimento, diminuiu o conteúdo empírico presente no significado de muitos conceitos, enquanto aumentava proporcionalmente a exigência de realização futura contida neles. A co-incidência entre o conteúdo empírico e o campo das expectativas diminuía cada vez mais. Inclui-se aqui a criação de numerosos “-ismos” que serviam como conceitos de agrupamento e de dinâmica para reordenar e mobilizar as massas estruturalmente desarticuladas. O leque semântico do emprego de tais expressões vai - como ainda hoje é o caso - desde o clichê até o conceito definido academicamente. Basta lembrar termos como “conservadorismo”, “liberalismo” ou “socialismo”. Desde que a sociedade atingiu o desenvolvimento industrial, a semântica política dos conceitos envolvidos no processo fornece uma chave de compreensão sem a qual os fenômenos do passado não poderiam ser entendidos hoje.³³

Demonstrada a íntima relação entre os campos historiográficos, para pensar o negacionismo histórico enquanto conceito/fenômeno político-social, nos interessa identificar as modificações que se operaram neste fenômeno desde o momento do surgimento do vocábulo. Com isso, procuramos extrapolar a definição tradicional, atualizando o conceito à luz de acontecimentos mais recentes.

Seguindo a linha de raciocínio de Alexandre Avelar, Berber Bevernage e Patrícia Valim em sua apresentação ao dossiê temático da Revista Brasileira de Historiografia, *Negacionismo: história, historiografia e perspectivas de pesquisa*³⁴, um importante processo histórico se deu em paralelo com o surgimento dos negacionismos: o reconhecimento do genocídio, “o crime dos crimes”, pela Organização das Nações Unidas em 1948. A partir disso, deduziu-se que o extermínio motivado por questões étnico-raciais, nacionais e/ou religiosas “não era apenas moralmente ultrajante, mas também deveria ser legalmente responsabilizada, à medida que o genocídio é invariavelmente realizado a mando e com a cumplicidade das autoridades políticas”³⁵. Desdobra-se que, uma vez que existiam responsáveis, era de seu interesse o apagamento de seus atos - assim como ocorriam com os genocídios armênio e judeu. Ainda segundo Avelar, Bevernage e Valim, citando o psicólogo Israel Charny em sua obra *Genocide, a critical bibliographic review*³⁶, para além dos já mencionados negacionistas profissionais - como Robert Faurisson, dentre outros -, outro importante elemento a ser considerado nas transformações operadas foi o surgimento da

[...] forma mais difundida de negacionismo histórico: a “negação inocente”,

³³ KOSELLECK. *op. cit.*, p. 102-103.

³⁴ AVELAR; BEVERNAGE; VALIM. *op. cit.*

³⁵ *Ibidem*, p. 16.

³⁶ CHARNY, Israel W. (Ed.). *Genocide, a Critical Bibliographic Review*. London: Mansell, 1992.

que pensa a história a partir dos sentidos e da experiência individual. O negacionismo, neste início de novo milênio, tornou-se mais multifacetado, definindo-se não mais apenas em função dos conhecidos negadores do Holocausto, mas também a partir de uma miríade de formas de negação de outros genocídios e também de reconstruções revisionistas de passados mais ou menos sensíveis em diversos países.³⁷

Portanto, apesar de reconhecer que aqueles que buscaram utilizar a (pseudo)ciência para comprovar teses de negação do Holocausto e de outros crimes criaram um *modus operandi*, é importante reiterar que existe uma grande diferença entre o indivíduo que falseia os fatos históricos e aquele que o faz por não conseguir alargar a experiência histórica para além do âmbito individual. Segundo os autores, esse seria o modelo mais difundido, o que denota, por consequência, uma certa defasagem na constituição da consciência histórica das sociedades (como tais) de um modo geral. Acrescentam ainda que três importantes aspectos permeiam o fenômeno negacionismo recentemente.

A autoria que antes era individual e de fácil identificação, passou a ser colaborativa e difusa. Isso só se mostrou possível ante o cenário de globalização amplificado pela tecnologia midiática e digital. Fatores como democratização do acesso e o barateamento, além da possibilidade do anonimato, se comparado aos riscos de escrever e publicar um livro negando o Holocausto, são indicativos de como a internet se tornou uma ferramenta crucial na disseminação do negacionismo. Essa mesma internet, cujo funcionamento se dá a partir de algoritmos que replicam conteúdos semelhantes aos já consumidos (criando as chamadas “bolhas”), alarga a possibilidade da construção dos discursos negacionistas de forma colaborativa.

Um segundo aspecto diz respeito a como tais temas interessam a governos. Isso porque, na medida em que negam supostos crimes imputados historicamente a tais Estados, o patrocínio destes discursos são extremamente convenientes a uma governamentalidade. Embora não seja uma novidade, essa vinculação ganhou muita força a partir da emergência de governos autoritários com forte apelo populista.

E, por fim, um terceiro aspecto é o encadeamento que o negacionismo indica ter com políticas de reconhecimento. Em suma, os discursos de negação do passado parecem eleger temáticas para atacar cujas pautas referem-se a “dívidas” contraídas a partir de “erros” aos quais a sociedade se “arrepende”. Sendo assim, a partir da promoção de políticas afirmativas e de compensação histórica, a negação de tais fatos surge como uma reação de desqualificação (muitas vezes imbuídas exclusivamente de uma experiência individual de um passado

³⁷ AVELAR; BEVERNAGE; VALIM. *op. cit.*, p.17.

fragmentado). Nesses termos, podemos elencar a maneira como se nega a existência de uma dívida com afrodescendentes no Brasil, em uma tentativa de deslegitimar políticas como as cotas raciais, em nome de argumentos que versam que a escravidão foi obra de outra época, por outras pessoas e, uma vez superada, não seria justo “cobrar essa suposta dívida” da sociedade atual.

Obra que se repete de forma bastante parecida com a Ditadura Civil-Militar brasileira (1964-1985). Principalmente após o reconhecimento - formalizado no relatório da Comissão Nacional da Verdade (2014) - dos crimes e violências perpetrados pelo governo dos militares durante esse período, houve a proliferação de projetos midiáticos e digitais relativizando interpretações e promovendo certos “reviscionismos”. Acerca disto, Caroline Bauer em seu artigo *Qual o papel da história pública frente ao revisionismo histórico?* desdobra:

Muitas vezes utilizados como sinônimos, os termos “negacionismo” e “reviscionismo” possuem diferenças significativas entre si. Enquanto o negacionismo, literalmente, nega determinados fatos, alguns historiadores utilizam o termo “reviscionismo” para se referir a uma prática comum dentro da disciplina, de “revisar” suas análises a partir de novas fontes ou contribuições teóricas e metodológicas, sendo necessário diferir esse “reviscionismo crítico” de um “reviscionismo apologético”, que reabilita determinadas instituições, sujeitos e práticas [...]³⁸

Logo, como já apontado por Koselleck, as transformações no fenômeno político-social do negacionismo acima citadas, ecoam diretamente na formulação de léxicos mais adequados à realidade social. É neste ensejo que, assim como Charny, ao pensar na noção de “negacionistas inocentes”, Bauer resgata a terminologia da obra organizada por Demian Melo: “reviscionismo apologético”. Este conceito se difere da prática cara ao ofício historiográfico, ao mesmo tempo que apresenta nuances mais complexas, dado que não negam o fato histórico como um todo, porém redimensionam sua acepção para, dentre outros fins, reabilitar “determinadas instituições, sujeitos e práticas”. Assim, as tentativas de relativizar o “regime” militar em suas motivações, duração e nível de violência, ainda que não configurem a negação plena do mesmo, situam-se na miríade de maus usos (ou abusos) do passado.

Não obstante reconheçamos a justeza com que o termo “reviscionismo apologético” concatena o fenômeno negacionista “à brasileira”, para o decorrer do trabalho justifica-se a opção por manter o termo negacionismo pelo entendimento de que, se tratando de um

³⁸ BAUER, Caroline S. Qual o papel da história pública frente ao revisionismo histórico? In: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (orgs). *Que história pública queremos? What public history do we want?.* São Paulo (SP): Letra e Voz, 2018. p.197.

conceito histórico (e também político-social), uma polissemia o perpassa, permitindo-o nominar diferentes experiências. Em outras palavras, como destaca Koselleck:

Os estudos linguísticos têm por fundamento universal a constatação de que cada significado lexical tem um alcance que ultrapassa aquela singularidade que, por sua vez, pode ser atribuída ao acontecimento histórico. Cada palavra, mesmo cada substantivo, comprova as suas possibilidades linguísticas para além do fenômeno particular que ela caracteriza e/ou denomina em certo momento. Isso vale igualmente para os conceitos históricos, ainda que eles sirvam, em um primeiro momento, para unir conceitualmente, em sua singularidade, experiências complexas. Uma vez cunhado, um conceito passa a conter em si, do ponto de vista exclusivamente linguístico, a possibilidade de ser empregado de maneira generalizante, de construir tipos ou permitir ângulos de vista para comparação.³⁹

Outro episódio de transformação cultural que ecoou no aprimoramento léxico se deu em 2016, quando o dicionário Oxford escolheu “Pós-Verdade” como a palavra do ano. A instituição elege anualmente um termo de ampla circulação que, em certa medida, sintetiza a conjuntura mundial no período⁴⁰. Na definição do próprio dicionário, Pós-Verdade é um adjetivo “relativo ou que denota circunstâncias nas quais fatos objetivos são menos influenciadores na formação da opinião pública do que apelos à emoção ou à crença pessoal”⁴¹. O termo é um reflexo de uma tendência cultural que vinha se expandindo e que alcançou um pico em meados do segundo semestre daquele ano (segundo o mapeamento utilizado na escolha).

Entrementes à proliferação de notícias falsas (*fake news*) acerca de diversos assuntos, vários estudos foram realizados no intuito de mensurar o alcance, quantitativo e qualitativo, destas. Os resultados apontam para um grau de difusão colossal, que é amplificado pelas redes sociais (principais veículos de divulgação). Mais do que isso, o percentual da população que se informa a partir dessas *fake news* também é considerável. A chamada era da pós-verdade fundou-se na primazia da crença (e da afetividade) sobre a evidência. O efeito é que os discursos que partilham das opiniões ou apelam para um caráter emocional são inadvertidamente críveis, independente de verdadeiros ou não, sem demandar qualquer tipo de apuração das informações. Reiterando, a acima citada arquitetura da internet em “bolhas” isolam o usuário em uma rede de conteúdos semelhantes aos já consumidos e limitam seu

³⁹ KOSELLECK. *op. cit.*, p.115

⁴⁰ Para efeito de comparação, o dicionário Oxford elegeu para termos que sintetizam o ano as seguintes expressões: 2017 - youthquake (gíria para significantes mudanças advindas de iniciativas jovens); 2018 - toxic (adjetivo); 2019 - climate emergency; 2020 - foram escolhidas mais de uma palavras, dentre elas, coronavirus, Covid-19, Black Lives Matter e 2021 - vax (gíria para vacina).

⁴¹ OXFORD LANGUAGES. Word of the year 2016. Disponível em: <https://languages.oup.com/word-of-the-year/2016/#:~:text=After%20much%20discussion%2C%20debate%2C%20and,to%20emotion%20and%20personal%20belief>. Acesso em: 30 Jul. 2022.

contato a apenas outros usuários que consomem (logo, pensam e acessam) as mesmas coisas. Ou seja, experimentando o fluxo de informações mediante essas regras, o internauta restringe – e realimenta –, cada vez mais, sua perspectiva sobre os assuntos àquilo que já acredita (não havendo espaço para o que é novo e/ou desagradável).

Essa conjuntura impulsiona diretamente o negacionismo enquanto fenômeno. Outro fator que marca as manifestações do negacionismo no século XXI, dizem respeito ao seu caráter mercadológico. Como recordam Naomi Oreskes e Erik Conway em *Mercaderes de la duda: cómo un puñado de científicos ocultaron la verdad sobre el calentamiento global*⁴², tal como o negacionismo histórico, ainda na segunda metade do século XX, questões referentes à saúde pública e ao meio ambiente já eram palco de contendas envolvendo interesses mercadológicos e conhecimentos científicos. Foi assim que a gigante produtora de tabaco R.J. Reynolds, penalizada pelos efeitos nocivos dos cigarros que comercializava, investiu uma grande soma de dinheiro em cientistas na década de 1980 para levantar dados que refutassem a tese de que o tabaco causava doenças respiratórias e câncer. Ainda segundo os autores, os nomes de alguns dos cientistas e investidores que estiveram envolvidos em episódios como esse, protagonizaram também a produção de perspectivas que desacreditam o aquecimento global.

Sob esse raciocínio, então, convém destacar como o aspecto mercadológico imbrica-se na produção de conhecimentos, incluindo o científico. A realização da pesquisa, base da produção de conhecimento, demanda recursos que, na maior parte das vezes, extrapolam as condições do próprio pesquisador. Por isso, diversos órgãos de fomento – públicos e privados - investem nesses estudos, em certa medida, interessados nos resultados (o que pode estar além do mero interesse em alargar o conhecimento em determinadas áreas). Assim, diversos trabalhos científicos foram – e ainda são – produzidos a fim de legitimar interesses mercadológicos, uma vez que são encomendados em nome de determinada agenda. A título de exemplo, durante a pandemia da Covid-19 surgiram várias pesquisas que, contrariando as evidências, defenderam a ineficácia da vacinação (e outras medidas protetivas internacionalmente adotadas, como o distanciamento social e o uso de máscaras) e o suposto sucesso de tratamentos alternativos.

No artigo *A História da Mentira*, Derrida destaca ainda, debruçando-se sobre a reflexão de Hannah Arendt, que o conceito da mentira sofreu uma mutação.

⁴² ORESKES, Naomi; CONWAY, Erik M. *Mercaderes de la duda: cómo un puñado de científicos ocultaron la verdad sobre el calentamiento global*. Tradução: José Manuel Álvarez-Flórez. Madrid: Capitán Swing Libros, 2020.

“A possibilidade da mentira completa e definitiva, que era desconhecida em épocas anteriores, é o perigo que nasce da manipulação moderna dos fatos. Mesmo no mundo livre, em que o governo não monopolizou o poder de decidir ou de dizer aquilo que é ou não factualmente, gigantescas organizações de interesses generalizaram uma espécie de mentalidade da *raison d’Etat* (em francês no texto) que antes estava limitada ao tratamento dos negócios estrangeiros, e em seus piores excessos, às situações de perigo claro e atual. A propaganda, em nível governamental, inspirou-se sob vários aspectos nos usos do business e métodos de Madison Avenue ...”⁴³

Referindo-se ao cenário político, a mentira tradicional – que consiste em, sabendo do perjúrio, sustentar informações falsas para fazer os interlocutores crerem – vem sendo substituída pela mentira absoluta – uma reescritura moderna da história. Assim, se antes se falseava sobre aquilo que não era de conhecimento público (dando a vantagem ao locutor), com a nova categoria de mentira não há necessidade desse limite.

A ciência, no meio dessa ebulição, encontra-se em uma situação bastante ambígua. Se, por um lado, goza de uma certa chancela pública – uma vez que ainda existe uma preocupação de discursos não-científicos de usarem-na como garantia de reconhecimento público -, por outro vê-se alijada quando sua expertise é desprezada em prol de outros modelos de produção de conhecimento.

Como acima exposto, o negacionismo existe, simultaneamente, como um evento histórico que se desdobra desde o final da década de 1970, e como um conceito, desde sua cunhagem por Rousso em *A Síndrome de Vichy*. Seja como prática ou teoria, em ambos os casos, o fenômeno provoca reflexões sobre diversos matizes do fazer historiográfico.

Conceber o negacionismo enquanto prática de ceticismo referente aos fatos históricos como objeto de pesquisa é, essencialmente, um pressuposto da História do Tempo Presente. Em entrevista acerca desta temática, Rousso aponta como o século XX conheceu diversos fenômenos sem precedentes, como as Guerras Mundiais, o Nazifascismo, o Comunismo, etc. Mobilizados por tais contemporaneidades, sobretudo a partir da década de 1970, historiadores franceses substituíram as tradicionais tendências acadêmicas de afiliarem-se aos seus pares medievalistas e modernistas, optando por temas cada vez mais recentes. Nesse contexto é fundado o Instituto de História do Tempo Presente (1978) da qual pertencia o próprio Rousso. Acerca das temáticas que os historiadores do tempo presente passaram a se ocupar, afirma:

É que o nazismo, o fascismo e o comunismo são sistemas que jamais existiram anteriormente na História. Mesmo se existem tradições e genealogias possíveis, o fascismo e o nazismo são sistemas não [sic] possuem equivalentes na História. Estes “aparecem” no início do XX e são totalmente novos. O comunismo idem. Houve um grande investimento dos

⁴³ ARENDT, Hannah *apud* DERRIDA. *op.cit.*

historiadores do Tempo Presente na França, na Alemanha e na Itália, assim como em muitos países europeus, para buscar respostas sobre as guerras, os sistemas totalitários e as grandes “fraturas” do século XX. Podemos perguntar porquê? Isso que eu chamo a nova História Contemporânea. A História do Tempo Presente encontrou novos fenômenos sociais que considero extremamente importantes, sendo que o principal foi a questão da memória. A noção de memória coletiva teorizada por Maurice Halbwachs nos anos de 1930, não figurava na aprendizagem de um historiador francês da década de 1970. Não líamos Halbwachs. Ele não fez parte dos autores que eu li. A noção de memória coletiva fora reduzida, a grosso modo, à questão dos testemunhos. Então começam a aparecer fenômenos na sociedade francesa e em outras partes: as lembranças da Shoah, as lembranças da guerra, o debate público sobre a tomada de consciência acerca da colaboração com os nazistas. Esse é um fenômeno relativamente novo e os historiadores foram confrontados com toda força sobre tal domínio.⁴⁴

Para além da relativa ruptura com a tendência acadêmica - e mesmo com o regime de historicidade -, convém atentar-se para a referência a questão da memória, uma vez que é colocado como os pesquisadores começaram a presenciar o questionamento das narrativas historiográficas a partir de testemunhos que confrontavam-nas a partir de suas experiências individuais. Essa questão gerou contratempos desde a resistência a nível acadêmico até a adequação da metodologia de pesquisa ao inédito objeto, como é destacado:

Todavia, afirmavam: você não pode fazer uma História do Tempo Presente porque ela é muito próxima e muito polêmica; ok, é verdade! Vichy é muito polêmico. Quando eu comecei a pesquisar tive reuniões com os antigos ministros de Vichy. Eu os questionava, tomávamos um café e ponto final. Vou lhe contar um fato curioso. Uma vez eu convidei um antigo nazista para vir até minha casa, em função de uma entrevista para um filme, um antigo militar da SS francesa (...). Eu o convidei, pois não sabíamos onde rodar o filme e a solução foi a minha casa. Um senhor gentil que tinha 65 anos. Ofereci-lhe café, discutimos e ele explicou-me tranquilamente que era nazista. Ok, eu era um historiador e não havia problema. Mas, houve um o momento [sic] em que afirmou que as câmeras [sic] de gás não existiram. Eu então lhe disse: — meu senhor, retire-se daqui. São situações que nós somos confrontados quando somos historiadores do Tempo Presente. Portanto, o recuo funcionou durante uma hora. Eu tinha 25 anos na época. Não foi fácil, mas eu estava com alguém que contava sobre a guerra até o segundo que tive um clic. Eu me dei conta que estava diante de um safado que não pode continuar na minha casa e ponto final. Mas se fosse hoje, não faria isso, não o mandaria embora. Após trinta anos de profissão, (...) eu o faria falar. É isso pra mim a História do Tempo Presente. É um manter-se à distância face ao próprio presente, uma tarefa dura.⁴⁵

O cotejamento entre a emergência da História do Tempo Presente e o ceticismo concernente à historiografia remete a um dos pilares que sustentam a História desde sua disciplinarização no século XIX: o distanciamento em relação ao objeto com a finalidade de

⁴⁴ AREND; MACEDO, *op. cit.*, p. 207-208.

⁴⁵ *Ibidem*, p. 209.

garantir uma relativa objetividade. Na introdução de sua obra *A última catástrofe*, Rousso reflete sobre um interessante episódio em que discutia com o diretor, e seu superior, do Instituto de História do Tempo Presente, François Bédarida. No calor do debate acerca da ocupação nazista na França e o colaboracionismo que se deu principalmente na República de Vichy, o diretor que havia vivido como estudante e resistente exclama que os jovens historiadores (Rousso e Denis Peschanski, que também participava do debate) não viveram naquele período para compreender o que se passava. A reflexão de Rousso segue contrapondo a antítese (da Memória e da História) de Bédarida, até concluir que:

Lidar com a exclamação “não ter estado lá” significa para um historiador passar pelo aprendizado de dois preconceitos antinômicos ainda que sempre enraizados no senso comum. O primeiro afirma que nenhuma boa história é possível sem recuo, ou ainda que o historiador não pode entrar em cena senão quando todos os atores que ele estuda tiverem saído. Nessa concepção da profissão, o historiador observa um passado encerrado, uma história acabada, ele não age senão no tempo dos mortos, ainda que seja para os ressuscitar no papel. Ele possui sobre aqueles que o precederam a vantagem absoluta de pretender dizer a última palavra, graças a uma leitura que se quer objetiva, distante, fria, de fatos tornados “históricos” porque seus efeitos teriam deixado de agir no presente.⁴⁶

Neste sentido, considerando o negacionismo um fenômeno que emerge à baila deste ceticismo que opõe, ou melhor impõe, memória individual ou de pequenos grupos aos fatos históricos suprimindo-os, a primeira reflexão que se suscita diz respeito a competência da historiografia em se debruçar sobre temáticas tão recentes sem prejuízo da objetividade. Esse debate sobre a capacidade do historiador de se manter objetivo ante o objeto de estudo surge com as delimitações das regras e procedimentos do fazer historiográfico no processo de disciplinarização da História (encabeçado por Leopold Von Ranke em meados do século XIX). A escola historicista (de Ranke, Johann Gustav Droysen etc.) logrou em lançar as bases da ciência histórica dividindo a própria concepção de História em *Historie* e *Geschichte*, sendo a primeira o próprio processo de eventualidades que figuram o passado e, a segunda, a investigação deste passado sistematicamente feita a partir de metodologias científicas. O distanciamento do objeto de estudo visando um não envolvimento do observador na narrativa acerca do passado gerou, desde os primeiros momentos, controvérsias sobre a própria possibilidade de se alcançar a objetividade.

A temática não escapa a Michel de Certeau⁴⁷ que, em sua obra *A Escrita da História*⁴⁷,

⁴⁶ ROUSSO, Henry. *A Última Catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo*. Trad. de Fernando Coelho e Fabrício Coelho. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016. p.14-15.

⁴⁷ CERTEAU, Michel de. *A Escrita da história*. Trad. de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

ao refletir sobre as regras e procedimentos da operação historiográfica, destaca a estrutura que a alicerça: um lugar social, práticas científicas e uma escrita. Ao focar no âmbito do lugar, Certeau aponta que:

Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração que circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados, etc. Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam.⁴⁸

O historiador, ao produzir de um lugar social, é inevitavelmente atravessado pelas questões que se lhe impõem. Sendo assim, toda pesquisa histórica é mobilizada a partir de questões concernentes ao presente de seu autor. Ao reconhecer o caráter relativamente arbitrário que move o historiador, a noção da possibilidade de alcançar uma objetividade pura e imparcial ao tratar do passado é comprometida. Sob este parâmetro, a pesquisa com temas recentes - tal qual é realizada por historiadores do Tempo Presente -, desde que feita com o compromisso ético da disciplina histórica, não só é realizável como mostra-se extremamente necessária, como no caso do negacionismo. Ademais, o lugar social também se refere à posição ocupada pelo autor da pesquisa histórica ante a comunidade de seus pares e da sociedade ao qual está inserido.

A respeito das práticas científicas e da escrita, Certeau assinala seu caráter opositivo, no sentido de, enquanto a prática (conjunto de técnicas de investigação do passado, que envolvem ciências auxiliares, como a paleografia, a informática, a arqueologia, etc.) segue o modelo de partir do presente para buscar respostas no documento histórico, a escrita histórica narra o processo de forma cronológica. Essa relação entre ambas ainda é permeada pela “criação do fato”, que corresponde ao isolamento do documento histórico a partir de sua reprodução para a possibilidade de análise, uma vez que o mesmo apresenta-se inacessível em suas condições temporais naturais⁴⁹. Outra especificidade da escrita diz respeito a um modelo tradicional de narração, que difere-se da literatura e também da crônica. Enquanto a crônica limita-se a elencar uma série de dados e a literatura serve-se da ficção com propósitos performáticos próprios, a escrita histórica é um meio termo. Isso porque, ainda que se ancore em fatos históricos comprováveis a partir de documentação, a escrita precisa acomodá-los de

⁴⁸ *Ibidem*, p. 66-67.

⁴⁹ Nesse sentido, a título de exemplo, cartas que cumpriam determinadas funções dentro de seu contexto original passam a ganhar novos significados na medida que o historiador as reproduz e utiliza como fonte para buscar responder às próprias perguntas.

forma inteligível preenchendo as lacunas deixadas pela pesquisa, considerando-se ainda que enquanto a pesquisa não tem fim, o texto necessariamente sim. Na busca por dar sentido, um enredamento (Certeau denomina de “acontecimento”, em oposição ao “fato”) se faz necessário.

Uma representação bastante didática para entender a diferença entre a crônica e a narrativa - bem como a importância do enredamento para a narrativa histórica - é encenada no filme *The Invention of Lying*⁵⁰ (traduzido para português como *O Primeiro Mentiroso*) de 2009, dos diretores Ricky Gervais e Matthew Robbinson. No enredo que se passa em uma realidade onde a mentira em suas mais variadas nuances é completamente inexistente, o protagonista é um roteirista de cinema. Na ausência da ficção, os roteiros são um mero elenco de fatos históricos cronológicos e desconexos, cuja “encenação” se dá por um ator descaracterizado declamando-os na sequência. As obras são, nesse sentido, julgadas como boas na medida do quanto se aproximam da crônica perfeita (compilação de dados mais detalhadamente possível sem, no entanto, exigir nexos entre eles).

Essas características (dentre outras) demarcam o campo da historiografia acadêmica, principalmente aquelas que conservam uma forte relação com a tradição francesa (como é o caso da historiografia brasileira). Há, no entanto, sobretudo na academia norte-americana, um forte e polêmico debate a partir dos chamados enunciados pós-modernos, dentre os quais, o giro linguístico ocorrido em meados da década de 1970. Um dos impactos mais significativos dentro da historiografia se deu a partir do lançamento do livro *Meta História: a imaginação histórica do século XIX* de Hayden White. Isso porque o historiador norte-americano introduziu novas percepções acerca do fazer historiográfico, colocando em foco especialmente a forma como se apresenta a narrativa histórica. Como nos aponta Marcelo Durão Rodrigues da Cunha, em seu artigo *A representação histórica no debate entre Carlo Ginzburg e Hayden White*⁵¹, ante este cenário que gerava muitas incertezas acerca da praticabilidade da disciplina histórica em razão de esvaziamentos de modelos explicativos e de uma relação mais estreita com a linguística e a antropologia,

as contendas a respeito dos limites da representação do passado pela narrativa histórica ocorriam concomitantemente a um debate político acerca da responsabilidade ética nas ciências humanas. Parte da historiografia mais resistente às novas tendências intelectuais tendia a associar as prerrogativas

⁵⁰ O PRIMEIRO MENTIROSO. Direção: Ricky Gervais, Matthew Robbinson. Produção de: Lynda Obst Productions. Estados Unidos: Warner Bros., 2009. Disponível em: https://www.primevideo.com/dp/amzn1.dv.gti.3aac5f17-9768-2f18-9a88-b9a06b8c16ee?autoplay=1&ref_=atv_cf_strg_wb

⁵¹ CUNHA, Marcelo Durão Rodrigues da. A representação histórica no debate entre Carlo Ginzburg e Hayden White. *Revista Sinais*. Vitória. n.15, p. 16-33. jun. 2014.

pós-modernas à irresponsabilidade de um tipo de relativismo muito próximo de um discurso revisionista radical.⁵²

Em 1990, o historiador judeu Saul Friedländer organizou o congresso *The extermination of the jews and the limits of the representation* na Universidade da Califórnia. Ainda segundo Cunha, o objetivo deste evento era “responder a uma primeira questão geral: a representação de um evento poderia ser estabelecida objetivamente por documentos e testemunhos, ou toda interpretação histórica estaria eivada pela perspectiva do seu narrador?”.⁵³ Nesta conferência, se travou um importante debate entre Hayden White e Carlo Ginzburg acerca dos limites éticos e estéticos na representação historiográfica.

No texto *Enredo e verdade na escrita da história*⁵⁴, traduzido na obra *A História Escrita: teoria e a história da historiografia*⁵⁵, organizada por Jurandir Malerba, White expõe os argumentos que sustentaram seu posicionamento acerca dessa temática. Para o historiador, tal qual apontado em certa medida por Certeau, a escrita da história, ainda que ancorando-se em fatos históricos, é fruto de um enredamento elaborado por seu autor. Por esse motivo (agora divergindo do autor da *Operação Historiográfica*), os historiadores, tal como os escritores de ficção, operam no campo do discurso ao buscarem representar o passado na forma de uma narrativa escrita (ou estória, nos termos de White). E, por ser fruto da linguagem, eticamente, a narrativa histórica não poderia pressupor nenhum sentido inerente aos fatos históricos, estando em aberto a possibilidade estética de representar o passado em diferentes gêneros literários (épico, tragédia, farsa) mediante a maneira como o enredamento é constituído. Partindo dessa premissa, o autor tece uma importante reflexão de (e se) como essa concepção se conformaria ao tratar de temáticas sensíveis, como o Holocausto. Ao se considerar um cenário de “narrativas que competem”:

Nós podemos então dispensar uma história “cômica” ou “bucólica”, com um “tom” animado e um “ponto de vista” humorado das categorias de narrativas que competem, sendo manifestadamente falsa aos fatos - ou ao menos aos fatos da questão da era nazista. Mas nós podemos dispensar tal estória das categorias de narrativas que competem apenas se (1) for apresentada como uma representação literal (ao invés de figurativa) dos eventos e (2) se o tipo de enredo para transformar os fatos em um tipo de estória for apresentado como inerente aos (ao invés de imposto) fatos.⁵⁶ [...] No caso de uma

⁵² *Ibidem*, p.18.

⁵³ *Ibidem*, p.18.

⁵⁴ WHITE, Hayden. Enredo e verdade na escrita da história. In: MALERBA, Jurandir (org.). *A História Escrita: teoria e a história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 191-210.

⁵⁵ MALERBA, Jurandir (org.). *A História Escrita: teoria e a história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006.

⁵⁶ Na concepção de White, que assume a produção historiográfica e a literária como tendo a mesma natureza discursiva, boas obras de ficção acerca do passado também podem ser ótimas obras historiográficas. A título de

elaboração de enredo de eventos do Terceiro Reich em um modo “cômico” ou “bucólico” nós estaríamos eminentemente justificados para apelar aos “fatos” a fim de dispensá-los das listas de “narrativas que competem” do Terceiro Reich. Mas, e se uma estória desse tipo tivesse sido colocada de uma maneira apontadamente irônica e com o interesse em fazer um componente metacrítico, não tanto sobre os fatos, como nas versões dos fatos com enredos elaborados de uma maneira cômica ou bucólica? Com certeza não seria necessário dispensar esse tipo de narrativa da competição com base em sua infidelidade aos fatos, pois mesmo que não fosse possível ser fiel aos fatos, o seria, pelo menos, negativamente - por zombar das narrativas do Terceiro Reich com enredos elaborados no modo de “comédia” ou “bucólico”.⁵⁷

Desse modo, os autores nos oferecem uma importante consideração acerca de questões basilares ao ofício historiográfico, pois, se assim como se atenta Certeau de que, na *prática*, nos debruçamos no passado com questões que dizem respeito ao nosso presente e, assim como nos alerta White, os fatos históricos não tem um sentido inerente, o discurso histórico (acadêmico ou não) não é neutro pois é constituído de sua própria historicidade.

Houve, como acima citado, uma forte reação à disposição de White e demais “narrativistas”. A crítica concentrou-se principalmente em dois pontos: uma presumida desconsideração de uma realidade comprovável a partir de evidências (fatos) e uma decorrente relativização promovida pela falta de critérios que invalidasse discursos (aproximando-os das teses negacionistas). Nessa perspectiva, no próprio debate promovido por Friedländer, o historiador Carlo Ginzburg apresentou em sua arguição o raciocínio que contrapunha-se à perspectiva de White. O historiador italiano, em seu texto *O Extermínio dos Judeus e o Princípio da Realidade*⁵⁸, também traduzido pela obra organizada por Malerba, defende a maneira como o princípio da existência da realidade extra-textual regula o ofício historiográfico. Nesse sentido, considerando o princípio inaugurado por Leopold von Ranke de que a História é “ciência na medida que recolhe, descobre, analisa em profundidade; e arte na medida em que representa e torna a dar forma ao que é descoberto, o que é aprendido”⁵⁹, Ginzburg desaprova o posicionamento “pós-moderno” da concepção whiteana de considerar

exemplo, o autor cita a premiada história em quadrinhos Maus que retrata o Holocausto em uma perspectiva tragicômica representando os judeus como ratos, os nazistas como gatos e os poloneses como porcos. Nesse mesmo sentido, filmes como Jojo Rabbit (2020) - que representa de forma tragicômica os dilemas de uma criança ao ter que lidar com uma realidade dura da guerra e a fantasia infantil criada a partir de uma forte carga cultural nazista (representada por Hitler como seu amigo imaginário) - teriam seu valor, seguindo a argumentação de White, ainda que não seja uma tentativa de representação verossímil do Terceiro Reich, na crítica ácida a respeito dos valores que sustentavam a narrativa oficial nazista.

⁵⁷ WHITE, Hayden. In: MALERBA, *op. cit.*, p.191-211, 2006. p.194-195.

⁵⁸ GINZBURG, Carlo. O Extermínio dos Judeus e o Princípio da Realidade. In: MALERBA, *op. cit.*, 2006. p. 211-233.

⁵⁹ RANKE, Leopold von. O conceito de História Universal. In: MARTINS, Estevão Rezende de (org.). *A História Pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX*. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2010. p.202.

demasiadamente (ou mesmo exclusivamente) apenas o aspecto artístico do ofício historiográfico. Explorando trechos de publicações do próprio autor de *Meta História*, sua crítica recai na ideia que o único critério aparentemente adotado para legitimar/deslegitimar uma narrativa acerca do passado é a sua eficácia. Em resumo, sua discordância se direciona para o fato de Hayden White apontar que em uma disputa de narrativas históricas, não haveria uma oposição entre factível-falso, apenas perspectivas concorrentes que contam o passado de uma forma que funciona (eficácia) ou não para seus respectivos autores.

Em um tom bastante semelhante, Eric Hobsbawm em sua obra *Sobre História*⁶⁰, ao refletir sobre os limites que a disciplina história impõe a partir de seus pilares à escrita do passado, aponta:

[...] é essencial que os historiadores defendam o fundamento de sua disciplina: a supremacia da evidência. Se os seus textos são ficções, como o são em certo sentido, constituindo-se de composições literárias, a matéria-prima dessas ficções são fatos verificáveis. O fato de que os nazistas tenham existido ou não pode ser estabelecido por meio de evidências. Uma vez que isso foi assim estabelecido, os que negam sua existência não estão escrevendo história, quaisquer que sejam suas técnicas narrativas.⁶¹

Ainda que convergentes, as abordagens críticas ao “pós-modernismo” de Ginzburg e Hobsbawm diferem-se na medida que, enquanto o italiano expressa mais explicitamente um provável encadeamento do relativismo ao negacionismo, o inglês resguarda-se a apenas apontar como, por fundamentos que regem o campo enquanto ciência, qualquer narrativa que opere descolada das evidências históricas não se configuram como história. É importante ressaltar, porém, a contribuição de ambas as reflexões, que, no caso, confluem para a noção da “supremacia da evidência”. A preocupação com o enfoque que defende que a escrita da história se dá exclusivamente no campo discursivo é legítima, principalmente, por reafirmar os vínculos da disciplina com uma realidade comprovável a partir de vestígios. O total descolamento incorre na produção inconsequente de, entre outros, discursos negacionistas.

Nosso objetivo ao abordar esse debate não é apontar erros e acertos, mas, a partir de tais reflexões, aprofundar nossa definição de negacionismo enquanto conceito e fenômeno histórico. Mas, convém apontar que, a despeito das advertências de que o “narrativismo” de Hayden White é permissível para a difusão de discursos que negam, por exemplo, o Holocausto:

White admite que nem todas as formas de enredo poderiam ser usadas pela narrativa histórica de quaisquer cadeias de eventos: "no caso de um enredo

⁶⁰ HOBBSAWM, Eric J. *Sobre História: Ensaio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

⁶¹ *Ibidem*, p. 286-287.

de eventos sobre o Terceiro Reich em um modo "cômico" ou "bucólico", nós eminentemente justificaríamos um apelo aos "fatos" para desmenti-los da lista das "narrativas em disputa" sobre o assunto. O ponto é que enredos cômicos seriam excluídos pelos "fatos" como discursos plausíveis independentes sobre esses eventos. Assim, White deposita uma ênfase considerável pela busca de uma "voz" adequada para representar eventos como o Nazismo e o Holocausto, isso é, por um modo retórico que pudesse representar ocorrência extremas da época moderna. Portanto, longe de compactuar com as ideias de autores revisionistas ou negacionistas, White deixa claro em sua fala que embora a busca por uma referencialidade externa à linguagem seja impossível, esta pode estabelecer critérios qualitativos não-restritivos que permitam o estímulo à imaginação e o apelo sublime da representação histórica, mesmo ao lidar com eventos extremos.⁶²

As nuances acrescentadas por ambos os lados neste debate, no entanto, nos permite aprofundar melhor a reflexão acerca do que seria, e conseqüentemente do que não seria, a História. Todas as considerações acima, dentre tantas outras, são possibilidades de se (re)pensar a produção do conhecimento histórico (em suas diversas facetas) tentando estabelecer um diálogo com o fenômeno Negacionismo. Como já referido, a Didática da História propõe o papel da ciência especializada como mediadora junto a vida prática. Nesse sentido, observando-o como fenômeno, ainda que o consideremos academicamente como objeto de estudo, diferentemente da maneira como se deu em fins do século XX, o negacionismo tem se apresentado fora da esfera acadêmica (na maior parte das vezes, inclusive atacando o lugar da ciência). Mas, se dentro do campo historiográfico (o *lugar* descrito por Certeau), o negacionismo é facilmente reconhecido por diversos historiadores como não sendo uma história, na vida prática, para um público leigo, o mesmo não se verifica. Segundo, Hobsbawm, isso se explica, uma vez que:

[...] os não acadêmicos que necessitam e consomem a mercadoria que os historiadores produzem, e que constituem o seu mercado mais amplo e politicamente decisivo, não se incomodam com a nítida distinção entre os "procedimentos estritamente científicos" e as "construções retóricas"[...] Seu critério do que é "boa história" é a "história que é boa para nós" - "nosso país", "nossa causa", ou simplesmente "nossa satisfação emocional". Quer gostem disso ou não, os historiadores profissionais produzem a matéria-prima para o uso ou abuso dos não profissionais.⁶³

Acerca desta concepção do que é (ou não) História ser destoante para o grande público, há de se considerar a distinção elaborada por François Hartog entre *regime de historicidade* e *regime historiográfico* (ou mesmo entre consciência do passado e consciência histórica). Em resumo, "o regime de historicidade definiria uma forma culturalmente

⁶² CUNHA, *op.cit.*, p.28.

⁶³ HOBBSAWM, *op. cit.*, p. 285.

delimitada, portanto convencional, de relação com o passado; a historiografia seria uma destas formas e, enquanto gênero, um elemento sintomático de um regime de historicidade englobante”⁶⁴. Ou seja, a escrita profissional da história realizada no modelo acadêmico é apenas uma das maneiras de se acessar o passado (um regime historiográfico), que se assoma a todas as outras formas pelas quais nos relacionamos com o passado. De forma muito semelhante, a partir das múltiplas e diferentes manifestações da *consciência histórica*, na teoria rüseniana se concebe a ideia de uma cultura histórica. As narrativas que praticam o negacionismo são, nesse sentido, consideradas História tal como uma tese acadêmica. Por quê? Se essa noção de regimes historiográficos concomitantes que, por vezes, concorrem entre si é mobilizada para pensar “como se dá a legitimação do discurso historiográfico que envolve em um mesmo processo discursivo um autor, um relato, um receptor?”, como faz Fernando Nicolazzi em seu artigo *O historiador e seus públicos*⁶⁵, novas nuances descortinam-se.

A questão central a qual Nicolazzi reflete refere-se à importância de considerar que, se por um lado existem questões tão caras ao aspecto da produção do conhecimento histórico no formato acadêmico, a legitimação desse conhecimento se dá a partir da relação entre produção-consumo. Assim, tão importante quanto pensar nas regras da disciplina histórica é se atentar para quem são os públicos do historiador, e se estão habilitados a consumir a história produzida por este. Ocorre que:

para a realidade contemporânea, quer a definamos como presentista ou não, talvez seja possível sugerir ao menos três regimes historiográficos que podem dialogar entre si, mas que não obedecem necessariamente aos mesmos pressupostos teóricos nem aos mesmos protocolos práticos: é possível, então, vislumbrar em nossa sociedade, atuando de forma concomitante e por vezes concorrente, um regime historiográfico acadêmico, um regime historiográfico escolar e um regime historiográfico de circulação ampla que se poderia aqui definir a partir do campo estabelecido pela História Pública. Em cada um desses casos, a história é escrita, narrada e difundida segundo regras e protocolos distintos e, sobretudo, de acordo com demandas, modos de difusão e formas de recepção que são diferentes. [...] Se um historiador profissional com sua pesquisa, um professor de história em sua sala de aula, um escritor com seu livro histórico ou algum youtuber em seu canal digital narram suas histórias segundo princípios distintos, essas narrativas também são recebidas de formas variadas e segundo demandas que são específicas a cada uma dessas modalidades. Por vezes elas podem ser equivalentes, mas isso não significa uma condição *sine qua non*. Não se

⁶⁴ HARTOG, François; LENCLUD, Gérard. Regimes d’historicité. In: DUTU, Alexandre; DODILLE, Norbert. *L’état des lieux en sciences sociales*. Paris: L’Harmattan, 1993. p.26. *apud* NICOLAZZI, Fernando. O historiador e seus públicos: regimes historiográficos, recepção da história e história pública. *Revista História Hoje*. Vol. 8. n° 15. p.203-222. Jun. 2019. p. 209

⁶⁵ NICOLAZZI, Fernando. O historiador e seus públicos: regimes historiográficos, recepção da história e história pública. *Revista História Hoje*. Vol. 8. n° 15. p.203-222. Jun. 2019.

trata, obviamente, da mesma coisa assistir a um vídeo na internet ou ler um livro na poltrona, ainda que o conteúdo possa ser equivalente. O que se espera de uma pesquisa acadêmica não é necessariamente a mesma expectativa que tem o aluno na sala de aula, como não é a do leitor interessado ou do internauta que busca o que se convencionou chamar (de forma muito discutível, é bem verdade) de comunicação mais palatável ao grande público. Da mesma forma, a recepção que se faz de um não é a mesma recepção que se faz do outro.⁶⁶

Assim, ao se assumir que existem ao menos três maneiras de produzir conhecimento histórico em nossa sociedade, devemos nos atentar que o público alvo de cada um detém características próprias que os distinguem uns dos outros. Por isso, se a produção acadêmica está tão regulada por disposições que lhe são tão caras, seu destinatário é composto por profissionais (os pares) com formação e treinamento para compreender e qualificar o trabalho. O mesmo trabalho, quando encontra um público cujo olhar não está treinado para identificar os chamados não-ditos certeunianos da pesquisa, passa a assumir um caráter de verdade. Ainda segundo Nicolazzi:

O resultado disso é que o leitor é, de certa maneira, enganado pelo historiador, com seus truques de ilusionismo discursivo e que lhe oferece, assim, um relato “trapaceiro” que se pretende livre das injunções autorais e que, supostamente, realizaria um trabalho de revelação do real, ao invés de um trabalho de construção poética sobre o real.⁶⁷

No entanto, essa mesma falta de expertise do grande público corrobora para um nivelamento entre uma história narrada a partir de fatos comprováveis e uma história que aparenta ser, ainda que negue negligentemente os mesmos fatos. Outro revés decorrente disto é um afastamento entre a ciência e a vida prática, implicando em uma crescente produção que se avoluma nas bibliotecas das universidades contrastando com o enorme consumo de best-sellers (e outras produções) sobre o passado que não atendem às especificidades exigidas pela Academia.

A reflexão sobre a dissonância entre produtores e consumidores do conhecimento histórico ganha profundidade se considerarmos, como sugere Sônia Meneses - mobilizando as concepções de Michel de Certeau em *A Invenção do Cotidiano* - em seu artigo *Uma História contada a Homer Simpson*⁶⁸, que:

Ao identificar o lugar do “próprio”, compreendido como o lugar disciplinar no qual se produzem discursos e formas de controle, o autor o qualifica como o lugar de uma produção expansionista, barulhenta e espetacular. A

⁶⁶ *Ibidem*, p.211-212.

⁶⁷ *Ibidem*, p.215.

⁶⁸ MENESES, Sônia. Uma história ensinada a Homer Simpson: negacionismos e os usos abusivos do passado em tempos de pós-verdade. *Revista História Hoje*, vol.8, n.15. p. 66-88. Jun. 2019

ela sobrevém outra, qualificada por ele de consumo, que é dispersa, silenciosa e quase invisível, mas também, criativa. O espaço da apropriação. Estabelece-se aí uma espécie de circuito que movimenta um conjunto de práticas que se opõem e se alimentam continuamente. O autor chama essa movimentação de “consumo”, o qual podemos entender como a maneira pela qual as pessoas conseguem operar, lidar com aquilo que lhes é imposto, comunicado, ou simplesmente apresentado como produto cultural. Mas é preciso considerar que do próprio consumo resulta outra produção: “produção por apropriação”, permitam-me chamar assim.⁶⁹

Por esse ângulo, o consumo também gera produção a partir da apropriação do discurso em seu sentido original. Em outras palavras, o conhecimento histórico - acadêmico, escolar ou público -, ainda que elaborado a partir da concepção de seu(s) autor(es), é assimilado por um destinatário que não é passivo. Trata-se de uma produção de um novo sentido na medida em que cada indivíduo, dotado de uma cultura própria, coloniza esse conhecimento, transformando-o para adequá-lo às suas próprias concepções. Justapondo tal questão com o negacionismo, é possível cogitar que um binarismo entre “negacionistas profissionais” e “negacionistas inocentes” não pode dar conta de uma gradação de produtores, reprodutores e consumidores de tais práticas. Nesse sentido, o aspecto multifacetado que dificulta a definição do fenômeno pode ser esclarecido, em uma tentativa de abarcar essa diversidade de manifestações da prática negacionista, ao considerarmos a noção de usos do passado.

Nesse ensejo, indivíduos no presente - historiadores ou não historiadores, produtores, reprodutores ou consumidores de narrativas historiográficas - buscam no passado - a partir da memória, da pesquisa acadêmica, da leitura positivista da documentação como verdades inquestionáveis etc. - respostas às suas questões atuais. O passado ganha, assim, múltiplos usos no presente: constituição de identidades, orientação para ações no presente, ensino, políticas de reconhecimento e reparação, reabilitação de pessoas e instituições etc. No entanto, quando feita de forma antiética, deformando o passado para adequá-lo aos fins próprios, configura-se o oposto, os abusos (ou maus usos) do passado.

Ao deixar o aspecto da produção e focar a circulação e o consumo, resgatamos o ponto de partida desta reflexão mediada pela Didática da História. É neste momento, em que a Ciência Especializada responde à Vida Prática, que se fecha o ciclo que corresponde ao processo de formação da Consciência Histórica. Nesse sentido, nos ocupar de refletir sobre que tipo de história o público (escolar e no geral) está consumindo é tão importante. Se discursos negacionistas estão disputando espaços de circulação com a historiografia profissional, significa que muitas das ações e concepções no presente estão sendo orientadas a

⁶⁹ *Ibidem*, p.36.

partir de maus usos do passado para consolidar objetivos tendenciosos.

É por essa perspectiva que discussões sobre a produção de conhecimento histórico para o público, com o público e sobre o público ganham cada vez mais espaço no cenário atual. Contudo, deixaremos para abordar melhor essas questões nos próximos capítulos.

CAPÍTULO 2 – AS FORMAS DE APRESENTAÇÃO DO NEGACIONISMO DA ESCRAVIDÃO

2.1. O Negacionismo do Holocausto no Brasil - o caso da Revisão Editora

A Revisão Editora foi fundada em 1987 pelo descendente de imigrantes alemães Siegfried Ellwanger (sob o pseudônimo S. E. Castan) em Porto Alegre - RS. Antes do empreendimento, o fundador largou os estudos ainda jovem, teve uma tímida passagem pelo corpo de fuzileiros do Rio de Janeiro e obteve sucesso na carreira de empresário no ramo metalúrgico. Desde o início da década de 1980, Ellwanger começou a realizar pesquisas sobre a II Guerra Mundial, e em 1987 lançou seu primeiro livro: *Holocausto - judeu ou alemão?: nos bastidores da mentira do século*⁷⁰. Como é sugerido pelo título da obra, e da própria editora, o intuito da empresa era divulgar conteúdos que contestavam a ocorrência do Holocausto. Na medida em que a Revisão se consolidou e as obras de sua autoria ganharam relativa notoriedade no país, a atuação no ramo da metalurgia diminuiu, possível indício de que o autor provavelmente minou seus próprios recursos utilizando-os para manter a editora, ou mesmo que seus consumidores se afastaram quando as acusações de antissemitismo começaram a surgir.

Ainda que seja a hipótese mais plausível, o fato de Castan usar de seus próprios recursos para manutenção da editora não exclui a possível participação da mesma em “uma rede mundial de ajuda mútua voltada a essas publicações, financiada por vários órgãos internacionais ligados ao movimento negacionista”⁷¹, como aponta Carlos Gustavo Nóbrega de Jesus em *Anti-semitismo e nacionalismo, negacionismo e memória: Revisão Editora e as estratégias da intolerância (1987 - 2003)*. Isso porque, a primeira obra de Castan figurou na lista dos livros mais vendidos na Livraria Europa em Barcelona durante algum tempo dos anos 90, apontando para um contato com outras instituições marcadas pelo caráter negacionista.⁷²

Tão importante quanto conhecer os bastidores da criação da editora e a biografia de seu fundador é atentar para a peculiaridade do contexto histórico brasileiro da época. Nesse sentido, como aponta Jesus, a Revisão foi:

⁷⁰ CASTAN, S. E. *Holocausto - judeu ou alemão?: nos bastidores da mentira do século*. 7. ed. Porto Alegre: Revisão, 1987.

⁷¹ JESUS, Carlos Gustavo Nóbrega de. *Anti-semitismo e nacionalismo, negacionismo e memória: Revisão Editora e as estratégias da intolerância (1987-2003)*. São Paulo: Editora Unesp, 2006. p.21.

⁷² É importante também se considerar que esta obra de estreia de Castan foi traduzida para várias línguas, como espanhol, inglês e alemão.

[...] fundada três anos após o fim do regime militar e no ano da Assembléia Constituinte; portanto, numa época marcada pelo desejo de democracia, reprimida durante os vinte anos de censura. O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso exemplifica o clima da época comparando-o com maio de 1968 na França, em que era proibido proibir [...] Todo esse clima pós-ditadura contribuiu para a principal característica da Carta Constitucional de 1988: os amplos direitos civis e a irrestrita liberdade de expressão.⁷³

Essa conjuntura político-social contribuiu para que, em nome de uma tão cara liberdade de expressão conquistada após a Ditadura Civil-Militar, o intento de produzir e divulgar obras que contradiziam a existência do Holocausto gozasse de certa legitimidade. Em contraparte, as ideias de simpatia e anistia ao nazismo e o ataque aos judeus e à sua suposta organização conspiratória internacional acabaram levando seu principal autor a ser condenado (pela primeira vez) em 1996 pelo Superior Tribunal de Justiça de Porto Alegre. A partir da condenação inicial, o processo se estendeu por quase uma década⁷⁴, mobilizando e, na medida que tornou-se de conhecimento público, colocando em destaque questões sociais extremamente delicadas como os limites da liberdade de expressão e a intolerância racial. Ainda segundo Jesus, a trajetória da editora é permeada pela história de seu proprietário, podendo ser dividida em três momentos, sendo: o primeiro, de 1987 a 1996, quando a empresa publicava e revendia livros notoriamente negacionistas; o segundo, de 1996 a 1999, quando, já lidando com algumas sanções dos processos por racismo, Castan precisou restringir a forma como divulgava e vendia as obras; e, por fim, um terceiro momento (de 1999 a 2003)⁷⁵, quando a editora passou a disponibilizar seu conteúdo pelo site.

⁷³ JESUS, *op. cit.*, p.23.

⁷⁴ Castan foi processado mais de uma vez sob acusação de divulgar conteúdos racistas e incitar o ódio contra os judeus. O primeiro processo culminou em sua condenação em 1996, no entanto, logo em seguida o autor foi flagrado descumprindo a proibição legal ao vender as obras da Revisão Editora na Feira do Livro de Porto Alegre. O flagrante gerou a denúncia por parte do Movimento Popular Anti Racista (MOPAR) - formado pelo Movimento Judeu, Movimento Negro e Movimento de Justiça e Direitos Humanos -, culminando no processo mais longo que se estendeu de 1996 a 2003. Com essa denúncia, o juiz ligou o segundo processo à primeira condenação. Ao longo deste período, o autor foi condenado diversas vezes, sempre apelando para instâncias superiores.

⁷⁵ O site da Revisão Editora foi fundado em 1999 e serviu para que a empresa retomasse o intuito original, pois o sítio virtual servia, além da exposição do catálogo, para divulgação de artigos anti-semitas e textos de Castan atacando a imprensa e a Justiça. Em 2001, no entanto, o conteúdo de seu site foi considerado como prova, invalidando seu pedido de apelação à condenação. Com isso, o site passou por uma reformulação. A partir de então, tal qual aconteceu com a editora física, o site começou a congregar textos de diversas orientações políticas junto aos textos racistas de Castan. Mascando seu intento sob um suposto cunho nacionalista, a Revisão conseguiu tornar-se um refúgio virtual para uma ampla gama de internautas que se identificavam com posicionamentos desde a extrema-direita até a extrema-esquerda. É importante ressaltar ainda que, mesmo após a condenação final de Castan e a conclusão da obra de Carlos Gustavo Nóbrega de Jesus, a presença da Revisão na internet aparentemente teve continuidade (por seguidores do projeto original e atualizando-se às novas plataformas). Definida como uma “página saudosista”, o perfil “Editora Revisão Porto Alegre” está operando no *Facebook*; sendo sua última postagem, até o presente momento, realizada em 05 de novembro de 2021. Com a imagem do logo da editora e uma foto em preto e branco do estande da Revisão em uma feira de livros, os responsáveis pela manutenção da página anunciam recorrentemente o catálogo sob o lema “Leia livros

É importante destacar que o caso da Revisão não foi o único movimento no referido contexto, uma vez que:

Ao se apropriar do discurso democrático, efervescente no País, vários outros movimentos dialogaram com algumas premissas apontadas pela Revisão. Julgando que a abertura política possibilitaria sua livre-iniciativa, surgiram movimentos como os separatistas no Sul, a República do Pampa e o Sul é o Meu País; em Minas Gerais, Movimento Nova Inconfidência; em São Paulo, formou-se o Partido Nacional Socialista Brasileiro (PNSB), depois denominado Partido Revolucionário, gangues de jovens neonazistas, como os Carecas do ABC e os Carecas do subúrbio, identificados com os *skinheads* ingleses; e no Rio de Janeiro, constituiu-se movimento que procurava retomar a Ação Integralista Brasileira, de Plínio Salgado. Diferentemente, no entanto, dos grupos nacionalistas, como o Sul é o Meu País, República do Pampa e Movimento Nova Inconfidência, o discurso da editora não é marcado pelo separatismo; ao contrário, Castan apela para a centralização política. [...] a editora está comprometida com um modelo ditatorial centralizado, baseado não só na crença de sua integração territorial, mas também cultural e racial. A questão da xenofobia para a Revisão também é diversa, pois, na opinião de Castan, os problemas com os estrangeiros não estão simplesmente no fato de serem “invasores” que professam outra cultura em busca de emprego, mas, sim, porque, inevitavelmente, em sua maioria, estão ligados à organização judaica mundial.⁷⁶

Tais movimentos não eram uma especificidade da sociedade brasileira. O aceleramento do processo de globalização das décadas finais do século XX, aliado ao surgimento da internet, à formação de blocos econômicos e ao crescente fluxo de imigração para suprir a demanda de mercados de trabalho, colaborou para que em vários lugares surgissem movimentos nacionalistas, xenófobos e simpatizantes do fascismo. A iniciativa “nacionalista” de Castan, ao mesmo tempo que destoava dos separatismos característicos dos demais movimentos brasileiros, dialogava com o contexto internacional ao buscar em um passado idealizado a matéria-prima para forjar a identidade nacional pretendida. Às intensas transformações que operaram a partir do encurtamento das distâncias e maior integração mundial opuseram-se uma onda de reações que, tal qual a Revisão, voltavam-se para a valorização do nacional. Assim,

Com o intuito de marcar a identidade de povos com um passado comum, o final do século XX foi pródigo na recorrência à memória, além de ser um objeto, um instrumento de manipulação, é também um fator agregador [...] Nesse sentido, a revalorização do passado e o surgimento de grupos nacionalistas e guerras étnicas contribuíram para que a memória ganhasse relevância não apenas na esfera historiográfica, mas também na esfera social, cultural e política. A sensível perda de referências em todos esses segmentos foi um fator estimulante para a valorização da memória.⁷⁷

revisionistas!”.

⁷⁶ JESUS, *op. cit.*, p. 27-28.

⁷⁷ *Ibidem*, p. 33.

Os enunciados que estão acima relacionados, por si só, convergem para a preliminar qualificação de Siegfried Ellwanger como mais um dos negacionistas tradicionais do Holocausto. Na análise mais aprofundada realizada em *Anti-semitismo e nacionalismo, negacionismo e memória*, destaca-se que, beneficiando-se do referido contexto de uma fresca liberdade de expressão que contagiava a sociedade e da onda de movimentos extremamente nacionalistas, a editora promoveu a venda de obras anti-sionistas e anti-semitas de autores como Robert Faurisson, do general belga Leon Degrelle e, até mesmo, de Henry Ford. Contudo, os autores com maior número de obras no catálogo da editora eram Gustavo Barroso (um dos líderes do movimento Integralista, reconhecido pelo seu radical anti-semitismo), além do próprio Castan e seu associado, Sérgio Oliveira. No que se refere à forma da produção, é frisada a:

[...] questão da qualidade gráfica dos Boletins e dos livros da Revisão Editora, pois é claramente notável [...] a falta de apuro na diagramação dos Boletins e nas capas dos livros. Tal fato revela o caráter caseiro e não-profissional do trabalho, um indício de que a editora dispunha de recursos modestos. De outra parte, é óbvio o caráter quase clandestino do material. Também é possível imaginar que, mesmo dispondo de capital, talvez Castan receasse fazer uso de empresas solidamente estabelecidas no mercado, tendo em vista o conteúdo do material, o que pode tê-lo levado a optar por uma saída amadora. No entanto, a baixa qualidade gráfica dos livros não significa que as capas fossem pouco chamativas ou atraentes. As cores fortes e os títulos polêmicos buscavam compensar o modesto trabalho editorial.⁷⁸

Tais considerações acerca da estética das produções reiteram a concepção de que os autores negacionistas preocupam-se em vender junto ao passado distorcido, a aparência de uma verdade absoluta, ainda que, “ardilosamente escondida pelos especialistas”. Em outras palavras, Castan, por não se pronunciar do *lugar* da Ciência especializada como os negacionistas franceses, tenta compensar sua falta de autoridade e o rudimentar trabalho de edição com uma estética sensacionalista visando causar forte impacto nos seus consumidores.

Já no que concerne à questão da escrita, percebe-se uma série de subterfúgios retóricos para, dentre outros objetivos, reabilitar o nazismo e denunciar as agressões sofridas e as injustas acusações de crime imputadas ao povo alemão - além, é claro, da suposta farsa do genocídio judeu. Para sustentar tais argumentos, utiliza-se, em demasia, relativizações e generalizações; colocando os nazistas junto ao “povo alemão” como vítimas da Segunda Guerra, exaltando os massacres sofridos pelos alemães por conta do conflito, em detrimento da morte generalizada dos judeus por outros fatores (como o tifo). Soma-se a isso, a

⁷⁸ *Ibidem*, p. 57.

linguagem agressiva e vulgar com que defende os próprios pontos de vista e ataca os alvos - e que ajuda a compor a estética sensacionalista. A fim de conferir credibilidade ao raciocínio, apropria-se de supostas autoridades negacionistas e evoca documentos de procedência duvidosa, não aplicando a esses o mesmo rigor com o qual escrutina as obras que se lhe opõem. Em suma, o *modus operandi* da Revisão assemelha-se bastante à fórmula de elaboração das teses negacionistas identificada por Pierre Vidal-Naquet em *Assassinos da Memória*⁷⁹.

Essas idiossincrasias das obras de Castan são muito mais transparentes no primeiro momento da trajetória acima referida, refletindo também na estratégia usada para a logística da distribuição. O catálogo da editora junto a outros anúncios eram veiculados abertamente à sociedade a partir de panfletos denominados de Boletins Informativos de Esclarecimento ao País (EPs). No entanto, com as proibições judiciais, o teor das obras - bem como de sua distribuição - foi gradativamente se camuflando. No segundo momento da trajetória (de 1996 a 1999), a necessidade de se desvincular do rótulo de racista leva o nacionalismo - já existente desde os primeiros anos, ainda que muito diluído - a ganhar maior protagonismo. Esse intento pode ser percebido na mudança do prédio que passa a funcionar quase que clandestinamente, ficando fechado todo o tempo (recebendo apenas compradores familiarizados com a editora); a transformação de editora em uma Livraria; e, conseqüentemente, uma maior diversidade de obras disponibilizadas para seus clientes - “na guia destinada aos assinantes do Boletim não se usa a palavra compradores, mas colaboradores, divulgadores ou patrocinadores, forma de a editora torná-los cúmplices e partícipes de seus ideais”⁸⁰. Mantidas as obras negacionistas, acrescenta-se ao catálogo obras de Lênin, Marx e Engels, Fidel Castro, Eva Perón, Nietzsche e Napoleão Bonaparte, dentre outros autores. Todo o esforço, porém, seria menos um indicativa de mudanças no projeto de divulgação negacionista e anti-semita do que uma tentativa de disfarçá-lo.

Tal qual todo o contexto de produção e distribuição, o texto de Castan também é atravessado por uma série de elementos difusos. Neste seguimento, Jesus conclui que:

A discussão historiográfica vem para solidificar a tese de que determinar um modelo para o discurso nacionalista de Castan e da Revisão Editora é muito difícil. Deve-se entender tal posicionamento a partir da estratégia de discurso presente nas obras da editora, que oscila entre concepções políticas contraditórias, procurando qualquer argumento que venha solidificar as teses negacionistas e anti-semitas, não importando a nacionalidade nem a filiação política. Sendo assim, pode-se dizer que Castan passa a utilizar qualquer tipo de nacionalismo para auxiliar a construção de suas teses. O nacionalismo,

⁷⁹ Ver VIDAL-NAQUET, *op. cit.*, p.36-46.

⁸⁰ JESUS, *op. cit.*, p. 131.

nesse momento, é apropriado, ainda de forma tímida, por Castan para dar materialidade a seu discurso. Nota-se trato semelhante com a questão da memória, que é utilizada como mero recurso para a afirmação das teses negacionistas presentes nas obras da editora.⁸¹

Ou seja, pode-se depreender que o indivíduo Siegfried Ellwanger tinha, antes de tudo, uma forte concepção anti-semita, além de uma predisposição para, em nome desse preconceito, acreditar na existência de uma conspiração internacional judaica que estaria propagando mentiras a fim de narrar a história sob uma perspectiva que os beneficiasse. Disto, decorre-se que, como escritor e editor, seus esforços foram para divulgar suas teses para o grande público, recorrendo, para tal, a diferentes práticas e teorias. Por isso, em suas obras, sobressaem-se o nacionalismo e um mau uso político do passado (na forma de negacionismo do Holocausto, no uso acrítico dos documentos históricos, na supervalorização da memória) de forma oportuna a dar legitimidade às suas opiniões. Este é o motivo pelo qual “coloca obras de negacionistas dos anos 80 lado a lado com as de intelectuais dos anos 30, aglutinadas pelo fato de compartilharem propostas e ideais baseados no anti-semitismo”⁸². O nacionalismo e o negacionismo são só um meio para se chegar ao fim.

É de relevância se considerar que a prática da distorção do passado com objetivos não é uma exceção. Segundo Hobsbawm:

[...] todos os seres humanos, coletividades e instituições necessitam de um passado, mas apenas ocasionalmente o passado é revelado pela pesquisa histórica. [...] As nações são entidades historicamente novas fingindo terem existido durante muito tempo. É inevitável que a versão nacionalista de sua história consista de anacronismo, omissão, descontextualização e, em casos extremos, mentiras. Em um grau menor, isso é verdade para todas as formas de história de identidade, antigas ou recentes.⁸³

No entanto, no que diz respeito ao nacionalismo no modelo que Castan utiliza, existe ainda uma consideração a se fazer. Ao evocar tal ideologia que suscita sentimentos para sustentar seu projeto anti-semita, da forma como é feito, implica-se em tentar amalgamar o anti-semitismo em uma identidade nacional brasileira. Como se, para ser (um “bom”) brasileiro, tivesse que defender a integridade nacional das ingerências da conspiração sionista internacional.

2.2. O Caso Narloch

O jornalista paranaense Leandro Narloch, nascido em 1978, já se ocupava de escrever

⁸¹ *Ibidem*, p.81.

⁸² *Ibidem*, p. 94.

⁸³ HOBSBAWM, *op. cit.*, p.285

sobre temas históricos há alguns anos quando produziu a obra que o tornou nacionalmente conhecido: o *Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil*, de 2009. Ao longo da década de 2000, assinou inúmeras matérias para revistas ligadas ao Grupo Abril, como colunista da *Veja* e editor da *Superinteressante* e *Aventuras na História*. Em poucas semanas, o *Guia Politicamente Incorreto* se tornou um sucesso mercadológico alcançando a marca de mais de 100 mil exemplares vendidos e, segundo a editora Leya (que o publicou), ocupando uma posição na lista dos mais vendidos por mais de 70 semanas.⁸⁴

A obra teve como inspiração a série norte-americana *The Politically Incorrect Guide*⁸⁵, publicada desde 2004 pela Regnery Publishing – uma editora declaradamente conservadora, com sede em Washington DC. A série original conta com mais de 30 livros de vários autores com viés liberal e/ou conservador tratando de vários temas acerca da história dos Estados Unidos, do mundo e temas não históricos como as mudanças climáticas. A versão brasileira inaugurada por Narloch, devido ao sucesso de vendas, motivou a editora portuguesa Leya⁸⁶ a dar prosseguimento no projeto lançando outros guias politicamente incorretos. Deste modo, Narloch ainda publicou volumes do *Guia Politicamente Incorreto da História da América Latina* (2011), *da História do Mundo* (2013) e *da Economia Brasileira* (2015). A coleção ainda conta com títulos produzidos por outros autores como o professor universitário Luis Felipe Pondé e o músico Lobão sobre Filosofia, Futebol, Sexo, Presidentes da República, Rock brasileiro dos anos 1980 e Política Brasileira.

2.2.1. O *Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil*

2.2.1.1. A Estética

Já na capa do livro se encontra uma estética bastante particular que se tornou uma marca registrada - a grafia do título mesclando fontes que imitam os cartazes de procurados

⁸⁴ LEYA, Editora. *Biografia: Leandro Narloch*. Disponível em: <<http://www.leya.com.br/autor/leandro-narloch/>>. Acesso em: 01 Nov. 2021.

⁸⁵ CROCKER III, H.W., et. al. *The Politically Incorrect Guide* (coleção). Regnery Publishing: Washington/EUA, 2004-2021.

⁸⁶ Em seu catálogo, a editora Leya incluí diversos títulos sobre a história do Brasil em formatos semelhantes aos guias politicamente incorretos, como a coleção *A história não contada* de Paulo Rezzutti, a coleção *Histórias não (ou mal) contadas* de Rodrigo Trespach e a *História do Brasil para ocupados* do historiador Luciano Figueiredo. Além desses, é possível também encontrar o *Ditadura à brasileira* do historiador Marco Antônio Villa, obra em que o autor defende a tese de que a ditadura civil-militar brasileira não teria se iniciado em 1964 (e sim a partir do Ato Institucional número 5). A primeira análise, no entanto, não aponta para que seja uma editora que visa se especializar nesse tipo de literatura que encoraja discursos negacionistas, como foi o caso da Revisão – uma vez que o catálogo também abrange obras de diversos estilos literários (como de Auguste de Saint Hillaire, do historiador Leandro Karnal etc.). Todavia, um estudo mais pormenorizado seria extremamente relevante.

dos filmes de velho oeste somada a ilustração que traz uma série de personagens históricos retratados no livro junto a outros elementos em uma composição que remete à capa do álbum *Sargeant Pepper's Lonely Heart Club Band* da banda inglesa *The Beatles*.

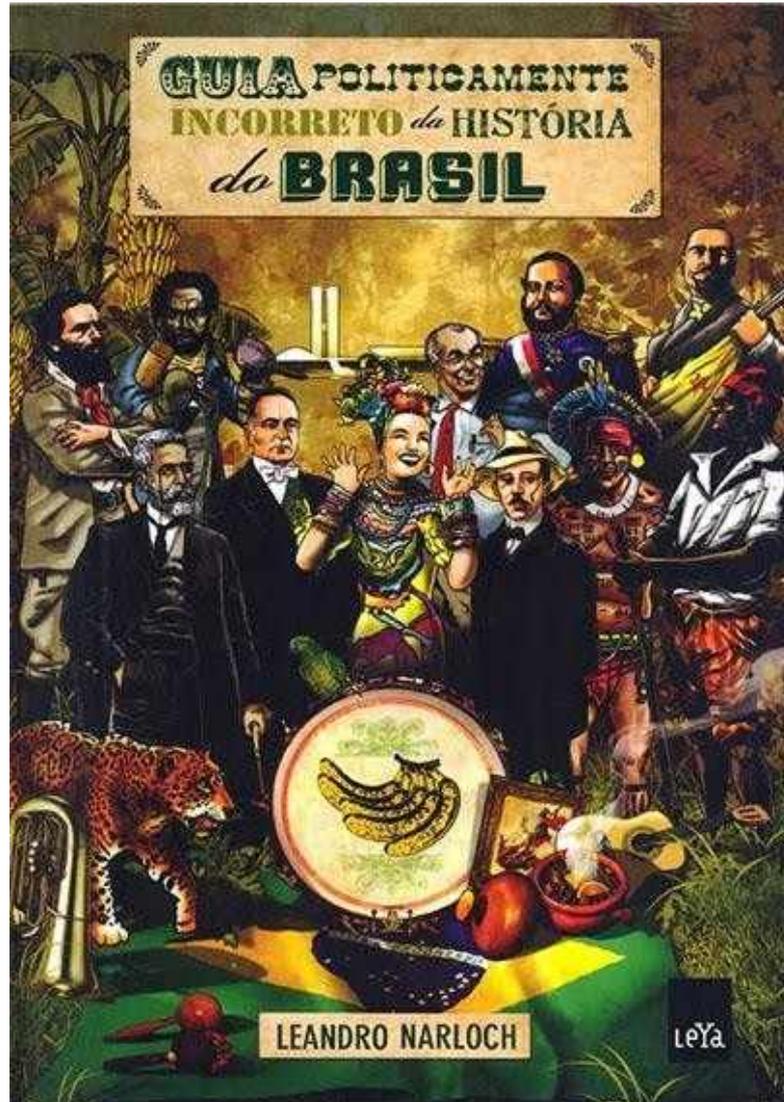


Figura 1. Capa do *Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil*

Na capa que se refere à história brasileira, é possível identificar algumas figuras como Machado de Assis, Aleijadinho, Getúlio Vargas, Carmem Miranda, Leonel Brizola, Santos Dumont, Francisco Solano López e Zumbi dos Palmares. Os demais personagens aparentam ser alegorias: o bandeirante, o indígena, o caudilho. Na composição do cenário que os cerca encontra-se uma miscelânea de elementos tropicais que reforçam alguns dos estereótipos da história e geografia brasileira. Existem diversas bananeiras, um pequeno quadro de São Jorge,

animais (como onça e papagaio) e instrumentos como violão, maracas, tuba e um bumbo (mesmo elemento central que a capa do álbum dos Beatles, porém estampado com um cacho de bananas). De forma sugestiva, dois símbolos republicanos compõem a cena: o Palácio do Planalto ao fundo e a bandeira republicana estendida no solo como se estivesse servindo de toalha para um piquenique. As figuras, que se destacam pelas cores e posição que se encontram na cena, sugerem o olhar do leitor a relacioná-la com a expressão “república de bananas”⁸⁷.

Apesar de se inspirar no *The Politically Incorrect Guide*, a versão brasileira distancia-se muito do padrão de capas norte-americano. Em oposição ao modelo original de curtas manchetes polêmicas com uma única imagem temática recortada e emoldurada por cores apagadas, a obra de Narloch traz uma capa chamativa pelas gravuras desenhadas à mão e pelas cores fortes que o destacam em qualquer prateleira junto a outros livros de história.

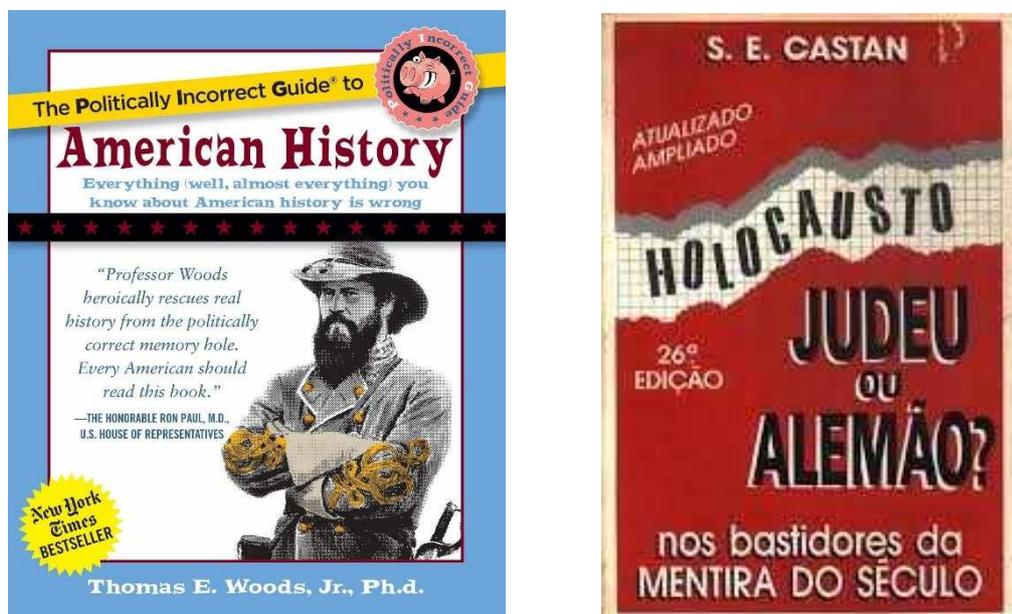


Figura 2. Capas do *The Politically Incorrect Guide to American History* e de *Holocausto Judeu ou Alemão? Nos bastidores da mentira do século* da Editora Revisão

⁸⁷ Segundo matéria da BBC, a expressão “república de bananas” foi criada pelo escritor norte americano Willian Sydney Porter, sob o pseudônimo de O. Henry, no conto *O Almirante* (1904) onde retratava um país fictício supostamente inspirado em Honduras, local onde residia o escritor. Na ocasião, o termo referia-se a países tropicais, principalmente na América Central, cujas economias eram dependentes de grandes empresas americanas - que, literalmente, usavam o território de tais países para produzir bananas. Mas, o significado se ampliou na medida que alguns estudos políticos apropriaram-no. Assim, “a expressão passou a fazer referência a países marcados pela monocultura e dotados de instituições governamentais fracas e corruptas, nos quais uma ou várias empresas estrangeiras têm o poder de influir nas decisões nacionais”. Para saber mais, vide: BBC NEWS BRASIL. *Qual a origem do termo ‘república de bananas’, usado pelo ‘Guardian’ para se referir ao Brasil?*. 28 Abr. 2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil/2016/04/160428_republica_bananas_origem_fn>. Acesso em: 02 Nov. 2021.

Nesse sentido, a estratégia de publicidade se assemelha muito mais às capas da Revisão, apesar da grande distância entre a competente produção da primeira em detrimento à rusticidade da segunda (como pode se visualizar na figura 2).

A ilustração é de autoria de Gilmar de Oliveira Fraga, que também produziu as capas dos outros livros da coleção. Fraga é um reconhecido ilustrador que já colaborou com diversas empresas rio-grandenses (seu estado natal), sendo sua parceria mais longa com o Jornal Zero Hora, onde trabalha desde 1996. Em entrevista à revista Arco⁸⁸ afirmou que a oportunidade de ilustrar as capas dos *Guia Politicamente Incorreto* surgiu de uma parceria com Diego Rodrigo da Obá Editorial, de São Paulo, que é responsável pela edição. Perguntado sobre o processo criativo, o ilustrador respondeu:

Geralmente é um processo demorado, porque exige uma pesquisa iconográfica grande. Eu faço a leitura de alguns capítulos prévios que me enviam, escrevo uma lista de personagens e tento desenhar. Muitas vezes, tu não tem referências- por exemplo, uma bruxa na fogueira, então tenho que montar essa cena de acordo com a estética das capas. Fiz a ilustração dos mensaleiros para a capa do *Mensalão*, da Leya e em muitas das fotos as pessoas não estavam de corpo inteiro, então eu tive que desenhar um corpo para aquela referência fotográfica.⁸⁹

O próprio cuidado de realizar uma pesquisa iconográfica junto ao processo de concepção permite inferir que esta ilustração pode assumir diversas funções no conjunto da obra antes de ser apenas uma ilustração chamativa. Em outras palavras, a preocupação em retratar “fielmente” os personagens históricos buscando referências no rascunho de Narloch e outras produções iconográficas, mostra uma atenção especial à integração da capa ao restante da obra, formando em conjunto um discurso sobre o passado brasileiro. Portanto, mais do que uma simples ilustração do conteúdo e de um elemento da identidade da obra, trata-se de uma *representação* do passado da sociedade brasileira (e, conseqüentemente, de seu presente) sob a perspectiva do autor do *Guia*. Sobre o conceito de representação, é preciso levar em consideração:

[...] que as representações sociais são fenômenos complexos sempre ativos e agindo na vida social. Em sua riqueza fenomênica assinalam-se elementos diversos, os quais são às vezes estudados de maneira isolada: elementos informativos, cognitivos, ideológicos, normativos, crenças, valores, atitudes, opiniões, imagens etc.. Mas esses elementos são sempre organizados como uma espécie de saber que diz alguma coisa sobre o estado da realidade.⁹⁰

⁸⁸ FRAGA, Gilberto Oliveira. *Entre charges e capas: Os aspectos da profissão de capista através do trabalho de Gilmar Fraga, ilustrador do jornal Zero Hora*. Revista Arco (site). Santa Maria/RS: UFSM, Abr. 2016. Disponível em: <<https://www.ufsm.br/midias/arco/post109/>>. Acesso em 02 Nov. 2021.

⁸⁹ *Ibidem*.

⁹⁰ JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, D. (Org.). *As*

Assim, a escolha de cada item - violão, maracas, bananas, feijoada, onça-pintada, o quadro de São Jorge, o Planalto Federal, a bandeira do Brasil, junto aos personagens que são referências do passado brasileiro - é intencional e guiada por uma série de elementos cognitivos, ideológicos, etc. A intenção, no entanto, só se descortina ao analisar a totalidade da obra.

2.2.1.2. *A Tese*

Na contracapa, o livro destaca:

É hora de jogar tomates na historiografia politicamente correta. Este guia reúne histórias que vão diretamente contra ela. Só erros das vítimas e dos heróis da bondade, só virtudes dos considerados vilões. Alguém poderá dizer que se trata do mesmo esforço dos historiadores militantes, só que na direção oposta. É verdade. Quer dizer, mais ou menos. Este livro não quer ser um falso estudo acadêmico, como o daqueles estudiosos, e sim uma provocação. Uma pequena coletânea de pesquisas históricas sérias, irritantes e desagradáveis, escolhidas com o objetivo de enfurecer um bom número de cidadãos.⁹¹

Já na mensagem de apresentação, o autor deixa claro que, em sua concepção, existem pelo menos dois tipos de historiografia, uma que seria correta e outra incorreta. No entanto, o termo é usado com tom de ironia, uma vez que o “politicamente correto” é vinculado aos “historiadores militantes” que realizam “falsos estudos acadêmicos” aos quais se opõe. No entanto, para além do declarado deboche, é nítido como o autor concebe seu livro como um intento que não é falso, pois se baseia em fontes sérias, embora irritantes e desagradáveis. Em uma postura bastante parecida à dos negacionistas tradicionais (Furet, Faurisson), encontra-se presente *a priori* duas das principais características dos negacionismos: a negação da historiografia acadêmica e a autoimagem (equivocada) de autoridade no assunto. Além disso, chama a atenção como o autor explicita uma intencionalidade - outro traço marcante do negacionismo - ao *escolher* a coletânea que compõe o livro a fim de enfurecer uma parte específica do público.

Na sequência, em uma sessão intitulada “Por uma novela sem mocinhos”, a concepção de uma produção de conhecimento tendenciosa por parte dos historiadores é desdobrada. Em três páginas, Narloch descreve um cenário externo e anterior - e que o teria mobilizado a escrever - à sua obra. Segundo o autor, existe uma fórmula clichê de se narrar o passado de diversos países que consiste numa oposição entre os ricos enquanto vilões e os pobres como

representações sociais. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 20.

⁹¹ NARLOCH, Leandro. *op. cit.*, p.1.

vítimas. Esse modelo seria tão supostamente repetido que garante a qualquer um que o domine a aprovação em qualquer prova ou o status de especialista em qualquer conversa de bar - uma vez que “as pessoas certamente concordarão com suas opiniões, os professores vão adorar as respostas”⁹². Em consonância a uma mentalidade que produziu, a partir de 2004, o projeto Escola Sem Partido, Narloch destaca que “nessa estrutura simplista, o único aspecto que importa é o econômico: o passado vira um jogo de interesses e apenas isso. Só se contam histórias que não ferem o pensamento politicamente correto e não correm o risco de serem mal interpretadas por pequenos incapacitados nas escolas”⁹³. Sem chegar a nomeá-la, afirma que esta é uma fórmula ideológica que se popularizou no século XX quando o mundo encontrava-se bipartido. Além disso, os historiadores não seriam os responsáveis pela sua criação, mas ao debruçar-se sobre o passado, teriam presumivelmente tentado encaixá-lo nessa ideologia. Nesse bojo de binarismo não caberiam a complexidade de personagens cujas motivações fogem ao mote do “rico vilão x pobre vítima”.

É nesses termos que a motivação do autor é vinculada a denunciar e contestar a produção de um conhecimento histórico supostamente enviesado por um pensamento marxista que estaria há tempos reduzindo a complexidade do passado à uma mera luta de classes. É importante se observar que, por se voltar para um grande público, é extremamente iníquo o fato da introdução tecer tal argumento de forma unilateral, sem explicar (ou sequer dar nome) a ideia a qual está sugerindo como errada. O que se explicita, em seu lugar, são exemplos com forte apelo moralizante de como a tal fórmula distorce o passado para incitar lições de moral de forma geral e, mais grave ainda, nos “pequenos incapacitados” nas escolas. Em resumo, o livro esconde por trás do deboche uma acusação bem séria: a historiografia acadêmica e escolar não só é ideologicamente guiada pelo marxismo, como está “doutrinando a sociedade” há décadas. A conspiração da manipulação que era sionista para Castan, é marxista para Narloch.

2.2.1.3. *A Escrita*

Como parte importante da composição do discurso, o formato de escrita escolhido é bastante objetivo e conciso. Em se tratando de uma obra voltada para um amplo mercado, o já experiente jornalista aparenta reconhecer as demandas de seu público alvo: consumidores fascinados pelo passado. Todavia, não interessados por qualquer passado, mas por curiosidades pitorescas. Assim, presumindo que o leitor já tenha um conhecimento prévio (de

⁹² *Ibidem*, p. 4.

⁹³ *Ibidem*, p. 4.

parte) da história do Brasil, segundo Jurandir Malerba em *Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a História?: uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre Public History*⁹⁴, o autor

[...] montou seus guias não como uma narrativa histórica, mas como um mosaico de episódios contados em tom de chiste, de forma pilhérica, picaresca, enfim, de forma anedótica, conceituada como uma narrativa concisa, baseada em uma estrutura dramática de três atos relativos à situação ou exposição, o encontro ou crise e a resolução (que guarda a lição de moral). É para essa forma que quero atentar. Esse tipo de narrativa daquilo que os franceses chamam *faits divers* e os ingleses, *feature* (a propósito, uma expressão corrente no jargão jornalístico para designar os assuntos não categorizáveis nas editoras tradicionais) remete, conceitualmente, a fatos desconectados de historicidade, cujo interesse reside em seu caráter inusitado, pitoresco. Lionel Gossman oferece uma reflexão erudita e profunda da relação entre a história (historiografia) e esse tipo de modalidade narrativa ancorada na anedota. Segundo Gossman, o termo “anedota” (ou “episódio”) era e é utilizado para descrever uma ampla gama de narrativas cuja característica definidora essencial é menos sua brevidade (embora a maioria em geral seja bastante curta) do que a sua falta de complexidade.⁹⁵

A favor de uma escrita concisa e objetiva, o *Guia* ignora deliberadamente as complexas contextualizações que dão base (ou refutam) os argumentos utilizados. O raciocínio é dado como óbvio, numa tentativa de comungar as concepções com o leitor, e, por vezes, recorre-se à citação de senso-comuns ou fontes primárias. Essas fontes, tal como o restante da argumentação, são elencadas como meras ilustrações - sem qualquer análise crítica - que confirmam o que se afirma previamente. Essas características apenas reforçam a analogia de Malerba, afinal

Essas histórias-anedotas parecem se definir por sua recusa ostensiva à sistematização, à totalização e à interpretação e por suas narrações apenas de episódios particulares, isolados, muitas vezes numa ordem cronológica simples, como nos anais e crônicas da Idade Média. Ainda segundo Gossman, o uso mais comum de anedotas por historiadores não parece ter sido especialmente subversivo. As anedotas geralmente funcionaram na escrita histórica não como casos individuais intrigantes ou incomuns a questionarem as noções de ordem histórica, mas como casos particulares exemplificando e confirmando uma regra geral ou tendência ou a servir de epítome a uma situação geral maior. [...] O que importa nelas não é contar ou explicar a história, mas impor um conjunto de preceitos morais a partir do que se considera (moralmente) certo e errado, ou (politicamente) correto ou incorreto. Narloch, provavelmente sem consciência disso, retoma uma modalidade de escrita histórica antiga, anterior à construção da história como ciência no século XIX, baseada na escrita rápida, alegórica e normativa, garimpando na historiografia episódios picarescos que corroborem suas posições e ataques conservadores, porém ironicamente

⁹⁴ MALERBA, *op. cit.*, 2014.

⁹⁵ *Ibidem*, p.40.

travestidos de “politicamente incorretos”.⁹⁶

Portanto, apesar de se valer de um estilo de escrita já utilizado no passado - em um momento onde prevalecia a concepção de história como *mestra da vida*, ensinando preceitos morais a partir de exemplos do passado - como forma de se fazer história, o autor do *Guia Politicamente Incorreto* distancia-se da prática original que visava a confirmação da ordem histórica. Assim, para além de tornar a leitura mais dinâmica e, conseqüentemente, acessível ao público, a opção por redigir a obra nesse estilo anedótico - estabelecendo-se um cotejamento com o prólogo acima citado onde o autor descreve sob seu ponto de vista um cenário de doutrinação esquerdista manipulando a sociedade através da historiografia - sugere um claro abuso do passado. Isso porque Narloch busca no passado apenas os episódios que, narrados sem uma mínima contextualização, apenas corroboram para sustentar sua versão de que seriam os historiadores que “editam” o passado visando a consolidação de objetivos políticos presentes. Em texto publicado no site Jornalistas Livres, Rodrigo Perez Oliveira afirma:

Narloch se apresenta no texto como denunciador das mentiras que teriam sido contadas pelos “historiadores marxistas”. É como se estivesse sussurrando no ouvido de seus leitores: “Venham que vou contar pra vocês a história verdadeira”. Escravos que escravizavam escravos e acumulavam riquezas. Índios que engabelavam jesuítas, traficando produtos naturais e ateando fogo à floresta. Esses são os personagens da história politicamente incorreta, e ideologicamente orientada, narrada por Narloch. O objetivo é negar a existência de estruturas de opressão, trazendo os sujeitos subalternizados para o plano da ação, tirando-os do lugar de vítima. Há ainda outro objetivo, não declarado, mas que é fundamental para entendermos o projeto político do negacionismo de Narloch: o “Guia” foi publicado no apogeu do reformismo petista, onde políticas públicas reparatórias agiam para atenuar os efeitos das violências estruturais que marcam o passado nacional. Ao negar a história, Narloch pretendia negar a necessidade dessas políticas públicas. O passado é sempre iluminado pelas vontades do presente, chamado a atender aos interesses do presente. O passado é moeda valiosa na cotação do mercado político. O negacionismo histórico praticado por Leandro Narloch tem lá suas especificidades. É algo diferente de outras modalidades de negacionismo que invadiram o debate público brasileiro nos últimos anos. Diferente do que faz o “Brasil Paralelo” ou o “Metapedia”, Leandro Narloch não rejeita completamente o trabalho dos historiadores profissionais, geralmente professores das universidades públicas. Muito pelo contrário, Narloch se coloca como herdeiro de uma historiografia universitária produzida a partir dos anos 1980, que teria rompido com os “dinossauros marxistas” e escrito uma história “mais real e complexa que não se reduz ao simples conflito entre pobres e ricos, vencidos e vencedores”. O negacionismo de Narloch é especialmente desafiador porque não é completamente mentiroso. É abusivo, é desonesto, produz erro e engano sem atravessar as fronteiras das verdades possíveis.⁹⁷

⁹⁶ *Ibidem*, p. 41.

⁹⁷ OLIVEIRA, Rodrigo Perez. *O negacionismo histórico de Leandro Narloch*. Disponível em:

2.2.1.4. O negacionismo a serviço do “politicamente incorreto”

O mito grego do leito de Procusto narra a história de um perverso criminoso que capturava suas vítimas e, por diversão, obrigava-as a se deitarem em sua cama que possuía a exata dimensão de seu próprio corpo. Quando as vítimas eram maiores, decepava-lhes as pernas, quando menores, esticava-lhes até terem a dimensão do leito. Segundo o ex-procurador de Justiça Darly Viganó, em texto publicado no site da Associação Paulista do Ministério Público:⁹⁸

A ideia subjacente ao mito de Procusto, conforme a maioria dos estudiosos, é a da intolerância, razão pela qual eliminava maldosamente todos os que não fossem de seu tamanho. Contudo, quando a deusa Atena procurou-o a fim de dissuadi-lo de continuar com a prática, argumentou maliciosamente que a finalidade era apenas a de acabar com as diferenças entre os homens. Mas essa não era nem de longe sua intenção, pois eliminava também os da mesma altura, valendo-se de outro leito, de medida diferente, que mantinha escondido.⁹⁹

Existem alguns paralelos entre a história de Procusto e o *Guia Politicamente Incorreto*. Tal qual a justificativa do protagonista à deusa, Narloch também sugere ao leitor que seu propósito é corrigir erros que estariam promovendo a desinformação e, conseqüentemente, a injustiça. No entanto, implicitamente, o autor recorre a “[...] uma visão altamente conservadora, quando não reacionária, retrógrada, eurocêntrica e preconceituosa da/sobre a história do Brasil”¹⁰⁰ como seu leito e, em seu benefício, decepa ou estica suas fontes para se adequarem à tese inicial. Segundo Malerba:

Por exemplo, em relação a negros e índios, Narloch reproduz uma interpretação típica das classes senhoriais brasileiras do século XIX segundo a qual a construção do Brasil foi obra de europeus (portugueses) e o Brasil fez-se quase que apesar da existência de negros e índios. Segundo essa interpretação, baseada numa filosofia iluminista e hegeliana da história, de acordo com a qual a civilização europeia estaria na ponta de um processo civilizatório único, teleológico e universal rumo à perfectibilidade humana – e, portanto, aos europeus caberia levar as luzes de sua civilização aos povos mais atrasados –, a melhor coisa que aconteceu com os índios brasileiros e com os negros trazidos de África foi seu encontro com os portugueses, seus verdadeiros libertadores.¹⁰¹

No que se refere especificamente à temática da escravidão, as histórias-anedotas são distribuídas em 9 capítulos, totalizando 28 páginas. A argumentação se organiza em cinco

<<https://jornalistaslivres.org/o-negacionismo-historico-de-leandro-narloch/>> Acesso em: 04 nov. 2021.

⁹⁸ VIGANÓ, Darly. *O Leito de Procusto*. Associação Paulista do Ministério Público. (site) Mar. 2018 Disponível em: <[https://www.apmp.com.br > uploads > 2018/03](https://www.apmp.com.br/uploads/2018/03)>. Acesso em: 05 nov. 2021.

⁹⁹ *Ibidem*, p.1.

¹⁰⁰ MALERBA, *op. cit.*, 2014. p. 38.

¹⁰¹ *Ibidem*, p.38.

eixos, sendo: I) a escravidão já existia na África gerando muito lucro para os reis africanos, sendo os portugueses forçados a praticá-la para participar da rede de comércio; II) Zumbi foi um líder autoritário (que posteriormente foi transformado em um herói da resistência e um líder comunista pela historiografia marxista) de um Quilombo dos Palmares que escravizava os escravos de outros; III) baseado na biografia de alguns poucos, aponta como ex-escravos tornaram-se escravizadores (como proprietários ou traficantes) apontando para naturalidade da escravidão durante sua vigência; IV) alerta para a existência de uma variada gama de escravidões: algumas mais brandas (como aquelas que os escravos se integravam às pequenas famílias de camponeses pobres com a qual dividia o trabalho e a comida), de pessoas brancas (com argumentos como a etimologia da palavra *slaves* em referência aos eslavos), de portugueses que, ao irritar os reis africanos, também foram feitos de escravos na África; V) o fim da escravidão aconteceu apenas devido um sentimento humanitário da Inglaterra (não houve motivação econômica).

O excerto que se segue abaixo exemplifica perfeitamente a forma como a temática da escravidão é apropriada em uma perspectiva iluminista e hegeliana de progresso civilizatório. No capítulo em que trata de Palmares, com a intenção de estimular o leitor a crer que Zumbi possuiu escravos, o autor destaca:

Desde a Antiguidade, os humanos guerrearam, conquistaram escravos e muitas vezes venderam os que sobravam. Até o século 19, em Angola e no Congo, de onde veio a maior parte dos africanos que povoaram Palmares, os sobás se valiam de escravos na corte e invadiam povoados vizinhos para capturar gente. O sistema escravocrata só começou a ruir quando o Iluminismo ganhou força na Europa e nos Estados Unidos. Com base na ideia de que todos as pessoas merecem direitos iguais, surgiu a Declaração dos Direitos da Virgínia, de 1776, e os primeiros protestos populares contra a escravidão, na Inglaterra. Os abolicionistas apareceram um século depois de Zumbi e a 7 mil quilômetros da região onde o Quilombo dos Palmares foi construído. É difícil acreditar que, no meio das matas de Alagoas, Zumbi tenha se adiantado ao espírito humanista europeu ou previsto os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade da Revolução Francesa.¹⁰²

Percebe-se que, em sua argumentação, alguns fatos históricos são costurados, mas exagera-se no enredamento entre eles. Como o enfoque de sua retórica está na premissa de que Zumbi provavelmente possuía escravos, na construção de sua linha de raciocínio, o autor levanta uma série de informações de naturezas diversas que, em uma leitura dinâmica, são passíveis de serem assimilados como verdades em sua totalidade. No entanto, uma olhada com maior atenção, aponta para como se apropria de suas fontes de maneira meramente

¹⁰² NARLOCH, *op. cit.*, p. 45-46.

ilustrativa sem considerar criticamente seu contexto. Embora, de fato, tenha surgido um movimento abolicionista na Inglaterra no século XVIII como reação aos maus tratos impostos aos escravos, o mesmo foi iniciado por apenas uma parcela da população (em um caráter humanitário). Conforme o movimento foi persistindo, diversos indivíduos (que até então beneficiavam-se e, portanto, defendiam a escravidão) passaram a endossá-lo – mas, o que os motivava era mais os interesses em ampliar mercados em países escravistas do que um sentimento humanitário. Nesse sentido, as generalizações do movimento abolicionista inglês do século XVIII apaga (intencionalmente) as nuances por trás desse evento em prol da argumentação¹⁰³. Da mesma forma ocorre com a Declaração de Independência dos Estados Unidos e os ideais iluministas, dado que, entre os principais nomes do movimento filosófico não havia um posicionamento unânime acerca da escravidão¹⁰⁴. Ademais, o próprio documento assinado em 1776 teve uma boa parte de seu rascunho que se referia à escravidão cortado do modelo final¹⁰⁵.

Embora o intuito aqui não seja exigir da obra uma pesquisa com o mesmo rigor acadêmico da historiografia acadêmica, é preciso apontar para as apropriações indevidas que induzem ao erro. Afinal o texto de Narloch demonstra ter tido contato com um rico material (ao todo são citados 31 autores, muitos considerados canônicos na temática da escravidão, em obras como *Em Costas Negras* de Manolo Florentino e de outros historiadores como Flávio Gomes, Paul Lovejoy, Luis Felipe Alencastro, entre outros)¹⁰⁶. Mesmo assim, devido à prioridade que se deu em defender um viés político, a bibliografia consultada, tal como os fatos históricos, foram intencionalmente distorcidos.

A relação com a historiografia é ambígua e contraditória. Em poucas páginas, o ataque a uma historiografia “ideologicamente guiada que deforma o passado” mescla-se à

¹⁰³ SIQUEIRA, Francisca Pereira. Abolicionismo inglês e francês (1787 – 1833) em perspectiva comparada. In: *Revista de História Comparada*. Rio de Janeiro, v.12, n.2, p.35-64, 2018.

¹⁰⁴ ANDRADE, Érico. A opacidade do Iluminismo: o racismo na filosofia moderna. In: *Kriterion*. v.58. n.137. mai.–ago. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0100-512X2017n13704ea>. Acesso em: 30 jul. 2022.

¹⁰⁵ SORRILHA, Marcos P. O lado sombrio de Thomas Jefferson: formação jurídica, direitos naturais e jus positivismo (1760-1779). In: *Tempo*. v.26. n.2. mai.–ago. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/TEM-1980-542X2020v260203>. Acesso em: 30 jul. 2022.

¹⁰⁶ Na maior parte das vezes em que cita um autor, Narloch não especifica de qual obra está sendo retirada a informação. Por isso, ainda que o leitor queira verificar a citação em sua fonte original, é difícil encontrá-la. Nesse sentido, os trechos retirados de um contexto do todo da obra podem servir para corroborar com as conclusões do *Guia*. Ainda a respeito das citações, os (ou a falta de) critérios adotados para legitimá-las são abrangentes e ambíguos, pois o jornalista utiliza-se de adjetivos para conferir juízos de valor sobre argumentos. Por isso, a simples menção de que um autor é “historiador” já bastaria para dar autoridade para seu discurso (sem fazer diferença se trata-se de um pesquisador da temática escravidão ou não); a mesma estratégia é aplicada quando o autor quer desacreditar um argumento, como quando aponta: “A imaginação sobre Zumbi foi mais criativa na obra do jornalista gaúcho Décio Freitas, amigo de Leonel Brizola e do ex-presidente João Goulart.” (grifos meus) In: NARLOCH, *op. cit.*, p.48.

mobilização de argumentos de especialistas para dar sustento à sua empresa. Com o autor elegendo seu inimigo apenas quem considera “politicamente correto” (não especificando se, na sua opinião, os autores acima citados não seriam também parte dos “falsos intelectuais”), é impossível inferir que ele desconsidera toda a historiografia acadêmica ou que produz negações do passado completamente falsas. O que se verifica é o uso do conhecimento científico apenas para trazer à baila “histórias aparentemente desagradáveis para minorias e movimentos sociais”.

No trecho que se segue, o jornalista demonstra conhecer razoavelmente a renovação na historiografia da escravidão, quando, a partir de novas perspectivas (com a aproximação da história social com a antropologia e a *história vista de baixo* produzida a partir de estudos realizados por historiadores marxistas britânicos¹⁰⁷) e abarcando novas fontes, passou-se a dar maior visibilidade à figura do indivíduo escravizado em suas vivências:

Na década de 1990, quando os historiadores passaram a dar mais peso à influência da cultura africana na escravidão brasileira, os estudos sofreram uma revolução. Em obras como *Em Costas Negras*, publicada em 1997 pelo historiador Manolo Florentino, houve uma mudança de ponto de vista muito parecida com a que aconteceu com os índios. Os negros deixaram de ser vistos como vítimas constantemente passivas, que nunca agiam por escolha própria. “Em franca reação à visão reificadora do africano sugerida pelos estudos das décadas de 1960 e 1970, os historiadores buscaram mostrar o negro como sujeito da história, protagonista da escravidão, ainda que não aquilombado, quando não cúmplice do cativo”, escreveu o historiador Ronaldo Vainfas. Essa nova corrente de estudos descobriu personagens bem diferentes dos pares “senhor cruel/escravo rebelde” ou “senhor camarada/escravo submisso”, como se refere o historiador Flávio dos Santos Gomes. Também fez aflorar histórias aparentemente desagradáveis para minorias e movimentos sociais, como as que estão a seguir.¹⁰⁸

Mas, apesar de levantar o debate historiográfico, Narloch faz questão de pontuar como o mesmo teria supostamente criado argumentos que contrariavam as perspectivas de minorias e movimentos sociais. Ignora (ou omite), porém, o fato de como a nova perspectiva estava alinhada às concepções de diversos movimentos sociais (como o movimento negro), uma vez que dava protagonismo a indivíduos outrora silenciados. De acordo com Keila Grinberg, no artigo *O mundo não é dos espertos*¹⁰⁹,

no âmbito dos debates teóricos e metodológicos e das discussões políticas brasileiras na década de 1980, [...] o interesse em ler e analisar documentos como processos judiciais, inventários, testamentos, a partir dos quais se podia vislumbrar a agência de indivíduos até então historicamente

¹⁰⁷ GRINBERG, Keila. O mundo não é dos espertos: história pública, passados sensíveis, injustiças históricas. *História da Historiografia*. v. 12., n. 31. set.- dez. 2019. p. 145-176. p. 150.

¹⁰⁸ NARLOCH, *op. cit.*, p. 43.

¹⁰⁹ GRINBERG, *op. cit.*, p. 150.

silenciados cresceu, na mesma medida em que movimentos sociais ganhavam espaço na cena política nacional, justamente porque tinham a expectativa de flagrar homens e mulheres, principalmente trabalhadores, “agindo e descrevendo relações cotidianas fora do espaço do movimento operário, do lugar da fala política articulada” (CHALHOUB 2001, p. VII). Por trabalhadores, aqui, entendia-se não só os trabalhadores livres, estudados principalmente no período da Primeira República (1889-1930), mas também os escravizados, objeto de análise de historiadores como Sidney Chalhoub, Maria Helena Machado, Hebe Mattos e Silvia Lara, interessados nas relações de amizade, parentesco, vizinhança e sobrevivência vislumbrados nesses documentos.¹¹⁰

É notável também a forma como o jornalista se apropria da historiografia para repreender os “historiadores marxistas” para que não cometam anacronismos, que não se reduza os escravizados à mera condição de vítima etc.; reforçando sua “boa intenção” de corrigir supostos erros promovidos em nome da doutrinação. Todavia, enquanto evoca as regras e procedimentos da disciplina histórica para “educar” historiadores indisciplinados, o jornalista acaba transgredindo as mesmas, uma vez que analisa o caráter de figuras históricas sob o código de moralidade do presente e, tentando não simplificar os escravos à condição de meros padecedores, chega ao extremo oposto de negar, por vezes, as estruturas de opressão. Decepa-se, assim, os “excessos” para a vítima caber no leito.

A negação maior, nesse sentido, está na relação entre o passado escravista e o presente. Nesse sentido, o autor chega a afirmar que “não há motivo para ativistas do movimento negro fechar os olhos aos escravos que viraram senhores. Ninguém hoje deve ser responsabilizado pelo que os antepassados distantes fizeram séculos atrás”¹¹¹ (grifo meu). Aqui, o autor deixa mais explícito sua oposição ao uso do passado que concebe uma dívida histórica da sociedade brasileira para com os descendentes de africanos escravizados. Mas, para justificar esse ponto de vista, vale-se de evocar a ideia de que os escravizados também possuíam seus próprios cativos. Essa noção, embora possa ter sido uma novidade para o grande público (na ocasião do lançamento da obra), já era debatida há décadas pela historiografia acadêmica.

Outro argumento acudido a fim de sustentar sua tese de que o passado escravista não justifica uma reparação no presente é o da pré-existência da escravidão na África. Outro caso que talvez seja pouco conhecido pela sociedade, mas que é um assunto antigo debatido por historiadores. O próprio *Em Costas Negras* de Manolo Florentino, citado por Narloch, realiza um balanço da historiografia acadêmica elencando vários autores que já apontavam para a

¹¹⁰ *Ibidem*, p.150.

¹¹¹ NARLOCH, *op. cit.*, p. 55.

existência de práticas de escravização na África antes da chegada dos europeus. No entanto, o *Guia* extrapola esse argumento apontando que

Para conseguir comprar ouro nessa região, os portugueses precisaram arranjar escravos como moeda de troca. Estima-se que, entre 1500 e 1535, eles compraram cerca de 10 mil cativos no golfo do Benin apenas para trocá-los por ouro na própria África. Entraram em contato com os costumes locais e se tornaram escravistas. (grifo meu)¹¹²

Assim, percebe-se que fatos são usados para intuir conclusões apressadas, exageradas e tendenciosas¹¹³. E essas conclusões – que partem de fatos verificáveis mas cujo enredamento é extremamente questionável - dão base à tese da desconexão passado e presente. O mesmo se dá com o seguinte excerto:

Zumbi, o maior herói negro do Brasil, o homem em cuja data de morte se comemora em muitas cidades do país o Dia da Consciência Negra, mandava capturar escravos de fazendas vizinhas para que eles trabalhassem forçados no Quilombo dos Palmares. Também sequestrava mulheres, raras nas primeiras décadas do Brasil, e executava aqueles que quisessem fugir do quilombo. Essa informação parece ofender algumas pessoas hoje em dia, a ponto de preferirem omiti-la ou censurá-la, mas na verdade trata-se de um dado óbvio. É claro que Zumbi tinha escravos. Sabe-se muito pouco sobre ele - cogita-se até que o nome mais correto seja Zambi -, mas é certo que viveu no século 17. E quem viveu próximo do poder no século 17 tinha escravos, sobretudo quem liderava algum povo de influência africana (grifos meus).¹¹⁴

Apontar que Zumbi é o maior herói negro do Brasil e em sua homenagem comemorase o Dia da Consciência Negra para, em seguida, pôr em evidência que, dentre outras acusações, possuiu escravos. Essa é o *modus operandi* do *Guia* de afrontar as minorias e os movimentos sociais negros, trazendo supostas verdades inconvenientes que fariam ruir a forma na qual usam o passado (vale ressaltar que Zumbi é considerado um dos maiores símbolos da resistência à escravidão pelos movimentos negros, tornando-se, portanto, um modelo de comportamento moral e valores éticos no presente). Tudo isso sustentando-se na lógica de que, se viveu no século 17 escravista e tinha uma posição de liderança, obviamente possuía escravos. Esticada a vítima para caber no leito, não é citado nenhum documento que embasa a afirmativa.

Na sequência, ainda tratando sobre Palmares, é destacada a escassez de documentação. Ou seja, o autor demonstra conhecer a existência dos exíguos documentos históricos sobre

¹¹² *Ibidem*, 59.

¹¹³ Sobre as incorreções do *Guia Politicamente Incorreto*, ver VENÂNCIO, Renato Pinto. *O Incorreto no “Guia politicamente incorreto da história do Brasil”*. HH Magazine: humanidades em rede (artigo). Nov. 2018. Disponível em: <<https://hhmagazine.com.br/o-incorreto-no-guia-politicamente-incorreto-da-historia-do-brasil/>>. Acesso em: 04 Nov. 2021.

¹¹⁴ *Ibidem*, p. 45.

Palmares, mas usa-os deliberadamente conforme seu projeto, presumindo-os como “dados históricos” quando lhe são convenientes (como também o faz nas biografias de ex-cativos que se tornaram senhores).

É ainda mais difícil quando consultamos os poucos relatos de testemunhas que conheceram Palmares. Elas indicam o esperado: o quilombo se parecia com um povoado africano, com hierarquia rígida entre reis e servos. Os moradores chamavam o lugar de Ngola Janga, em referência aos reinos que já existiam na região do Congo e de Angola. Significa “novo reino” ou “novo sobado” [...] Não há relatos de que os moradores de Palmares cometessem infanticídio ou canibalismo, mas diversos falam de ataques a camponeses, sequestros de homens e mulheres e ainda de vilarejos fortificados [...] Não dá para ter certeza de que a vida no quilombo era assim mesmo, mas os vestígios e o pensamento da época levam a crer que sim. Apesar disso, Zumbi ganhou um retrato muito diferente por historiadores marxistas das décadas de 1950 a 1980. Décio Freitas, Joel Rufino dos Santos e Clóvis Moura fizeram do líder negro do século 17 um representante comunista que dirigia uma sociedade igualitária (grifos meus).¹¹⁵

Em *Os documentos textuais e as fontes do conhecimento histórico*¹¹⁶, Silvia Hunold Lara demonstra a importância de, ao estudar documentos históricos como os registros coloniais de Palmares, considerar não apenas o conteúdo - uma vez que existe uma “miopia” portuguesa que torna os redatores incapazes de compreender a cultura dos quilombolas em seus próprios termos, além das intenções dos colonos de privilegiar suas ações e vangloriar-se de suas vitórias contra os Palmaristas. Traçar a trajetória de produção, circulação e recepção desses documentos é também fundamental para conhecer as nuances de seus contextos. Só assim é possível se verificar se os documentos não foram produzidos intencionalmente para portugueses ou a fim de exaltar alguma figura política da capitania de Pernambuco pela vitória sobre o quilombo. Segundo a autora:

Eis o que não estava tão evidente em minha afirmação inicial de que “os documentos não foram escritos para serem registros históricos”. Escrita de um jeito compreensível para os homens ligados à administração portuguesa, a crônica de 1678 visava fins bastante específicos. Saber se esse texto circulou e por quem e como foi lido não é, portanto, mero exercício de “crítica documental”, assim como examinar suas práticas discursivas não é eleger a literatura em detrimento da história. Esses elementos permitem contextualizar e compreender o esforço feito para assinalar a existência, em Palmares, de um chefe político – um rei – com quem se podia negociar. Mais que isso: revelam que homens ligados à administração colonial portuguesa, no século XVII, puderam equiparar Palmares a um *sobado* centro-africano e qualificar a negociação empreendida com Gangazumba como equivalente aos acordos contemporâneos feitos em África.¹¹⁷

¹¹⁵ *Ibidem*, p. 46-48.

¹¹⁶ LARA, Silvia Hunold. Os documentos textuais e as fontes do conhecimento histórico. *Anos 90*. Porto Alegre, v. 15, n. 28, p.17-39, dez. 2008.

¹¹⁷ *Ibidem*, p. 30-31.

Longe de assumir que a documentação traz “verdades” consigo mesma, trata-se de entender como indivíduos no passado registraram sua época através da escrita a partir de concepções próprias, e que esses registros foram sendo conservados (ou não) conforme o parecer de terceiros até chegar no presente. Nessa trajetória de produção e circulação existe uma infinidade de intenções que torna inviável considerarmos tais documentos como neutros e imparciais (logo, verdades históricas). E, reiterando a proposição de Certeau acerca da produção do fato histórico, cabe destacar que em casos como o de Palmares, a carência de documentação escrita não inviabiliza a produção de conhecimento ao ponto de precisar se recorrer a lógicas reducionistas como “se viveu no século XVII, tinha escravos”. Basta que se busque “perguntar ao documento” para abrir novas perspectivas de pesquisa. Ainda segundo Lara:

Há, portanto, muitos fatos registrados em cada peça textual. Só assim aquele texto (e todas as suas versões) tornam-se fontes históricas – ou seja, permitem saber não “o que aconteceu”, mas como e por que algo aconteceu – e, o que é mais importante, quais homens e mulheres estavam envolvidos naqueles eventos, por quais motivos e com que objetivos. Por isso, os textos não são meras representações nem simplesmente referem fatos do passado, mas mantêm múltiplas e complexas relações com diferentes ordens de eventos. Sem pretender estabelecer qualquer verdade sobre o passado e sem confundir o terreno da história com o da teoria literária, esse caminho permite colocar os textos em perspectiva histórica.¹¹⁸

A lógica empregada na argumentação ao longo do *Guia* se assemelha bastante com a de produções posteriores (talvez até como uma influenciadora). Escosteguy Filho, ao analisar páginas de redes sociais que se apoiavam num viés autodeclarado de direita para publicarem postagens acerca da escravidão-racismo, sintetiza:

[...] três são as principais características constituintes da forma como o passado é compreendido nessas páginas. Em primeiro lugar, o predomínio de uma abordagem histórica centrada em certa concepção genérica de indivíduo, próxima de um individualismo metodológico. Em segundo lugar, uma ausência de problematização e contextualização da realidade social, resultando em uma conexão interpretativa mais direta entre um dado fato e sua significação social. Por fim, tais páginas dão muito pouco peso às influências do passado sobre o presente, indicando uma concepção histórica que dá muito menos lastro à história para compreensão do mundo atual, resultando em pouca ou ausente “densidade histórica” para as análises que propõem da realidade social.¹¹⁹

Ao longo do texto do *Guia*, as três características são perceptíveis. A abordagem concentra-se essencialmente em indivíduos, não só descolando-os dos contextos aos quais

¹¹⁸ *Ibidem*, p. 32.

¹¹⁹ ESCOSTEGUY FILHO, João Carlos. Batalhas públicas pela história nas redes sociais: articulações para uma educação histórica em direitos humanos. *Revista História Hoje*, v. 8, n° 15, 2019. p. 51.

estavam inseridos, mas utilizando-os, inclusive, para distorcer tal conjuntura. Nestas passagens, o passado é utilizado, ainda que de forma simplificada e enviesada, com a finalidade de relativizar a responsabilidade dos europeus no processo (e, conseqüentemente, amenizar o uso do passado escravista para evocar uma reparação histórica). Neste bojo, inserem-se proposições como a ocorrência desta prática na África antes da chegada dos europeus, a imposição de que os portugueses se adequassem ao tráfico e os casos de escravizados, uma vez livres, se tornando escravizadores. É importante reafirmar que, embora alguns desses fatos sejam reconhecidos pela historiografia acadêmica, existem explicações mais elaboradas que levam em consideração a diferenciação entre uma escravidão antiga (baseada na dívida, na guerra ou como punição de crimes) – modelo praticado na África – e uma escravidão moderna (de caráter mercantil e, gradualmente, étnico) perpetrada pelos traficantes americanos e europeus e, na medida em que se cristalizou, tornou-se uma estrutura que sustentava uma complexa e polissêmica sociedade colonial na qual os casos isolados citados por Narloch estavam imersos.

Ainda segundo o *modus operandi* levantado por Escosteguy,

nada acontecido no passado pode ter qualquer influência significativa sobre sua vida presente. As desigualdades sociais da contemporaneidade só podem ser explicadas na própria contemporaneidade. O passado perde poder explicativo e passa a limitar-se a mero antiquário repleto de curiosidades para os que vivem o tempo presente. Assim é que “vencer na vida” associa-se necessariamente à negação de qualquer poder explicativo à história para análise das condições de existência presente. Para a construção do futuro, do mesmo modo, apenas o que se faz no “hoje” pode contar. Tal perspectiva redutora do peso do “ontem”, como afirmamos, reduz a densidade histórica das interpretações sobre o passado. Interpretações sem densidade histórica seriam aquelas que diluem o passado em um discurso suficientemente ralo para anular as especificidades e as características que mantêm certos passados, notadamente os associados a “temas sensíveis”, como passados que não passam...¹²⁰

Ou seja, o autor, ao assumir a atitude de apartar o passado do presente, esvazia a história de sua capacidade interpretativa e pedagógica. Afinal, se o presente é dado e auto-explicativo não há necessidade de um cotejamento com outras épocas (único cenário em que se sustentaria a ruptura entre um sistema que reproduziu como cativos africanos e seus descendentes e uma conjuntura atual em que a população negra no Brasil, embora em maior quantidade, é colocada na posição de minoria). Nesse sentido, até mesmo a concepção de um *Guia*, no sentido de ser um documento projetado para orientar/educar através da história do Brasil, cai em uma contradição. Mas, esse esvaziamento é só aparente, uma vez que o

¹²⁰ ESCOSTEGUY FILHO, *op. cit.*, p. 53.

objetivo (que, em certa medida, é alcançado¹²¹) é fomentar que os estudos acadêmicos são tendenciosos e, portanto, não confiáveis e as verdades não contadas por eles escondem um Brasil cujo passado escravista não pesa no presente racista.

Em resumo, a obra produzida por Leandro Narloch é bastante clara em sua motivação e em sua concepção sobre a história do Brasil. Trata-se de uma arremetida contra a historiografia acadêmica que destoa da concepção oitocentista que compreendia a formação do Brasil como a mistura de três raças regulada pelos colonizadores portugueses e que legou um clima democraticamente racial no presente. Por não ter a cautela de apontar (ou mesmo por desconhecer) as diferentes historiografias sobre a temática que se desenvolveram ao longo do século XX, o autor deixa subentendido, a princípio, que o ataque é voltado à toda historiografia acadêmica (que estaria guiada por concepções marxistas e mancomunadas com “minorias e movimentos sociais”). O trabalho do jornalista é, então, “trazer à tona” histórias-anedotas que contrapõem-se “ineditadamente” àquilo que ele julga ser a “verdade distorcida” propagada ideologicamente por tais “falsos intelectuais”. Essas “histórias não contadas” pelos historiadores e professores de história (ou pelo menos os fatos e documentos históricos por ele levantados), no entanto, circulam há tempos nas discussões acadêmicas e chegam inclusive às salas de aulas. Porém, sob a análise acadêmica, levando em consideração as complexas conjunturas históricas que lhes servem de contexto e as regras e procedimentos da pesquisa histórica, esses dados mais aprofundam do que desmentem o conhecimento sobre a escravidão. Para o *Guia*, no entanto, tais informações servem para corroborar a tese inicial. Nesse sentido, conclui-se que seu autor promove um (ab)uso político-ideológico do passado visando valer-se de tal para difundir seu ponto de vista ideológico.

Como já citado no capítulo anterior, uma das características que mais evidenciam os negacionismos é o encadeamento com políticas de reconhecimento. Nesse sentido, o contexto de produção da obra permeado por diversas conquistas de políticas afirmativas e de reparação¹²² encabeçadas pelo movimento negro (citado diversas vezes por Narloch) é bastante influente. É patente que existem negacionismos no *Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil*. No entanto, não existe uma negação total da factibilidade da escravidão (como ocorre com o Holocausto). O que se nega, principalmente, é a relação entre passado e

¹²¹ MENESES, Sônia. Livros, Leitores e Internautas: os guias da história e os embates pelo passado através da mídia. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; MENESES, Sônia. *História Pública em Debate: patrimônio, educação e mediações do passado*. São Paulo: Letra e Voz, 2018. p.159-184. p.179-182.

¹²² À altura da publicação do *Guia* (em 2009), já havia sido aprovada a lei 10639/03 que instituiu a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira” no ensino. Além disso, estava vigente uma ampla discussão que, posteriormente, culminou nas lei federais nº 12 519/11, nº 12.711/12 e nº 12.990/14 que instituíram, respectivamente, o 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra e a política de cotas raciais para instituições de ensino e órgãos públicos federais.

presente. Em outras palavras, o abuso do passado de Leandro Narloch consiste em relativizar a escravidão para minar sua influência na sociedade atual.

2.3. O Caso Brasil Paralelo

Em 2016, um grupo de jovens empreendedores de Porto Alegre reuniu-se em um congresso denominado Brasil Paralelo. Movidos pelo contexto político e social que envolvia uma crescente descrédibilização da política - palco para ascensão de diversos movimentos vinculados ao conservadorismo sob nuances cristãs, liberais e/ou extremistas -, os porto-alegrenses enxergaram um nicho mercadológico cuja demanda de consumo era de conteúdos que reforçassem convicções atinentes ao espectro político da direita. A partir disso, a Brasil Paralelo nasceu como uma empresa de divulgação de conteúdos audiovisuais que inclui, embora não se restrinja, o passado brasileiro. Segundo a descrição do próprio site da empresa:

A inspiração para o nome Brasil Paralelo veio do filme *Interestelar*, do cineasta Christopher Nolan, apreciado pelos sócios. Nesse filme, o protagonista precisa salvar a humanidade do apocalipse terrestre, entrando em um buraco de minhoca no espaço e encontrando um planeta habitável em um universo paralelo. O logotipo da empresa tem o formato de um buraco negro precisamente para dar a ideia de que a marca é a conexão com uma realidade paralela. Nesse caso, paralela ao que as pessoas estavam acostumadas a ver na mídia convencional. O nome é uma referência a uma forma de agir, totalmente independente do Estado. Afinal, duas retas paralelas nunca se encontram.¹²³

É, portanto, sob a concepção de que o *mainstream* da cultura intelectual e midiática brasileira estaria supostamente dominado por um viés de esquerda que a empresa busca produzir conteúdos divergentes e, quando não mais, revisionistas. Em 2017, a produtora de conteúdos audiovisuais participou do Fórum da Liberdade – uma conferência sobre economia e política frequentada principalmente por liberais, angariando maior visibilidade¹²⁴.

Na matéria *Brasil Paralelo lança ofensiva judicial para calar críticos e reescrever a própria história*, a jornalista Juliana Sayuri (citando a historiadora Mayara Balestro) destaca a teia de relações construída a partir dessa vertiginosa trajetória inicial. A produtora manteve vínculos com institutos como Borborema, Liberal, Milenium e Mises Brasil sustentados pela convergência de seus alinhamentos ideológicos. Além disso, um grupo de personalidades apoiaram os projetos colaborando na produção dos conteúdos assinados pela empresa – dentre

¹²³ REDAÇÃO BRASIL PARALELO. *A Brasil Paralelo é uma farsa? A descrição na Wikipédia diz que sim*. Disponível em: <<https://www.brasilparalelo.com.br/artigos/brasil-paralelo>>. Acesso em: 11 Nov. 2021.

¹²⁴ SAYURI, Juliana. *Justiça Paralela: Brasil Paralelo lança ofensiva judicial para calar críticos e reescrever própria história*. *The Intercept Brasil*. dez. 2021. Disponível em: <https://theintercept.com/2021/12/09/brasil-paralelo-lanca-ofensiva-judicial-para-calar-criticos-e-reescrever-a-propria-historia/>. Acesso em: 02 ago. 2022.

esses encontram-se Olavo de Carvalho, Luis Felipe Pondé, Rodrigo Constantino, Luiz Philippe de Orléans e Bragança, o músico Lobão, Jair Bolsonaro e o autor do *Guia Politicamente Incorreto*, Leandro Narloch, entre outros¹²⁵.

Ainda discorrendo sobre as relações da empresa, Sayuri ressalta como em entrevistas, um dos sócios fundadores aponta como maiores referências o Instituto Mises Brasil e o Curso Online de Filosofia do autoproclamado filósofo Olavo de Carvalho. É válido destacar, como analisa Marcus Vinicius Furtado da Silva Oliveira em seu artigo *Gramsci no jardim das aflições*¹²⁶, que Carvalho desde a década de 1990 (quando publica seus livros *A nova era e a revolução cultural* e *O jardim das aflições*) investiu em um projeto de divulgação das ideias de Gramsci no intuito de alertar para uma suposta hegemonia cultural da esquerda política. Ainda segundo Oliveira, se apropriando (indevidamente) dos conceitos gramscianos de *revolução* e *hegemonia cultural*, Olavo disseminou a ideia de que a esquerda estaria tomando conta da produção cultural brasileira a partir da infiltração em diversos níveis, principalmente na mídia e nas instituições de ensino. Soma-se a isso o teor reacionário de compreender que a filosofia materialista (imputada ao marxismo e, em sua versão mais “perigosa”, gramscismo) estaria levando à decadência a sociedade ocidental (corrompendo seus valores judaico-cristãos). Nesse sentido, seu pensamento seria fruto de uma espécie de nostalgia de uma suposta glória idealizada em um passado ocidental, e tudo aquilo que marca a modernidade é seu adversário (portanto tem que ser combatido). Essa perspectiva se alastrou conforme seu autor promoveu um curso online de filosofia (que ministrou durante 14 anos) formando diversas turmas e divulgou inúmeros vídeos em seu canal do YouTube (que data de 2015 e conta com mais de 1 milhão de inscritos), tornando-o um indiscutível influenciador. Uma boa parte da argumentação de Carvalho ecoa na perspectiva da empresa Brasil Paralelo, principalmente no que se refere a conceber os meios de comunicação e as instituições de ensino como predominadas pelo viés de esquerda.

Ainda assim, há uma obstinadamente reiterada declaração de apartidarismo e independência financeira em relação ao Estado¹²⁷. Acerca disto, no artigo *Os Mitos da Brasil*

¹²⁵ “A autora também identificou um núcleo duro de intelectuais que mais marcam presença nas produções da Brasil Paralelo ao longo do tempo, com personalidades como Olavo, Luiz Philippe de Orleans e Bragança, deputado pelo PSL paulista, Helio Beltrão, do Instituto Millenium e Mises Brasil, Flavio Morgenstern, blogueiro bolsonarista do Senso Incomum, e Leandro Ruschel, da Liberta Global, uma empresa de educação financeira. Além de Jair e Eduardo Bolsonaro, figuras como o colunista da Folha Leandro Narloch e o âncora da BandNews FM Felipe Moura Brasil também constam como convidados.” In: *Ibidem*, 2021.

¹²⁶ OLIVEIRA, Marcus Vinicius Furtado da Silva. Gramsci no jardim das aflições. *Anais do VIII Encontro de Pesquisa em História da UFMG*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, 2019. p. 108-118.

¹²⁷ Essa estratégia também foi usada por E. Castan.

*Paralelo*¹²⁸, Diego Martins Dória Paulo chama a atenção para as estreitezas que os jovens comuns - que, segundo um dos fundadores, haviam tomado “emprestado duas câmeras, algum dinheiro a juros e uma sala de 6 metros quadrados para produzir conteúdo em defesa de um novo modo de fazer política e de uma nova forma de contar a história do Brasil”¹²⁹ - parecem ter com figuras pouco acessíveis como ministros, deputados e senadores; além de autorização pela Agência Nacional de Cinema (Ancine) a captar dinheiro da iniciativa privada para produção do primeiro documentário (sobre a eleição de Jair Bolsonaro).

O crescimento da produtora é vertiginoso. Segundo Sayuri:

Ativos desde julho de 2016 no YouTube, em que o acesso aos vídeos é gratuito, eles têm quase 2,2 milhões de inscritos; no Facebook, onde gastaram mais de R\$ 3 milhões em propaganda política, contam cerca de 685 mil seguidores. No Telegram, segundo a agência Aos Fatos, tinham 80 mil inscritos até fevereiro de 2021 – era o segundo maior canal bolsonarista do app, atrás apenas do Terça Livre. Atualmente, segundo o site oficial, a produtora possui 250 mil assinantes. A nomenclatura “membro fundador” foi uma das primeiras categorias para apoiadores do projeto – cerca de 10 a 12 mil, Viana estimou ao podcast Café Brasil. Atualmente, há diferentes assinaturas, da mais básica de R\$ 10 (“membro patriota”) a uma premium de R\$ 165 – hoje, no valor promocional de R\$ 99 –, que dá acesso total aos conteúdos produzidos. De 2019 para 2020, o número de assinantes saltou de 12,3 mil para 186,2 mil – e o faturamento, de R\$ 6,5 milhões para R\$ 29,9 milhões, um aumento de 335%, descontada a inflação, reportou a Folha. Segundo a revista Exame, a produtora espera alcançar 260 mil assinantes ainda neste mês.¹³⁰

Adepta da estratégia “freemium” (na qual parte do conteúdo é disponibilizado gratuitamente, mas o acesso total é mediante pagamento), a empresa afirma se sustentar quase que exclusivamente da venda de seus pacotes para assinantes (membros). No entanto, ainda segundo a matéria do The Intercept Brasil (citando a Revista Piauí), “os empresários Jorge Gerdau, da gigante produtora de aço Gerdau, Pedro Englert, sócio da startup StartSe, e Roberto Dagnoni, sócio da Mercado Bitcoin, integram um grupo de conselheiros da empresa, com participação “simbólica” no capital da produtora”¹³¹. Para além de um acesso facilitado a figuras públicas – o que se intensificou durante o atual governo – e assistência de grandes empresários em seu capital; também se destaca, conforme matéria de Paulo Saldaña para a *Folha de São Paulo*, como desde 9 de dezembro de 2019, sob contrato, a série *Brasil: A Última Cruzada*, segunda produção da empresa, é exibida pela TV Escola, canal de televisão

¹²⁸ PAULO, Diego Martins Dória. *Os Mitos da Brasil Paralelo*. Disponível em: <<https://diplomatie.org.br/os-mitos-da-brasil-paralelo/>> Acesso em: 11 Nov. 2021.

¹²⁹ *Ibidem*.

¹³⁰ SAYURI, *Ibidem*.

¹³¹ SAYURI, *Ibidem*.

gerido pela Associação Roquette Pinto com recursos públicos repassados pelo Ministério da Educação.¹³² Ainda no ano de 2019, contrataram salas na rede de cinemas Cinemark (em Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo) para exibição de *1964: Entre armas e livros* – produção focada em reescrever os motivos que levaram ao início da Ditadura Civil-Militar –, sendo estas parte da agenda de um evento comemorativo aos 55 anos do golpe¹³³.

Ainda segundo Sayuri, apesar desta meteórica ascensão, a produtora (na figura de seus fundadores) afirmou que quase faliu no final do ano de 2019. Entretanto, superou a crise e fundou uma nova fase – “Nós passamos de 13 mil assinantes para 200 mil membros”, declarou, ao anunciar, orgulhoso, a “Nova” Brasil Paralelo, uma produtora repaginada com uma grade diária, um app para TV e o streaming BP Select”.¹³⁴ Além disso, estabeleceu contrato com a Sony Pictures, acertou um quadro semanal na TV Jovem Pan News e firmou parceria com a ONG G10 Favelas para a distribuição de 500 bolsas de estudo para moradores das maiores favelas do país. O artigo de Juliana Sayuri aponta que nesta nova etapa, a empresa busca dissociar sua imagem de figuras políticas polêmicas (como o presidente Bolsonaro e Olavo de Carvalho) – motivo que estaria levando-a a acionar judicialmente empresas de comunicação e estudantes de pós-graduação que têm elaborado matérias e pesquisas que associam-na à produção de negacionismos, *fake news* e conteúdos ideologicamente enviesados.

Já aqui algumas características chamam a atenção. A produtora, na figura de seus idealizadores, identifica-se politicamente com a orientação política conservadora, cristã e antiesquerdista, e economicamente com um neoliberalismo (anti-Estado, calcado na meritocracia e a favor de uma liberdade individual em seus múltiplos desdobramentos - *homeschooling*¹³⁵, por exemplo). Mas, se o discurso é construído nesses termos, as ações carregam uma série de incoerências. Como isso perpassa o conteúdo produzido pela empresa é o que se segue.

¹³² Ver mais em SALDAÑA, Paulo. TV ligada ao MEC vai exibir série sobre história com visão de direita. *Folha de São Paulo*. 9 Dez. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/12/tv-ligada-ao-mec-vai-exibir-serie-sobre-de-historia-com-visao-de-direita.shtml>> Acesso em: 12 Nov. 2021.

¹³³ ABBADE, João. Cinemark emite comunicado após exibição de documentário sobre golpe de 1964. *Jovem Nerd*. 1 Abr. 2019. Disponível em: <https://jovemnerd.com.br/nerdbunker/cinemark-emite-comunicado-apos-exibicao-de-documentario-sobre-golpe-de-1964/>. Acesso em: 24 Mai. 2022.

¹³⁴ SAYURY, *op. cit.*

¹³⁵ A respeito disso, mais do que uma defesa por liberdade individual, com uma concepção semelhante a que move a produção do *Guia Politicamente Incorreto* e do projeto Escola Sem Partido, a empresa declara acreditar que a educação está corrompida pela penetração de ideologias de esquerda para doutrinar a sociedade. Em seu documentário *Pátria Educadora* de 2020, expõem uma intrincada narrativa de como uma suposta influência (encarada como perversão) das ideias de Paulo Freire – promovido pelos governos petistas - teria deturpado o processo de ensino refletindo no baixo rendimento dos estudantes em provas, na evasão escolar, na violência e uso de drogas nas escolas etc. Nesse sentido, endossam o movimento que defende a autorização legal para o ensino domiciliar.

2.3.1. *Brasil: A Última Cruzada*

A produção audiovisual *Brasil: A última cruzada*, lançada em setembro de 2017, foi amplamente divulgada no YouTube e no site da empresa como “o maior resgate já feito da história brasileira”. Trata-se de uma série de cinco episódios (posteriormente acrescida de um sexto) que narra a história do Brasil no formato de documentário, constituindo-se de trechos de palestras, emolduradas por uma narração que se sobrepõe a imagens.

No primeiro episódio, *A Cruz e a Espada*, a narrativa busca projetar um “início” da história brasileira na formação de Portugal, enaltecendo os heróis e instituições que tomaram a dianteira deste processo, transformando o então recém-fundado Estado-nação em uma potência marítima. Tal como sugere o título, tais personagens conciliavam a natureza guerreira com os valores católicos - a ênfase é nos cavaleiros cruzados que “expulsaram bravamente os muçulmanos” na Reconquista antes de se aventurarem a “ganhar o oceano”. Essa é a identidade do povo português e, conseqüentemente, do “começo” da história brasileira. O capítulo cobre até a chegada dos colonizadores ao Brasil, porém, sugestivamente, não é citada a existência da população nativa e as relações que se estabeleceram nesse encontro entre culturas tão diferentes.

No segundo, *A Vila Rica*, a narrativa tenta dar conta de todo o período colonial, destacando os grandes personagens que encabeçaram a administração colonial portuguesa. Ao se abordar o desenvolvimento da produção de açúcar no nordeste, é inserida a temática da escravidão. No entanto, é tratada de forma superficial e generalizante, como uma grande “mancha no passado brasileiro”, destacando apenas alguns poucos exemplos que relativizam o caráter étnico da escravidão e a responsabilidade dos europeus.

No terceiro, *A Guilhotina da Igualdade*, o recorte volta-se para as Guerras Napoleônicas e o conseqüente traslado da corte portuguesa para o Brasil. A narrativa começa a ganhar contornos maniqueístas com a construção de antagonistas. Sob um viés cristão, elege-se o Iluminismo como uma perversão de valores e, conseqüentemente, seus arautos como os supostos vilões - primeiramente Napoleão (que ameaça a “santa monarquia portuguesa”) e, já durante o Período Joanino, as cortes portuguesas.

No quarto episódio, *Independência ou Morte*, é retratado o Primeiro Reinado. Neste capítulo surge o personagem de maior destaque: um quase onisciente José Bonifácio, cujas ações antevêm o processo histórico guiando, junto a uma iluminada imperatriz Leopoldina, o processo de independência do Brasil e sua imediata construção enquanto Estado-nação.

No quinto, *O Último Reinado*, encerra-se a trajetória com o auge e a decadência do Segundo Reinado. Seguindo um crescendo, é demonstrado como o Brasil Imperial se desenvolveu à imagem e semelhança de seu “patrono” Pedro II: o requinte, a iluminação, a cultura, o amor à pátria, o espírito democrático, a humanidade, a religiosidade católica, o abolicionismo dentre outras virtudes são as tônicas dessa identidade. Essas graças são herdadas pela princesa “Isabel, a redentora”, retratada como a maior responsável por colocar fim à escravidão e promover, em uma grande festa, a democracia racial. O maniqueísmo mantém-se na tentativa de deslegitimar as “republiquetas caudilhistas”, o “ditador Francisco Solano López”, a maçonaria e “uma elite escravocrata que conspirou arditamente para derrubada da monarquia”. Ao fim do episódio, sugere-se que a crise atual teria se originado na degeneração dos valores tão defendidos pela monarquia.

Como um adendo, posteriormente foi produzido um sexto capítulo intitulado *Era Vargas: O Crepúsculo de um Ídolo* para, dentre outros fins, demonstrar como o ex-presidente, utilizando da peculiaridade de seu carisma popular e ambiguidade na orientação política, “apropriou-se indevidamente de uma herança nacionalista de Pedro II para forjar uma identidade brasileira”. A impropriedade das ações políticas ambivalentes de Vargas teriam sido as causas do crescimento do “fantasma do comunismo” no Brasil.

Assim dizendo, ao contrário da proposta do *Guia Politicamente Incorreto*, a produção de *Brasil: Última Cruzada* visa construir uma ampla narrativa para dar conta do passado brasileiro. Com isso, evidentemente, é de se supor que houvesse omissões e simplificações. Contudo, para além das escolhas do que destacar e omitir, avulta-se o como se deu o encadeamento dos fatos para constituir uma narrativa com objetivos bem claros. No entanto, antes de examinar tais fins, é importante se debruçar sobre outros aspectos.

2.3.2 A Estética

Em seu artigo *Uma nobre, difícil e útil empresa: o ethos do historiador oitocentista*¹³⁶, Rodrigo Turin discorre sobre as principais características da historiografia produzida durante o Segundo Reinado. Segundo o autor, o projeto de centralização política empreendido por Pedro II envolvia também a produção de uma História Nacional a partir do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Isso significa, por um lado, que o processo de profissionalização da

¹³⁶ TURIN, Rodrigo. Uma nobre, difícil e útil empresa: o ethos do historiador oitocentista. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, Ouro Preto, v. 2, n. 2, p. 12–28, 2009. Disponível em: <<https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/4>>. Acesso em: 16 nov. 2021.

História, diferentemente do modelo europeu, se desenvolveu no Brasil Imperial com um propósito bastante circunscrito: a afinação de uma identidade nacional norteada pela unidade política e territorial. Sendo assim, a fabricação de uma narrativa sobre o passado ocupava papel central na política imperial. Por outro lado, o Instituto, fundado ainda em 1838, ganhou maior relevância social na medida que passou a ser patrocinado pelo imperador. Dessa relação frutificou uma História cujo usos eram diversos:

desde incitar o sentimento de nacionalismo até a instrumentalização da arte de governar. Se, de um lado, a história nos fornece uma ligação afetiva com um passado que nos formou, de outro, ela não deixa de oferecer, a quem quiser usá-la, preciosas indicações de como agir na realização daquilo que o próprio processo histórico já prometia.¹³⁷

No que concerne ao modelo de escrita, Turin aponta para a recorrência de três *topoi* que conformavam as produções: a *sinceridade*, a *cientificidade* e a *utilidade do empreendimento*. A sinceridade refere-se à tentativa de buscar incutir no público leitor um sentimento de nacionalismo valendo-se, sobretudo, de uma eloquência poética (seguindo a fórmula sugerida por Karl Friedrich von Martius de “agradar não menos ao coração do que à mente”). Essa sinceridade, porém, não coincidiria com um envolvimento com o objeto ao ponto de trazer prejuízos à científicidade do projeto. Isto porque, o trabalho do historiador deveria ser governado por uma abnegação. É somente desta forma que a análise de documentos e a escrita de uma “história do tempo presente” seria imparcial e, portanto, confiável. A dialética destas características garantiria a utilidade do empreendimento. Posto de outras formas, é apenas o patriotismo somado ao espírito científico que garante ao historiador realizar essa benemérita obra para seu país e seu imperador.

Analisando como tais características transparecem na escrita de Silvio Romero em sua *História da Literatura Brasileira*, de 1888, Turin aponta:

Essa ligação estabelecida no texto entre o historiador e a nação era uma prática corrente na historiografia brasileira do século XIX, formalizando-se no período imperial e sendo remodelada, já no período republicano, em um outro modo de escrita. Geralmente nos prefácios, o vínculo pessoal/nacional vinha inscrito sempre no intuito de justificar a obra que se apresentava. Ressaltando a sinceridade, a dificuldade e a utilidade do empreendimento, o autor procurava capitalizar a inserção de sua obra no espaço letrado. Seja adiantando-se a possíveis críticas, explicitando seu procedimento, resgatando sua trajetória ou ressaltando os possíveis usos futuros de seu trabalho, procurava-se qualificar a missão que constituía o ato da escrita. Ato essencialmente político, a escrita da história nacional reclamava por parte de seu autor a reflexão sobre esse vínculo visceral. Pode-se mesmo dizer que a própria possibilidade de se escrever a história da nação passava pelo estabelecimento prévio de uma relação entre a pessoa que escreve, o lugar

¹³⁷ *Ibidem*, p.19.

que lhe é próprio e o projeto que defende. De qualquer forma, escrever a genealogia nacional implicava uma tomada pública de posição que caracterizasse o par autor-nação.¹³⁸

Neste sentido, guardadas as particularidades, esse modelo de *escrita afetiva* - tão característica do regime historiográfico oitocentista - parece encontrar um eco na “operação historiográfica” da Brasil Paralelo. Primeiramente porque a trajetória pessoal (da empresa) vincula-se ao nacional, mostrando como um certo sentimento patriótico motivou os jovens fundadores a superar diversos obstáculos para levar ao público a “Verdade” acerca do passado brasileiro. Assim, o momento de extremo pessimismo em relação ao cenário político nacional forjava o amadurecimento de uma suposta imparcialidade crítica dos produtores. Desdobra-se disso a intenção de vincular-se afetivamente ao público que se identifica com o patriotismo, concomitantemente se revestindo de uma aparência científica e de abnegação. Esse mote parece ser compartilhado por todos os seus palestrantes, e a própria construção da curadoria dos materiais transparece-no. É assim que, “adiantando-se a possíveis críticas, explicitando seu procedimento, resgatando sua trajetória ou ressaltando os possíveis usos futuros de seu trabalho”, se qualifica sua missão, ou melhor, a utilidade de seu empreendimento. Nota-se, então, não se tratar apenas de um elogio às instituições e personagens do século XIX, mas de se imitar (conscientemente ou não) aquele modelo de fazer história - privilegiando-se uma narrativa factual de grandes heróis e eventos, com um alto grau de afetividade e voltada para a construção de um patriotismo específico com objetivo de orientar ações no presente.

Segundo Fernando Nicolazzi, na palestra *O século XIX redivivo: usos do passado e disputas no presente nas histórias da Brasil Paralelo*¹³⁹, a tônica da identidade da empresa – e que se imprime em suas produções – reside em um caráter empreendedor *self-made*, um *ethos* empresarial. Assim, esse perfil que mescla elementos da maneira como vêm a História do Brasil (em um modelo do século XIX) com a visão liberal contemporânea é central e definidor na autoimagem e na forma como se relaciona com seus públicos. Acerca disto, ainda segundo Nicolazzi, existem cinco aspectos que se destacam. Primeiramente, a adesão comercial, uma vez que - tal qual Castan utilizou-se na tentativa de camuflar seu intento antissemita - o público, ao assinar o canal, não só compra, mas passa a fazer parte da mesma história, da mesma luta e das mesmas bandeiras da empresa (cruzados desta “última cruzada”). Isso, por si só, já configuraria um caráter de *história pública* no empreendimento,

¹³⁸ *Ibidem*, p.14.

¹³⁹ NICOLAZZI, Fernando. *O século XIX redivivo: usos do passado e disputas no presente nas histórias da Brasil Paralelo*. Youtube, 12 Jun. 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Ny-V3pR5DhQ&list=LL&index=324&t=94s>>. Acesso em: 15 Nov. 2021.

pois não se trata só de uma história *para* o público, mas *com e pelo* público.

Em segundo lugar, corroborando com a afirmativa acima, observa-se que a oferta vai ao encontro das expectativas de um público-alvo - mais especificamente um público de 18 a 34 anos, em sua maior parte residentes na região Sudeste, com ensino superior e de classe média-alta. E disto deriva-se não só a narrativa dicotômica que apresenta um lado da virtude em oposição a um lado dos vícios, mas também uma estética muito semelhante a uma série que fez estrondoso sucesso entre esse nicho: *Game of Thrones* (a computação gráfica realizada na aventura se assemelha muito à da série, como é possível observar na figura 3).

Figura 3. Trecho da abertura de *Brasil: A Última Cruzada*



Outra característica que também se ressalta é a “retórica dos vencidos”, que se vincula ao contexto conspiratório propagado por Olavo de Carvalho de uma guerra cultural onde prevalece uma hegemonia da esquerda, para denunciar uma suposta marginalização da direita.

Como já acima citado, a narrativa sintética que busca dar conta de toda a formação do Brasil de modo globalizante, cronologicamente linear e progressivo seria outro elemento definidor da estética e, conseqüentemente, da performance do produto em relação aos consumidores. Vale ressaltar como a narrativa se vale de um tom melodramático costurando imagens (documentos históricos usados ilustrativamente sem qualquer contextualização) e músicas (épicas que aumentam de volume nas passagens mais dramáticas) cuidadosamente às falas dos palestrantes. As três últimas características citadas demonstram não só uma esmerada pesquisa de mercado para conhecer a quem se dirige o produto, mas ainda um forte apelo patológico (no sentido do *pathos*) que se busca estabelecer.

É também, nesse sentido que, um último aspecto alude a uma espécie de “recurso

terapêutico”. Utilizando das categorias de Koselleck, a partir de um fechamento do *horizonte de expectativas* com as incertezas do futuro, o passado passa a ser uma espécie de refúgio. Em outras palavras, uma vez que se pressupõe que o presente corresponde a uma guerra cultural que é amplamente vencida pelos inimigos (os infiéis, no caso, a esquerda) que, por sua vez, estariam destruindo os valores (patriotismo, cristianismo) que sustentavam um glorioso passado idealizado; a Brasil Paralelo põe-se como um estandarte de uma nostalgia imperial conclamando seus simpatizantes (cruzados) a combater em sua versão da Reconquista.

2.3.3. A concepção histórica

Na apresentação do primeiro capítulo, *A Cruz e a Espada*, dirigindo-se diretamente ao espectador, o narrador Filipe Valerim anuncia que trata-se de “uma narrativa séria sobre a sua história” que é de “sacrifício, virtude e coragem” e “que por muito tempo nos foi negada”. A introdução é feita:

Assim como a biografia de um homem começa na história de seus ancestrais, nossa pátria não pode ser compreendida apartada daquela que a concebeu e gestou. E a nossa identidade terá de ser buscada em acontecimentos enterrados por muitos anos, a milhares de quilômetros no Velho Mundo e nas profundezas do oceano.¹⁴⁰

Já nos primeiros minutos, fica patente a acima citada “escrita afetiva” com um forte apelo ao emocional. Na sequência, Rafael Nogueira e Olavo de Carvalho complementam reforçando que é da natureza humana herdar todo o conhecimento acumulado pelas gerações que o antecederam. É daí que vem a identidade. Carvalho chega a apontar que a “cultura é o conjunto dos bens intelectuais acumulados. Se isso não é passado para ele [homem], ele não sabe onde está. Ele está perdido no espaço e no tempo”. Nesse sentido, os palestrantes demonstram reconhecer que existe uma relação entre o passado e o presente, bem como o uso que tal passado pode estabelecer na constituição de identidades no presente. No entanto, é válido se questionar: para os autores, essa premissa é válida para os descendentes dos negros e dos indígenas tal qual é válida para os descendentes dos colonizadores?

Mais adiante, ao narrar como desde os primórdios da humanidade o *Homo sapiens* progrediu intelectualmente, o narrador aponta:

Isso tudo nos levou de caçadores a filósofos, de fugitivos a arquitetos. Criamos a ética para aperfeiçoar a convivência, as leis e o júri para aperfeiçoar a justiça e constituir família passou a fazer parte da nossa tradição de levar a humanidade adiante. Quando vivemos o nosso dia a dia,

¹⁴⁰ BRASIL PARALELO. *Capítulo 1 - A Cruz e a Espada | Brasil - A Última Cruzada*. Youtube, 20 Set. 2017a. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=TkOLAKE7xqY&t=591s>>. Acesso em: 15 Nov. 2021.

aqui, no século XXI, desfrutamos desse legado. A filosofia grega, o direito romano, a moral judaico-cristã e a experiência acumulada de nossos ancestrais fazem parte de nós. Esta é a herança que chamamos de civilização ocidental.¹⁴¹

Assim, a concepção de História é elucidada. O que se privilegia é a noção de uma evolução humana - não muito destoante da progressão iluminista concebida por Narloch - cujos avanços se dão na perspectiva de valores ocidentais, capitalistas (liberais), monárquicos e cristãos. É por isso que o primeiro episódio é desenvolvido todo em apologia à história de Portugal - enfatizando o grande papel do catolicismo nas Cruzadas e na formação da Monarquia como os marcos distintivos que os trouxe até o Brasil (e que supostamente herdamos dos colonizadores) - omitindo a presença dos nativos e as relações que se estabeleceram no processo de colonização. Os autores, mimetizando a historiografia oitocentista, tentam diluir (ou excluir?) os nativos e os africanos e seus descendentes de uma identidade brasileira que é definida pelo estereótipo do europeu colonizador.

Tratando mais especificamente sobre a escravidão, no segundo capítulo, *A Vila Rica*, é destacado:

Os Engenhos de Açúcar viriam acompanhados de uma das maiores chagas da história do mundo. Das grandes manchas morais da biografia humana, é impossível não lembrar da escravidão como uma das maiores. Quando falamos em escravos, lembramos da luta e da dedicação dos abolicionistas pela liberdade e dos povos que demoraram tanto para despertar e ver um futuro livre. É difícil pensar o quão difícil foi nascer e morrer sem ser o dono de sua própria vida. O fato de podermos olhar as coisas dessa forma, é o privilégio de podermos viver do lado de cá da linha do tempo da humanidade. O compromisso de manter a humanidade livre vem da lembrança que demoramos milênios para vencer o mal da escravidão. Foi um mal que durante muito tempo não esboçava perspectiva de nos libertarmos. Os antigos povos hebreus e assírios, os gregos e os romanos, os europeus, astecas, incas, maias e tantos outros não conseguiram vencer o *status quo* no qual nasceram e viveram. Se olhamos para trás e vemos a mancha da escravidão, é a História jogando holofotes sobre nós, esperando deliberarmos sobre nossas ações para saber quem somos e como seremos lembrados. É a História cumprindo seu papel. Nos ensinando os grandes erros e lembrando que muitos dos nossos antepassados perderam seus sonhos na falta de liberdade.¹⁴²

Assim, em seu texto de introdução ao tema, a escravidão é retratada de forma genérica como uma das maiores manchas o passado brasileiro para, em seguida, se rememorar os abolicionistas e a liberdade. Quase não há espaço para falar dos escravizados e suas resistências, apenas de sua dor de não serem donos das próprias vidas. A escravidão que

¹⁴¹ *Ibidem.*

¹⁴² *Idem. Capítulo 2 - A Vila Rica | Brasil - A Última Cruzada.* Youtube, 18 Out. 2017b. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=svViHH8IBVg&t=2321s>>. Acesso em: 15 Nov. 2021.

assolou - sem qualquer distinção nos complexos processos históricos - diversos povos antigos só foi superada por “nós” (ocidentais, modernos, cristãos e capitalistas). A história é pesada em seu caráter mais didático, nos ensinando a partir da escravidão o compromisso de manter a humanidade livre. Em resumo, fala-se de escravidão sem falar de escravizados.

2.3.4 O negacionismo a serviço da nostalgia imperial

De acordo com Svetlana Boym, em *Mal estar na nostalgia*¹⁴³:

O século XX se iniciou com utopia e terminou em nostalgia. A crença otimista no futuro tornou-se obsoleta, enquanto a nostalgia, para o bem ou para o mal, nunca saiu de moda, permanecendo estranhamente contemporânea. A palavra nostalgia advém de duas raízes gregas, *nostos* que significa “voltar à casa” e *algia*, anseio. Eu a definiria como um desejo por um lar que não existe mais ou nunca existiu. Nostalgia é um sentimento de perda e deslocamento, mas é também uma fascinação com a própria fantasia. O amor nostálgico só pode sobreviver em um relacionamento à distância. A exposição dupla ou a sobreposição de duas imagens – da terra natal e da estrangeira, do passado e do presente, do sonho e da vida cotidiana – é uma boa imagem cinematográfica da nostalgia. No momento em que tentamos encaixá-las em uma única imagem, ela rompe o quadro ou queima a película. A palavra nostalgia, a despeito de suas raízes gregas, não teve origem na Grécia antiga. Nostalgia é apenas falsamente grega, ou nostálgicamente grega. A palavra foi forjada pelo ambicioso erudito suíço Johannes Hofer em sua tese de medicina de 1688 (Hofer também sugeria as alternativas nosomania ou philopatridomania para descrever os mesmos sintomas; felizmente, estas não lograram entrar na linguagem comum). Contrariamente à nossa intuição, nostalgia veio da medicina, não da poesia ou da política. Não nos ocorreria pedir uma receita médica para nostalgia. Ainda no século XVII, a nostalgia era considerada uma doença curável, semelhante a uma severa gripe comum. Médicos suíços acreditavam que ópio, sanguessugas e uma viagem aos Alpes suíços curariam os sintomas nostálgicos.¹⁴⁴

A autora encontra uma definição na etimologia da palavra nostalgia apontando para um conceito que buscava nomear um anseio para voltar à casa (ou terra natal). Porém, ao desenvolver sua reflexão, assinala como o conceito passou a identificar menos a saudade de um lugar do que de um tempo. A nostalgia é “um anseio por um tempo diferente – o tempo de nossa infância, dos ritmos mais lentos de nossos sonhos. Em um sentido ainda mais amplo, [...] é uma revolta contra a ideia moderna de tempo, o tempo da história e do progresso”¹⁴⁵. O cerne da reflexão estaria no fato de que a nostalgia seria mais que uma simples patologia, e sim a *emoção histórica* de uma época, a rigor, a modernidade que se aguçou durante o século

¹⁴³ BOYM, Svetlana. *Mal estar na nostalgia*. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 23. p.153-165. Abr. 2017.

¹⁴⁴ *Ibidem*, p.153.

¹⁴⁵ *Ibidem*, p.154.

XX. Sendo assim, o que emerge para o presente é uma *algia* (anseio por um tempo diferente do nosso) que nos une e um *nostos* (idealização de um tempo) que nos separa.

Há, no entanto, dois tipos ideais de nostalgia: a *restauradora* e a *reflexiva*. A primeira refere-se à idealização de um tempo (geralmente passado¹⁴⁶) a qual busca-se a todo custo restaurar. Ignora-se, assim, tanto os aspectos negativos do referido tempo quanto as vicissitudes que se acumularam desde então. É uma tentativa ingênua de restabelecer o passado não como ele realmente foi, mas como se romantiza que ele tenha sido. Em contrapartida, a nostalgia reflexiva embora também compartilhe um sufocamento com o tempo presente, concentra-se muito mais em tomar uma atitude crítica ao atual do que um retorno ingênuo ao que supõe-se (sem jamais ter sido). Neste sentido,

A nostalgia restauradora está no cerne do reavivamento nacional e religioso recentes. Ela apresenta dois enredos principais – o retorno às origens e a conspiração. A nostalgia reflexiva não segue uma trama única, mas sim explora formas de ocupar muitos lugares simultaneamente e de imaginar diferentes fusos horários. Ama os detalhes, não os símbolos. Na melhor das hipóteses, ela pode apresentar desafios criativos e éticos, não apenas de pretexto para melancolias noturnas. Esta tipificação da nostalgia permite-me distinguir entre, por um lado, a memória nacional baseada em uma única versão da identidade nacional e, por outro, a memória social, que consiste em quadros coletivos que marcam, mas não definem, a memória individual. A retórica da nostalgia restauradora não trata do “passado”, mas antes de valores universais como família, natureza, pátria, verdade. [...] Há dois paradoxos, portanto. Primeiro, quanto mais rápidos e devastadores os ritmos e escalas da modernização, tanto mais conservadoras e imutáveis tendem a ser as novas tradições. Segundo, quanto mais decisiva a retórica de continuidade com o passado histórico e a ênfase em valores tradicionais, tanto mais o passado é comumente apresentado de forma seletiva.¹⁴⁷

De forma muito análoga à autora, o historiador Ricardo Salles desenvolve em *Nostalgia Imperial: escravidão e formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*¹⁴⁸ o conceito nevrálgico de sua obra: a *nostalgia imperial*. A tese principal destaca como a política centralizadora imperial logrou em forjar a identidade nacional concatenando diversos elementos como a monarquia, a unidade territorial, a raça brasileira (fruto de uma miscigenação - de europeu, indígena e negro - orientada pela civilização do branco) e a escravidão, dentre outros. Em seus termos:

Emergindo de um passado colonial e situado num contexto internacional cada vez mais interdependente pela expansão do capitalismo, o projeto imperial, antes de mais nada, buscava um estar no mundo que legitimasse a

¹⁴⁶ A autora enfatiza que a nostalgia não se volta exclusivamente ao passado. Por se tratar de um deslocamento do presente, pode também projetar-se para o futuro.

¹⁴⁷ BOYM, *op. cit.*, p.159-160.

¹⁴⁸ SALLES, Ricardo. *Nostalgia Imperial: escravidão e formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ponteio, 2013.

sociedade escravista brasileira. Para tanto, era necessário partilhar dos parâmetros civilizatórios dominantes do ocidente europeu e, ao mesmo tempo, afirmar a novidade americana do projeto imperial para a sociedade em formação. Como bem colocou Ilmar Rohloff de Mattos, ao considerar que os “fundadores e consolidadores tinham os olhos na Europa e os pés na América...” [...] Esse projeto imperial foi possível visto que contava com bases econômicas e sociais advindas do passado colonial escravista e com a conjuntura particular da transferência da família real portuguesa para a América.[...] As condições particulares da sociedade escravista resultante da situação colonial brasileira - de modo semelhante ao que ocorreu com a formação social do Sul dos Estados Unidos - permitiram que os interesses dominantes hegemônicos dos senhores de escravos coloniais se constituíssem em interesses dominantes hegemônicos de toda uma sociedade nacional emergente e na construção de um projeto brasileiro imperial, mais sólido do que aquele presente na maioria das nações egressas do processo de independência do continente americano.¹⁴⁹

Esse intento foi tão profundo que passou a estruturar a forma como o Brasil se concebia enquanto país. Por isso, mesmo com o fim do Império, o substrato cultural permaneceu durante a Primeira República pelas mãos de historiadores, políticos e intelectuais. Os traços dessa nostalgia imperial, segundo Salles, fizeram-se notar ainda na década de 1950 e mesmo na de 1990 com uma “bancada monarquista” no poder Legislativo e o plebiscito em que se poderia optar por um governo presidencialista, parlamentarista ou monárquico. A cosmovisão imperial que atravessa *Brasil: Última Cruzada* é um indício da atualização da *nostalgia imperial*. Essa nostalgia, voltando às categorias de Boym, é muito menos reflexiva uma vez que

A nostalgia restauradora se caracteriza por duas tramas principais: a restauração das origens e a teoria da conspiração. A visão de mundo conspiratória reflete a nostalgia por uma cosmologia transcendental e uma concepção pré-moderna simples do bem e do mal. Essa visão de mundo se baseia em um enredo transistórico único, um confronto maniqueísta entre o bem e o mal e a inevitável expiação do inimigo mítico. A ambivalência, a complexidade da história, a variedade de evidências contraditórias e a especificidade das circunstâncias modernas são assim apagadas, e a história moderna é vista como a realização de uma antiga profecia. Adeptos extremistas da teoria da conspiração imaginam que a casa está sempre sob cerco, exigindo a defesa contra o inimigo conspirador.¹⁵⁰

Assim, a empresa divulga um conhecimento histórico que se pauta pela conspiração - de que os espaços formais de produção da historiografia (escolas e universidades) estão se valendo do passado para doutrinar a sociedade e corromper seus supostos valores conservadores, cristãos, elitistas, liberais - e pelo combate ao inimigo ao mesmo tempo que busca a restauração de um período imperial que nunca existiu da forma como idealizam.

¹⁴⁹ *Ibidem*, p.46-47.

¹⁵⁰ BOYM, *op. cit.*, p.160.

Todavia, diferentemente de apenas buscar numa suposta retidão fiscal de Pedro II um exemplo a ser confrontado com as acusações de improbidade fiscal à então presidenta Dilma Rousseff (de forma a ilibar o passado imperial em detrimento do presente republicano então presidido por uma política do Partido dos Trabalhadores de orientação esquerdista), a mobilização da escravidão pela Brasil Paralelo tem outras nuances.

A grande questão que se lhes impõe é: como reabilitar um passado imperial que se sustentava a partir da mão de obra escrava sem fazer apologia à escravidão? A rigor, a escravidão, enquanto fato histórico, não é negada pela Brasil Paralelo. Ao menos, não em sua totalidade. O que se opera, no entanto, são agenciamentos do passado escravista para objetivos que os favorecem político-ideologicamente no presente; e, quando não, relativiza ou omite-se.

Ao longo dos capítulos que tratam da escravidão - *A Vila Rica* e *O Último Reinado* -, os argumentos se dão dentro de seis eixos: I) já havia uma escravidão na África antes da chegada dos europeus (numa lógica símile a de Narloch); II) a indistigção de diferentes processos de escravização, omitindo o caráter racial e capitalista da escravidão moderna afrobrasileira; III) a tentativa de mostrar um caráter plural da escravidão apontando para exemplos de como haviam escravos que possuíam escravos (novamente, como no *Guia*, tratando como se fosse uma novidade escondida do público pelos historiadores e professores); IV) o abolicionismo como um projeto humanitário perpetrado exclusivamente pelos grandes heróis do Segundo Reinado; V) que o abolicionismo sempre foi uma pauta da família imperial e se irrompeu com a lei Áurea que simbolizou a festa da democracia racial e VI) a noção de que a escravidão foi superada de forma orgulhosa em 13 de maio de 1888.

Mais importante do que sistematizar as falas dos inúmeros palestrantes é tentar identificar nas entrelinhas a moralidade que buscam incutir, embora seja crucial não se deixar escapar que, para fazer se encaixar nesses agenciamentos é que ocorrem os subterfúgios retóricos na narrativa que criam um enredamento falso entre fatos históricos verídicos.

Nesse sentido, percebe-se como o argumento da pré-existência da escravidão em África esconde, primeiro, a ampla diversidade étnico-cultural sob a pecha de “africanos” que “se escravizavam” e omite a diferença entre uma escravidão que se baseava em critérios bélicos e outra que se baseou progressivamente numa lógica capitalista de produção em massa de mercadorias (escravizados).

O que que era ser escravo? Ser escravo era ser vencido numa guerra justa e perder a sua liberdade. Ou nascer de uma mulher nessa condição. É isso que definia a base legal pra ser escravo. Então, se fala muito de reparação histórica, com relação à raça e etnia, mas o fundamento da escravidão nunca

foi a origem étnica. No Brasil, nunca foi. (grifos meus)¹⁵¹

Nessa sua contribuição à narrativa, o historiador Flávio Alencar ressalta que os motivos que levavam a “produção” de um escravo eram a derrota em uma guerra justa ou descender de uma cativa. No entanto, como aponta o historiador Manolo Florentino – ao analisar o tráfico negreiro que se destinava ao Rio de Janeiro em uma perspectiva abrangente que considera-no como uma mediação entre uma demanda carioca e uma oferta africana – na obra *Em Costas Negras*¹⁵², a produção de um escravo estava atrelada, inicialmente, à uma demanda brasileira por mão de obra (e uma demanda de comerciantes africanos pelos produtos europeus e brasileiros), e também à violência. Nesse sentido, a estrutura que sustentava o abastecimento de mão de obra era formada por uma complexa rede onde o comerciante carioca enviava suprimentos antecipadamente para pagar pelos escravos, o capitão do navio negociava com o comerciante no litoral africano e esse, por sua vez, negociava com atravessadores que iriam capturar outros nativos no interior do continente para trazê-los para o litoral. Ou seja, no que se refere a escravidão afrobrasileira, o fator mercadológico primava sobre os demais.

Mas, para além desta omissão, destaca-se o trecho grifado, em que o entrevistado explicita o que o mobiliza a argumentar sobre como o caráter étnico não influía na produção do escravizado: a ideia de reparação histórica. Nesse sentido, a manutenção da fala que, ainda que seja protagonizada por um convidado não vinculado diretamente à produção, é um forte indício que se concebe o passado escravista como descolado do presente (tal qual a obra de Narloch).

Na sequência, em sua declaração, o professor Paulo Cruz aponta

Não é racial, ela se torna racial no século XIX. Quando surgem as teses eugenistas é que aí surge essa questão de tentar ligar ou associar o africano ou descendente de africano ao escravo, mas isso é muito tardio. Então, não era. Foi uma escravidão primeiro de oportunidade, tanto é que não era difícil você encontrar negros que se tornavam senhores e que tinham seus escravos também. Então quer dizer, dentro de uma economia escravista, se eu sou um senhor de engenho, eu tenho escravos.¹⁵³

Assim, reforça-se o argumento de que o fator racial não era expressivo para a escravização – pelo menos até as teses eugenistas da segunda metade do século XIX. No entanto, essa associação ignora um discurso que era construídos por intelectuais e religiosos

¹⁵¹ BRASIL PARALELO. *op.cit.*, 2017b.

¹⁵² FLORENTINO, Manolo. *Em Costas Negras* – uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro – séculos XVIII e XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

¹⁵³ BRASIL PARALELO, *op. cit.*, 2017b.

há, pelo menos, um século antes do aparecimento das teorias racialistas: a animalização do negro. Nesse sentido, Andrade aponta:

A atitude unilateral e, por isso, etnocêntrica, de outorgar para si o direito de classificar os povos expande-se - na sua forma mais radical -, para prejudicar que os negros estariam mais próximos dos animais do que propriamente dos demais seres humanos. Quando Voltaire afirma que os negros são inferiores, posição seguida por outros filósofos iluministas (Kant, 1990, p. 167; Hume, 1875, p. 252; Tocqueville, 1977, p. 262; Hegel, FH, p. 75), em relação à raça branca, ele aproxima-os, sub-repticiamente, dos animais, que não são capazes de autodeterminar-se. Com isso, os negros perdem o direito de autodeterminar a imagem de si mesmos e também de autodeterminarem-se como um todo, porque não são humanos plenamente e precisam, portanto, da tutela de outro povo, para agirem racionalmente, assim como um animal precisa de um adestrador para agir corretamente. Em outras palavras, o discurso iluminista traça uma relação entre os negros [invariavelmente chamados de selvagens, próximos, segundo Voltaire, dos rinocerontes e elefantes (Voltaire, 1963, p. 34)] e os animais, no intuito de mostrar que os negros não podem, assim como os animais, galgar autonomia por si mesmos. Nesses termos, Hegel, quando tece comentários sobre os sul-americanos, fruto da mistura com negros, alerta para a necessidade dos europeus de "incutir-lhes uma dignidade própria" (Hegel, FH, p. 75). Por essas razões, é necessário guiar os negros por meio do esclarecimento de sua condição quase animal ou dissolver a sua cultura para que a inexorável marcha do progresso não conheça limites. Em todos os casos, a dominação não é estranha à razão iluminista, porque ela é uma consequência muito provável para "salvar" os negros da selvageria que lhes é imposta por sua condição subumana.¹⁵⁴

Ainda que não estivesse referindo-se especificamente à escravidão brasileira, as ideias de intelectuais e religiosos dos séculos XVII e XVIII moldaram uma concepção de inferioridade dos negros que corroborou para justificar a escravização de africanos. Nesse sentido, as tentativas de esvaziar o caráter étnico da escravidão – argumento curiosamente destacado apenas pelos únicos (talvez uma alusão involuntária à sociedade brasileira concebida pela empresa) dois palestrantes negros – e de diminuir o papel dos europeus na escravização¹⁵⁵ miram implicitamente nas bandeiras defendidas pelos movimentos sociais negros.

As afirmações acima são balizadas pela narração que abre o bloco da escravidão, na qual afirma-se que

O fato de podermos olhar as coisas dessa forma, é o privilégio de podermos viver do lado de cá da linha do tempo da humanidade. O compromisso de manter a humanidade livre vem da lembrança que demoramos milênios para

¹⁵⁴ ANDRADE, *op. cit.*, 2017.

¹⁵⁵ Paulo Cruz salienta “E, inclusive, o continente africano era altamente escravocrata internamente, certo? Então quer dizer, o português não chegou lá na costa africana e saiu dando paulada e tiro e arrastando o africano pra dentro dos navios. Já existia um comércio intenso de escravos na costa”. In: BRASIL PARALELO, *op. cit.*, 2017b.

vencer o mal da escravidão. Foi um mal que durante muito tempo não esboçava perspectiva de nos libertarmos. Os antigos povos hebreus e assírios, os gregos e os romanos, os europeus, astecas, incas, maias e tantos outros não conseguiram vencer o *status quo* no qual nasceram e viveram.¹⁵⁶

Como já mencionado, a identidade da empresa (o *ethos* empresarial) se imprime em sua produção. Neste caso, na tentativa de descolar o passado escravista do presente, dissolve-se a escravidão africana moderna na escravidão de diversos outros povos desconsiderando as especificidades de cada processo. Em oposição à escravidão que ficou no passado encontra-se o “lado de cá da linha do tempo”, período em que a humanidade superou a escravidão e alcançou a liberdade individual. Assim, ainda que não explicita, coloca-se como oposição à estrutura da escravidão o sistema que, na concepção dos autores, concede maior liberdade individual: o capitalismo. Suprime-se, com isso, o papel da escravidão e do tráfico no alavancar do sistema capitalista, quando gerou recursos para as Revoluções Industriais – a Inglaterra, berço da Revolução Industrial, só se volta contra a escravidão no começo do século XIX quando esta passa a ser um empecilho aos seus objetivos de expandir o mercado para as Américas, segundo tese de Leslie Bethell¹⁵⁷. Nota-se, pelos casos acima citados, como a historiografia acadêmica é deixada de lado (o que coaduna com a concepção da empresa sobre a produção científica e escolar do conhecimento histórico) em prol da linha em que os argumentos são organizados.

No que se refere ao abolicionismo, há uma tentativa de ignorar a escravidão como elemento estruturante do Segundo Reinado, exacerbando uma oposição maniqueísta entre a monarquia e às elites agrárias escravistas que teriam derrubado-na. Assim, os escravistas teriam sido os inimigos do Império, enquanto a família imperial supostamente teria se postado de forma incondicional a favor da abolição.

Neste ínterim, no quinto capítulo, *O Último Reinado*¹⁵⁸, são evocados personagens e eventos-chave para ilustrar como o Império foi anti-escravista. A temática, no entanto, é introduzida paulatinamente a partir da seguinte declaração: “a nossa história monárquica é uma história rica...rica. E não falo isso com uma espécie de ufanismo porque eu não digo que tenha sido uma história perfeita. É rica porque nós conseguimos fabricar em profusão grandes homens”¹⁵⁹. A partir dessa premissa, explora-se não o processo das lutas abolicionistas em si,

¹⁵⁶ *Ibidem*.

¹⁵⁷ BETHELL, Leslie. *A abolição do tráfico de escravos no Brasil - A Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do tráfico de escravos, 1807-1869*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1976. 406 p.

¹⁵⁸ BRASIL PARALELO. *Capítulo 5 – O Último Reinado| Brasil - A Última Cruzada*. Youtube, 20 Set. 2017c. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=TkOlAKE7xqY&t=591s>>. Acesso em: 15 Nov. 2021.

¹⁵⁹ *Ibidem*

mas a biografia de “grandes heróis” que lutaram pela causa. Apresenta-se André Rebouças e Machado de Assis enaltecendo muito mais suas virtudes e de suas obras do que a contribuição de ambos para a abolição. É seguindo esse raciocínio que o palestrante Thomas Giulliano chega a afirmar: “A pergunta que Machado fez à sua alma não foi ‘porque sou negro?’, mas ‘porque nasci?’. Era essa a angústia de Machado, era uma angústia humana e não uma angústia social.”¹⁶⁰.

A biografia de Joaquim Nabuco, entretanto, recebe um tratamento mais aprofundado e apelativo. Em um tom bastante melodramático narra-se sua infância no Engenho Massangana quando encontrou com um escravo que pedia abrigo a sua madrinha, ao que se complementa:

Ali Nabuco percebe a realidade, a realidade do Brasil. E Nabuco quando enxerga o clamor daquele escravo, ele enxerga o clamor de um país naquele momento. E ele sempre será o menino de Massangana porque o encontro com aquele escravo foi decisivo para sua vida, para toda sua formação política. Naquele instante, Nabuco viveu a sua queda de cavalo. Naquele instante, as escamas caíram dos olhos de Nabuco. Aquele encontro foi decisivo e ele entendeu que ele tinha uma missão. E essa missão não era apenas com o escravo que clamou acolhimento, mas era com os escravos e com os problemas sociais de nosso país. (grifos meus)¹⁶¹

Nesta mesma tônica são arroladas informações relativamente anedóticas, como a opção de Pedro II de não ser carregado por seus escravos em público a fim de “contagiar a sociedade brasileira e os escravocratas, para que a abolição fosse uma realidade”, para incrementar a imagem de um Brasil monárquico anti-escravismo. Mas o principal argumento e fio condutor da trama é a conhecida trajetória das leis abolicionistas (Eusébio de Queirós de 1850, Ventre Livre de 1871, Sexagenários de 1885 e Áurea de 1888) que ilustram a predisposição do Imperador e de sua filha Isabel de abolirem gradativamente a escravidão.

É importante se ressaltar acerca da legislação que regulava a questão do tráfico, e da escravidão em si, dois importantes trabalhos historiográficos: o já citado *Em costas negras e Africanos Livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil*¹⁶² de Beatriz Mamigonian. Sobre a temática, a obra de Florentino alude para como a pressão que o governo inglês exerceu sobre o Brasil a partir do tratado firmado entre Dom João e George III em 1810 – onde o regente português comprometia-se a cooperar com os ingleses na luta pelo fim do tráfico atlântico – esbarrou na falta de empenho do governo brasileiro de abolir o tráfico.

¹⁶⁰ *Ibidem*.

¹⁶¹ O trecho grifado é uma referência bíblica a Atos 9, 1-30, que narra a história de conversão de Saulo de Tarso. É patente a tentativa de vincular o episódio do encontro entre o ainda menino Nabuco e o escravo com a simbologia cristã da conversão do apóstolo Paulo, a fim de fomentar uma relação emotiva (patológica) com o expectador. *Ibidem*.

¹⁶² MAMIGONIAN, Beatriz. *Africanos Livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

Portanto, apresenta um forte argumento que problematiza a noção de uma suposta predisposição imperial em acabar com a escravidão.

A obra de Mamigonian, que também se dedica ao aspecto jurídico da abolição do tráfico, foca principalmente no contexto que envolve a aprovação da lei Eusébio de Queirós em 1850¹⁶³. *Africanos Livres* aponta para como o tráfico de escravizados já havia se tornado ilegal com a lei de 1831¹⁶⁴ (assinada na regência de Diogo Feijó), o que, no entanto, não se refletiu na prática. O tráfico continuou, trazendo ilegalmente mais de 920 mil africanos escravizados até 1850. Naquele ano, porém, o *HMS Cormorant* (navio da marinha inglesa) adentrou a baía de Paranaguá (águas brasileiras) em perseguição a embarcações que faziam tráfico e foi atacado pela população da Ilha do Mel. Este incidente gerou um impasse para o governo imperial que, por um lado, foi pressionado a defender a soberania do território nacional sem, no entanto, tomar partido dos traficantes. A presença de ingleses no Brasil que fomentavam a causa abolicionista (financiando, sobretudo, jornais e materiais impressos) ante a opinião pública só agravou a pressão sobre o governo. Nesse sentido, a lei Eusébio de Queirós, ao propor uma fiscalização mais efetiva sobre o tráfico (já ilegal), afastava provisoriamente o principal motivo desta pressão e resolvia parcialmente a crise diplomática. Todavia, não se resolveu a questão dos africanos desembarcados no Brasil entre 1831 e 1850 (portanto, livres) que estavam escravizados. A isso, implicaria também as sanções legais sobre todos os envolvidos (traficantes, financiadores, compradores) por reduzirem cidadãos livres à condição de cativos. Por isso, junto à promulgação da lei Eusébio de Queirós soma-se a opção por negligenciar a aplicação da lei Feijó (tornando-a, na prática, uma “lei para inglês ver”). Portanto, a Lei de 1850 além de não ser a pioneira em um processo que culmina na abolição (como defende a *Última Cruzada*), também não depõe a favor de uma causa abolicionista pelo governo imperial.

Ainda segundo a lei, o governo de Dom Pedro II passou a tutelar os escravizados apreendidos nos contrabandos que chegaram após 1850. Esses cativos, sob a tutela do Estado, prestavam serviços ao mesmo sem remuneração¹⁶⁵. Em outras palavras, mesmo reforçando a

¹⁶³ BRASIL, Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850. Estabelece medidas para a repressão do tráfico de africanos neste Império. Coleção de Leis do Império do Brasil de 1850. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim581.htm. Acesso em: 14 Jun. 2022.

¹⁶⁴ BRASIL, Lei de 7 de novembro de 1831. Declara livres todos os escravos vindos de fora do Império, e impõe penas aos importadores dos mesmos escravos. Coleção de Leis do Império do Brasil de 1831. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-7-11-1831.htm#:~:text=LIM%2D7%2D11%2D1831&text=LEI%20DE%207%20DE%20NOVEMBRO,aos%20importadores%20dos%20mesmos%20escravos. Acesso em: 14 Jun. 2022.

¹⁶⁵ “Art. 6º Todos os escravos que forem apreendidos serão reexportados por conta para os portos donde tiverem vindo, ou para qualquer outro ponto fóra do Império, que mais conveniente parecer ao Governo; e em quanto essa reexportação se não verificar, serão empregados em trabalho debaixo da tutela do Governo, não

ilegalidade do tráfico de novos cativos, o governo imperial não se furtou de confiscar e utilizar escravos em benefício próprio a partir de 1850. Esse argumento não só colocaria em cheque a premissa da oposição do Império à escravidão, como justificaria uma dívida histórica do Estado brasileiro com a população afrodescendente.

No que se refere às lutas abolicionistas, *O Último Reinado* limita-se a citar esparsos indícios, como quando menciona que “a abolição sempre foi um tema que ficou na cabeça do imperador e da princesa Isabel. E muitas daquelas figuras do parlamento brasileiro e também das figuras públicas encabeçaram o movimento, e o Império sempre veio junto com esse movimento”. Assim, destaca um “abolicionismo de elite” – como define Angela Alonso em *Flores, Votos e Balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)*¹⁶⁶ – demonstrando conhecer as discussões travadas no parlamento brasileiro, bem como o papel de figuras públicas como Joaquim Nabuco, André Rebouças e José do Patrocínio. Mais uma vez, porém, é omitida (intencionalmente ou não) as lutas abolicionistas dos próprios escravizados e de figuras mais desvinculadas da elite imperial (nomes como o de Luís Gama não são sequer citados). Neste entremeio, faz-se menção à Confederação Abolicionista exibindo a seguinte foto:

Figura 4. Confederação Abolicionista em 16 de Maio de 1888.



Se a trama do processo abolicionista é desenvolvida num crescendo, o clímax é reservado para a figura de Isabel. Ao retratar o 13 de maio de 1888 (não deixando de citar que era aniversário de D. João VI), todos os elementos narrativos ajudam a construir a atmosfera

sendo em caso algum concedidos os seus serviços a particulares.”. BRASIL, *op. cit.*, 1850.

¹⁶⁶ ALONSO, Ângela. *Flores, Votos e Balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

de uma festa da liberdade. Desde as músicas e imagens - como as fotos da diretoria da Confederação Abolicionista três dias após a abolição e da missa campal de Ação de Graças pela Abolição da Escravatura - até as próprias falas dos palestrantes voltam-se para arrematar como, nas palavras de Thomas Giulliano, “a escravidão é o grande calcanhar de Aquiles da história brasileira. E a forma que ela foi superada é motivo de orgulho”¹⁶⁷.

Figura 5 – Foto da missa campal de Ação de Graças pela Abolição da Escravatura



Como expresse acima, em qualquer tentativa de criar uma narrativa que abarque um longo período da história do Brasil é necessário a realização de escolhas, recortes e, inclusive, omissões. Nesse sentido, interessa-nos atentar para o que foi escolhido para não fazer parte do autointitulado “maior resgate já feito da história brasileira”. Há uma notável tentativa de usar o passado escravista para reabilitar os próprios valores (como a nostalgia a um período imperial infalível e um culto a um capitalismo idealizado que promoveu a liberdade em oposição ao cativeiro da escravidão). Para isso, as rupturas precisam prevalecer sobre as permanências. Logo, por mais que se explicita uma concepção da história como uma mestra da vida, é premente que se alije o potencial da história de refletir, em cotejamento com o passado, sobre as questões do presente. Qualquer elemento do passado escravista que reforce

¹⁶⁷ BRASIL PARALELO. *op. cit.* 2017c.

um “passado que não passou” não convém ao intuito da narrativa.

No entanto, a despeito de todas as lacunas (involuntárias ou não) nas linhas de raciocínios, a narrativa histórica da Brasil Paralelo, no que diz respeito à escravidão, tem apelo suficiente para ser crível ao seu público (principalmente ao considerarmos a perspectiva da pós-verdade de grande parte destes consumidores). Sendo assim, a empresa logra em sua busca de reabilitar a instituição monárquica ante seu público ao mesmo tempo que fomenta valores cristãos e liberais, como uma história “inédita” e “omitida” pelos historiadores e professores de História “politicamente enviesados”. Não obstante, nesse mesmo discurso, em nome das apologias, distorcem e negam, em última instância, não a verdade, mas a tomada da consciência da verdade. Não negam a escravidão, mas a relação do passado escravista imperial com o presente racista.

Portanto, as fontes analisadas ligam-se a um grande público e o fazem atacando a historiografia (tanto acadêmica quanto escolar) para, em seu lugar, promover interpretações do passado visando fomentar determinados valores. Não chegam a negar explicitamente a factibilidade da escravidão, mas distorcem tais interpretações de forma intencional, configurando, à luz da concepção de Derrida, mais mentiras do que erros. São, portanto, relevantes dentro da cultura histórica e influenciam fortemente a consciência histórica do público induzindo a erros e negacionismos.

CAPÍTULO 3 – O MUSEU DOS NEGACIONISMOS DA ESCRAVIDÃO

Na esteira dos eventos políticos e das mobilizações sociais decursivas que marcaram a década de 2010, destacou-se uma charge assinada pelo jornalista e cartunista Carlos Henrique Iotti, onde um manifestante com a cara fechada protestava empunhando uma placa estampada com os dizeres “Pela volta dos militares! Ditadura já!”, seguido de perto por outra manifestante com olhar de impaciência, empunhando uma segunda placa onde se lia “Por mais aulas de história para essa gente!”. O alvo da charge, que naquela altura circulou demasiadamente pelas redes sociais na conjuntura das contestações sócio-políticas que eclodiram a partir de 2013, eram os pedidos por uma intervenção das Forças Armadas e, até mesmo, a retomada da Ditadura Militar. Não obstante a crítica à contradição de uma reivindicação pelo fim da democracia, outro elemento da representação que também ficou em evidência foi a concepção de que o antídoto seria mais aulas de história.

Esse exemplo, levantado por Miriam Hermeto na apresentação do livro *História Pública em Debate: patrimônio, educação e mediações do passado*¹⁶⁸, é um forte indicativo de como a sociedade brasileira concebe o ensino de história. A massiva circulação da charge aponta para a anuência pública de que a educação escolar (em especial a de história) seja a única responsável pela formação do conhecimento histórico. Todavia,

Será que os professores de história – e os historiadores, em geral – têm mesmo esse poder sobrenatural na construção da cultura histórica de uma geração? Especialmente num regime presentista, tal como pondera François Hartog (2013), que toma a mídia como um valor em si mesmo, naturaliza o capitalismo e seus efeitos sociais e dilui as ambiguidades políticas da experiência humana, buscando adequá-las a uma realidade “dada”, esse protagonismo absoluto da educação escolar na formação de uma crítica da história do tempo presente é uma ideia sem pujança. Tanto porque múltiplos são os sujeitos que produzem narrativas históricas consideradas legítimas e com circulação cada vez maior, quanto porque os públicos que são o alvo dessas narrativas e a elas têm acesso são cada vez mais diversos e amplos.¹⁶⁹

Retomando a discussão que encerrou o primeiro capítulo desta dissertação, a existência de uma cultura histórica¹⁷⁰ sob as condições acima elencadas reforça que se reconheça a existência de, pelo menos, três regimes historiográficos (acadêmico, escolar e

¹⁶⁸ ALMEIDA, Juniele Rabêlo; MENESES, Sônia (org.). *op. cit.*

¹⁶⁹ HERMETO, Miriam. Prefácio – Por mais sede de história. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo; MENESES, Sônia (org.), *op. cit.*, p.8.

¹⁷⁰ Por cultura histórica, entende-se “a manifestação da consciência histórica na sociedade em diversas formas e procedimentos. Inclui o trabalho cognitivo dos estudos históricos, bem como as atitudes da vida cotidiana voltadas para a compreensão do passado e a conceitualização histórica de nossa própria identidade.” RÜSEN, Jörn. *Humanismo e didática da história*. Curitiba: W.A. Editores, 2015. p.24.

público). Com isso, concluir que a produção do conhecimento histórico não é monopólio da ciência especializada não sintetiza o fenômeno, pois, além disso, há de se considerar a multiplicação de interpretações sobre o passado na literatura, novelas, museus, religião, músicas, documentários, teatro, vídeos da internet, podcasts, canais de entretenimento etc. Com diferentes fórmulas e destinando-se a públicos diversos, essas narrativas nem sempre buscam apoiar-se na produção acadêmica; o que não impede, no entanto, que sejam excessivamente consumidas. Paradoxalmente, o senso comum idealiza a educação como agente único no aprendizado histórico, enquanto reconhece autenticidade nas demais narrativas (o que pressupõe que não as identifique como ferramentas de aprendizagem).

Trazendo a reflexão ainda mais para o âmbito do ensino, isso implica que, nem mesmo na sala de aula de história, o conhecimento acadêmico-escolar arregimentado pelo professor é singular; pois, como indivíduos dotados de consciência histórica, cada aluno traz para o ambiente escolar seus próprios saberes, adquiridos em múltiplos espaços extra-acadêmicos. A cultura histórica atravessa a todos¹⁷¹ os envolvidos no processo de ensino-aprendizado e, sendo assim, a sala de aula torna-se um espaço de coexistência de discursos históricos. Segundo Sônia Wanderley, em seu artigo *Didática da História Escolar: um debate sobre o caráter público da história ensinada*: “a importância desse debate reside, dentre outras razões, no fato de essas narrativas participarem com significados não somente para a consciência histórica de alunos, mas também de professores”¹⁷². Mediante isso, considerar a noção de que a educação é a única responsável pela formação é uma ideia sem pujança na medida em que se pondere que, tal como a historiografia acadêmica não detém o monopólio da produção do conhecimento histórico, o ensino de história também não dispõe do monopólio da aprendizagem histórica.

Uma vez anuída a coexistência de diferentes discursos do passado na sala de aula, debrucemo-nos sobre como se dão as relações entre eles. Se em uma perspectiva científica, a narrativa fruto de pesquisa que segue as regras da disciplina histórica tem mais préstimo do que a que reproduz sentidos-comuns de forma acrítica; para um público leigo de alunos, outros critérios são mais adequados (retórica, didática, design, adequação à crenças). No entanto, ainda que os diversos saberes sejam de naturezas distintas (o que presumivelmente levaria a

¹⁷¹ Aqui está incluso o professor que, embora seja um historiador apropriando-se de conceitos científicos para lecionar, também é um ser social que consome outras narrativas e, por vezes e em determinados assuntos, guia-se por um senso comum.

¹⁷² WANDERLEY, Sônia. *Didática da História Escolar: um debate sobre o caráter público da história ensinada*. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo; MENESES, Sônia (org.). *op.cit.* p.100.

uma concorrência), a existência de um não implica necessariamente na impossibilidade de outros, dado que

Homens e mulheres mobilizam sua consciência histórica a todo momento e em todos os espaços que ocupam para interpretar o mundo e a si mesmos. Portanto, refletir sobre o desenvolvimento da consciência histórica, nesse viés, significa saber que também no tocante à produção de sentido para a vida, nós professores, temos uma ‘autoridade compartilhada’ (Frisch, 2016, p.57-69) com uma série de outras instituições e instâncias sociais, produtoras de sentidos históricos, sentidos que devemos considerar em nosso fazer como professores de história para conseguirmos entrar em sintonia com a forma como nossos alunos leem e interpretam a realidade.¹⁷³

Nesse sentido, é premente que parta do professor o tom que será assumido nas relações que se estabelecerão entre os diversos discursos. Reconhece-se que, em virtude da nossa formação acadêmica, os impulsos de desconsiderar narrativas que se pautem em matrizes não científicas são automáticos; e comprometer-se a tratar os discursos de outras naturezas com a mesma seriedade que dedicamos à ciência é um esforço que se justifica em nome da manutenção de um espírito democrático. Em outras palavras, em uma aula de história em que o professor desdenhe de argumentos que, mesmo sem embasamento científico, habitem o arcabouço de referências dos alunos, os mesmos não se sentiriam seguros de se manifestarem. Logo, à medida que haja aquiescência e a garantia de que serão levados a sério, a polissemia das múltiplas culturas históricas certamente começam a emergir¹⁷⁴.

Ademais, considerando o caráter ainda mais pragmático, como o processo de ensino-aprendizado não se restringe apenas ao professor e aos alunos em sala de aula, há ainda que se considerar as dimensões da cultura histórica intrínseca a outros atores e instituições envolvidos. No artigo *O trabalho intelectual do professor de História e a construção da educação democrática: Práticas de história pública frente à Base Nacional Comum Curricular e ao Escola Sem Partido*¹⁷⁵, Fernando de Araújo Penna e Rodrigo de Almeida Ferreira examinam as interferências que políticas públicas voltadas para o currículo e a prática docente têm sobre o trabalho do professor de História. Segundo os autores, o

¹⁷³ *Ibidem*, p.102.

¹⁷⁴ Para entender melhor a questão, ver: UPCHURCH, Charles. Class divide: when students resist material for ideological reasons, start from where they are. *Perspectives on History: The News magazine of the American Historical Association*, 2017. Disponível em: <https://www.historians.org/publications-and-directories/perspectives-on-history/march-2017/class-divide-when-students-resist-material-for-ideological-reasons-start-from-where-they-are>. Acesso em: 24 Jul. 2022.

¹⁷⁵ PENNA, Fernando de Araújo; FERREIRA, Rodrigo de Almeida. O trabalho intelectual do professor de História e a construção da educação democrática: Práticas de história pública frente à Base Nacional Comum Curricular e ao Escola Sem Partido. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo; MENESES, Sônia (org.). *op. cit.* p. 109-128.

professor, enquanto um intelectual que produz conhecimento, deveria gozar de uma certa liberdade de atuação para criar as condições para que os estudantes possam, gradativamente, construir as próprias concepções de si próprios e de mundo. Não obstante, deliberações como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que visam uma normatização dos currículos – definindo o que deve ser trabalhado por todos os estabelecimentos escolares em cada ano/série da educação básica – impactam no ensino, ao passo que torna-se um padrão para elaboração de materiais didáticos e avaliações externas. Como tais ferramentas são utilizadas para aferir a “qualidade” do ensino-aprendizado das escolas, uma vez alinhadas à base comum curricular, restringe-se a atuação do professor (“por esse ângulo, o hábil reproduzidor das exigências curriculares dentro do calendário escolar será o perfil do professor desejável”¹⁷⁶). Fruto de projetos sócio-políticos, a BNCC (tal como outras legislações sobre a educação) deve ser historicizada levando em conta as mobilizações por trás de sua autoria, bem como a recepção e vigência.

O mesmo se verifica com o projeto político Escola Sem Partido, concebido pelo advogado Miguel Nagib, que desde 2004 busca regulamentar a atuação docente nas instituições de ensino básico. Sob a argumentação de um abuso intelectual por parte dos professores que, aproveitando a obrigatoriedade da atenção cativa dos alunos, estariam promovendo doutrinações ideologicamente enviesadas para a esquerda política; propõe que se divulgue cartazes alertando a comunidade escolar para quais seriam os “deveres do professor” e instrui que pais e estudantes denunciem os docentes que não promoverem um ensino neutro, objetivo e apartidário. Ainda segundo Penna e Ferreira, é de interesse do Escola Sem Partido (ESP) que não haja debates na sala de aula que fujam do currículo, ainda que sejam de temas da atualidade que interessem à formação crítica e cidadã dos alunos. Ambos os casos, bem como as pessoas que se esforçaram para implementação da BNCC e os apreciadores do projeto ESP, são exemplos de como culturas históricas externas à sala de aula interferem no processo.

Faz-se necessário evidenciar que tais ingerências são comuns a todos os estabelecimentos de ensino: públicos e privados. Mas, partindo de uma experiência docente mais pessoal, como professor que atualmente leciona em escolas particulares, gostaria de enfatizar alguns aspectos específicos dessas instituições. De antemão, atesta-se que é impróprio generalizá-las, uma vez que cada instituição possui seu próprio porte, contexto, público, situação financeira etc. No entanto, de forma mais ou menos geral, em comparação

¹⁷⁶ *Ibidem*, p. 121.

com as escolas públicas, as particulares assumem um caráter de empresa; uma empresa especializada em comercializar ensino e que, geralmente, é qualificada pela quantidade de aprovações no ensino superior. Assim, os materiais didáticos e as avaliações externas acima citadas são manifestamente escalas de mensurar a qualidade (grande parte das vezes tornando-se também os maiores promotores da imagem da escola).

Segue-se, portanto, uma lógica de mercado que envolve a competição para convencer o público (alunos e familiares) de que se é a melhor empresa (entra aqui a relação de custo-benefício) para prestar o serviço. Nesse ensejo, os professores cumprem com o papel de capital humano (funcionários cujos serviços são convertidos em valor a ser entregue aos clientes, promovendo a instituição). As relações de trabalho são reguladas pela lógica mercadológica, a partir da compra/venda de horas-aulas, e em boa parte das vezes pela consolidação das leis trabalhistas.

A partir deste breve resumo, podemos começar a considerar de que formas, próprias da escola particular, outros fatores externos à sala de aula e concernentes a diferentes concepções de cultura histórica intervêm no processo de ensino-aprendizado. Como existe a necessidade de se destacar ante o mercado, cada detalhe do processo educacional torna-se uma importante ferramenta de promoção da instituição, sendo que um dos principais aliados (junto às aprovações em vestibulares) é o sistema de ensino adotado. Grandes empresas da área da educação fornecem não apenas o material didático apostilado (em cadernos para alunos e para professores), mas também sistemas de avaliação e notas, simulados, serviços online em seus portais virtuais, cursos de formação aos professores etc. elaborados de acordo com as legislações e para cumprir o propósito maior de preparar os alunos para os exames que garantirão vagas no ensino superior; e estarem associadas a tais marcas pode ser um diferencial para as escolas particulares (principalmente as de pequeno porte). Ocorre que esse material, eventualmente, torna-se um imperativo à medida que todo o sistema está adequado a ele. O calendário escolar adequa-se ao cumprimento das apostilas, o que reflete nas datas das avaliações internas e externas (simulados) e no ritmo em que os conteúdos devem ser ensinados aos alunos. Com uma quantidade limitada de aulas semanais e conteúdos que devem ser trabalhados pontualmente, sobra pouco espaço para autonomia do professor. A cobrança por cumprir tais prazos se manifesta em diferentes situações – como tudo é alinhavado, o “conteúdo atrasado” repercute nas avaliações externas, nas queixas de alunos e familiares, reprimendas da gestão pedagógica – o que compromete o processo de ensino-aprendizado.

Pelo próprio caráter empresarial, que se sustenta a partir das mensalidades pagas pelos “clientes” (familiares/mantenedores dos estudantes), o público atendido por essas instituições é formado, geralmente, por classes sociais mais abastadas (em comparação com a comunidade atendida pelas escolas públicas). Disto incorre-se em duas situações comuns, embora não imperativas. A primeira é uma maior facilidade de acesso a informações (viagens, internet, tecnologias etc.), o que, em tese, fomentaria orientações e noções de realidade mais elaboradas. E a segunda é que, como a educação é feita como um serviço pago, os clientes reclamam se sentirem-se de alguma forma lesados. Em última instância, isso significa que alguns desses alunos e familiares, adeptos de perspectivas históricas (por conta da formação religiosa, política etc.) que destoam do oferecido pela escola e pelo professor, queixam-se de conteúdos, materiais, metodologias, atividades e diversas outras práticas. Embora essa possa ser uma ocorrência que também se dê, em menor medida, nas escolas públicas, a natureza mercadológica do colégio privado, no entanto, torna a situação muito delicada – sendo que, parte das vezes, a máxima de “o cliente sempre tem razão” prevalece em detrimento do material, da atuação docente e da aprendizagem.

Outro personagem expressivo é a figura do mantenedor. Em suma, trata-se daquele(s) que sustenta(m) o estabelecimento de ensino, sobretudo financeiramente. Muito comuns em colégios particulares menores, que não são controlados por grandes grupos empresariais, os mantenedores são pessoas que dispõem de um relevante patrimônio advindo de outras atividades econômicas e passam a patrocinar o colégio. Contudo, diferente de um patrocinador que meramente arca com os custos da instituição mediante a promoção de sua imagem, os mantenedores frequentemente são figuras ativas dentro da gestão dos colégios, muitas vezes sendo decisivos nas tomadas de decisões de assuntos de diferentes searas (inclusive pedagógicos). Disto, depreende-se que, interessando-se preferencialmente por garantir lucros ou mesmo por personalizar a instituição “dando sua cara”, essa ingerência também pode comprometer o processo de ensino-aprendizagem.

Soma-se a tudo o que foi levantado (além de inúmeras outras questões) a tendência expansionista, assumida por movimentos que questionam e/ou desacreditam os conhecimentos científicos, já exposta no primeiro capítulo. Já neste aqui cabe, por sua vez, refletirmos especificamente como ficam os discursos negacionistas em meio a este cenário. As narrativas negacionistas históricas, como já visto, estão diluídas na esteira de uma volumosa produção sobre o passado e, como tal, alcançam os estudantes (bem como os demais atores envolvidos direta e indiretamente no ensino de história). Nesse sentido, os negacionismos chegam às salas de aula por diferentes meios; não necessariamente apenas

pelos alunos. Relatos de reprodução de negacionismos por alunos, colegas professores de outras áreas, mantenedores, diretores e coordenadores, além de familiares são bastante comuns no cotidiano docente. Quanto maior a popularização do discurso, maior a sua interpenetração na sala de aula, uma vez que os assuntos da atualidade são uma demanda dos estudantes. Assim, são comuns afirmativas ou questionamentos sobre o espectro político do movimento nazifascista, uma suposta ameaça comunista no Brasil, questões acerca da ditadura civil-militar etc. Esses discursos chegam na minha experiência profissional particular, em sua maioria, na forma de dúvidas – sendo bastante raros, porém factuais, confrontações.

Discorridas as questões relativas à polissêmica produção de narrativas sobre o passado e suas interferências na produção de conhecimento histórico escolar, cabe determo-nos sobre o aspecto propositivo da presente pesquisa. Nesse sentido, vale destacar que para contribuir para o ensino de história e a divulgação científica (ante o cenário acima descrito), escolheu-se produzir um museu virtual com uma exposição sobre os negacionismos da escravidão afro-brasileira.

3.1. Por que um museu?

A questão que intitula a presente seção persegue essa pesquisa desde o momento da escolha do tema e da definição de sua parte propositiva – perpassando por diversos momentos, principalmente nas apresentações prévias em simpósios temáticos e mesas redondas de eventos – tanto da minha parte quanto da de interlocutores que contribuíram para esta reflexão; portanto, optou-se por defrontá-la nas linhas que se seguem abaixo. Antes, porém, é preciso que se esclareça o que estamos entendendo por museu e discorramos sobre alguns desdobramentos disto.

A definição hegemônica vigente¹⁷⁷ sobre o que é um museu é a do Conselho Internacional dos Museus (ICOM), definida em 2007, que diz: “o museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, estuda, expõe e transmite o patrimônio material e imaterial da

¹⁷⁷ É válido destacar que a definição oficial de Museu foi atualizada pelo ICOM – após a entrega do presente trabalho – em 24 de agosto de 2022 durante Conferência Geral, em Praga. Sendo assim, segundo a nova definição, “um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos e ao serviço da sociedade, que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe o patrimônio material e imaterial. Abertos ao público, acessíveis e inclusivos, os museus fomentam a diversidade e a sustentabilidade. Com a participação das comunidades, os museus funcionam e comunicam de forma ética e profissional, proporcionando experiências diversas para educação, fruição, reflexão e partilha de conhecimentos”. Ver mais em: http://www.icom.org.br/?page_id=2776. Acesso em: 20 Dez. 2022.

humanidade e do seu meio, com fins de estudo, educação e deleite”¹⁷⁸. Segundo o manual *Conceitos-chaves de museologia* esta definição é atravessada pelo contexto ocidental e a preponderância da tradição anglo-americana que, diferentemente da francesa, destaca outros aspectos relegando um papel secundário à pesquisa.

Acerca da mesma definição, Dominique Poulot, em *Museu e Museologia*¹⁷⁹, problematiza como essa elaboração consiste num produto da globalização que atinge os museus. Aventando para a existência de definições paralelas produzidas sob a óptica da semiologia, ciências da comunicação e da cultura profissional da conservação, entende que o fenômeno da museologia não se limita à definição oficial do ICOM. Nesse sentido, a multiplicidade de experiências no campo da museologia demanda outros significados para os significantes. Os *Conceitos-chaves* complementam a crítica ressaltando que a definição normativa de museu atende finalidades corporativas, o que limitaria sua abrangência - por exemplo, um museu lucrativo ainda seria um museu, mesmo não sendo reconhecido pelo ICOM¹⁸⁰.

Embora em ambas as obras se arrole outras definições mais completas – concebidas mais pela literatura museológica do que por órgãos administrativos –, é patente que a amplitude de manifestações museológicas torna a elaboração de uma definição única de museu um trabalho intrincado e, caso frutífero, um provável alvo de críticas e questionamentos. Por isso, Poulot favorece a síntese de que

A definição de um museu culmina, classicamente, na enumeração de suas funções. Um *Manifesto*, publicado em abril de 1970, pelo futuro presidente da Associação Americana dos Museus Joseph Veach Noble identificava cinco funções: colecionar, conservar, estudar, interpretar e expor. O museólogo holandês Peter Van Mensch prefere evocar somente três: preservar, estudar e transmitir.¹⁸¹

Portanto, tão importante quanto o exercício de definir as balizas do que vem a ser um museu, é identificar suas funções – é razoável até pressupor que tais funções dão a tônica da identidade e, conseqüentemente, da definição do próprio museu. Mas, se a questão de determinar as incumbências museológicas é tão decisiva, não foi sem embates que se tentou respondê-la. Durante muito tempo considerado como depósito de bens materiais com valor

¹⁷⁸ DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François (ed.). *Conceitos-chave de museologia*. Tradução: Bruno Brulon Soares; Marília Xavier Cury. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: Pinacoteca do Estado de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 2013. p. 64.

¹⁷⁹ POULOT, Dominique. *Museu e Museologia*. Tradução: Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

¹⁸⁰ DESVALLÉES; MAIRESSE, *op. cit.*, p. 65.

¹⁸¹ POULOT, *op. cit.*, p. 22.

cultural para a humanidade, as funções de colecionar e preservar foram protagonistas (como sugere a tradição anglo-americana). Nessas condições, diversas questões decorrentes se ramificavam (sobre a coleção, as formas de se adquirir os acervos, a patrimonialização) e se convergiam (a coleção é o que definia a identidade do museu). No entanto:

A reviravolta de museus enquanto depósitos (*dépôts*) para museus como *expôts* leva determinados estabelecimentos – cuja influência estava associada tradicionalmente à qualidade, à raridade ou à exaustividade de suas coleções – a adquirir daí em diante sua notoriedade pelas manifestações temporárias que eles organizam, permitindo-lhes exprimir um ponto de vista, uma originalidade. Outrora, a exposição encontrava suas características no museu que a montava; hoje, a exposição é capaz também de conferir ao museu seu caráter emblemático.¹⁸²

A citação acima exprime claramente como a identificação das atribuições do museu impõem-se à sua identidade (e mesmo à sua natureza). Dado que cada instituição constrói uma autoimagem, é comum que alguns museus ainda priorizem sua função colecionadora, enquanto outros elejam a pesquisa e/ou a exposição – não se implica aqui que privilegiar uma função signifique negligenciar as demais.

Tratando especificamente do Museu dos Negacionismos da Escravidão– MUNE –, é preciso ter em conta algumas particularidades ao reconhecê-lo como um museu. Em primeiro lugar, as definições acima expostas foram pensadas, em sua grande maioria, tendo como objeto de análise museus físicos; com prédios e acervos materiais. Nesse sentido, mesmo Ulpiano Meneses em *Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico*¹⁸³, quando se propõe a refletir sobre a produção do conhecimento histórico a partir da exposição museológica, não deixa de privilegiar o aspecto da materialidade. O autor levanta um importante tema (produção do conhecimento) que, por vezes, é negligenciado em detrimento da fruição, do lúdico, do afetivo, da curiosidade, da mera necessidade de informação, bem como das responsabilidades sociais e políticas¹⁸⁴. No entanto, seu texto, de 1994, refere-se exclusivamente aos museus e coleções materiais, chegando a concluir que a musealização é uma plataforma privilegiada de análise e entendimento de objetos (físicos) na nossa sociedade¹⁸⁵. A primeira especificidade do MUNE

¹⁸² *Ibidem*, p. 27.

¹⁸³ MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. *Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico*. Anais do Museu Paulista, v.2, n.1, 1994, p. 9-41.

¹⁸⁴ *Ibidem*. p. 10.

¹⁸⁵ “Ora, o museu, precisamente, constitui recurso estratégico pelo qual essa consciência pode ser alargada e aprofundada. No museu nos defrontamos com *objetos enquanto objetos*, em suas múltiplas significações e funções – ao contrário, por exemplo do que ocorre num supermercado. Objetos de nosso uso cotidiano (mas fora desse contexto e, portanto, capazes de atrair a observação) ou estranhos à vida corrente (capazes, por isso, de incorporar à minha as experiências alheias). Doutra parte, é a função documental do museu (por via de um

é sua natureza virtual. Não se trata de um site que virtualiza um acervo material, mas de um museu que se assenta totalmente na internet¹⁸⁶.

Com isso, algumas questões se desdobram. Considerando a definição do museu uma síntese dialética entre sua natureza e suas funções, o caráter virtual reflete-se principalmente na atribuição de colecionar/preservar. Em comparação com um museu físico que destina seu espaço para comportar os materiais adquiridos (mediante compras ou doações) para a coleção, o museu virtual tem uma flexibilidade muito maior de construir/armazenar um acervo e, devido às características singulares do meio em que se encontra (internet), até mesmo operar sem um acervo. Isso porque, estando em uma rede internacional de compartilhamento de informações, é possível “adquirir materiais”¹⁸⁷ para estudo e exposição de maneira muito fácil.

Neste ponto é preciso debruçarmo-nos sobre a dimensão ética desta circunstância. Entre os museus que lidam com objetos materiais existem códigos de condutas sobre a aquisição de acervo¹⁸⁸, principalmente no que se refere a objetos alvos de contendas (por exemplo, patrimônios retirados e/ou vendidos ilegalmente sem a autorização de seus países de origem). No entanto, no que tange à Internet, as discussões acerca da liberdade do fluxo de informação e os direitos à propriedade intelectual ainda estão se desdobrando. Acerca disto, Manuel Castells, em sua obra *Galáxia da Internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade*¹⁸⁹, reflete como a rede foi fabricada no seio da sociedade americana, cuja sobrestima pela liberdade de expressão prevaleceu na sua arquitetura e funcionamento. A isso complementa em sua obra *A Sociedade em Rede*:

Essa noção complementa-se em conteúdo, não deixa de ser importante quem teve acesso primeiro, e a quê, porque, ao contrário da televisão, os consumidores da Internet também são produtores, pois fornecem conteúdo e dão forma a teia. Assim, o momento de chegada tão desigual das sociedades a constelação da Internet terá consequências duradouras no futuro padrão da comunicação e da cultura mundiais.¹⁹⁰

acervo, complementado por bancos de dados) que garante não só a democratização da experiência e do conhecimento humanos e da fruição diferencial de bens, como, ainda, a possibilidade de fazer com que a mudança – atributo capital de toda realidade humana – deixe de ser um salto do escuro para o vazio e passe a ser inteligível.” *Ibidem*, p. 12.

¹⁸⁶ Reconhece-se aqui a influência de outros museus virtuais como o Museu de Memes, desenvolvido pelo Laboratório de Pesquisa em Comunicação, Culturas Políticas e Economia da Colaboração (coLAB), vinculado à Universidade Federal Fluminense. Mais informações, acesse: <https://museudememes.com.br/>.

¹⁸⁷ Aquisição é utilizada aqui menos no sentido de compra do que de acesso.

¹⁸⁸ POULOT, *op. cit.*, p. 23.

¹⁸⁹ CASTELLS, Manuel. *Galáxia da Internet: reflexões sobre a Internet, negócios e a sociedade*. Tradução: Maria Luiza X. de A. Borges. Zahar, 2001.

¹⁹⁰ *Idem*. *A sociedade em rede*. Tradução: Roneide Venâncio Majer. 6ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p.439.

Nesse sentido, o pioneirismo estadunidense deu a tônica do funcionamento da internet calcando a rede no princípio de liberdade de expressão, sem espaço para censuras ou outros tipos de cerceamentos. Ainda segundo o autor, essa premissa começou a ser questionada por governos à medida que colocavam em risco o monopólio do controle das informações (em uma concepção tradicional, fundamento básico para a soberania das nações). Disso desenrolou-se um longo processo, com episódios, antagonizando de um lado governos de Estados Nacionais e de outro os fornecedores de serviço de internet, que, por vezes, foram conduzidos por violentas contendas judiciais e, mais recentemente, com os governos adequando-se ao funcionamento da rede. Face à prevalência da liberdade de expressão ante o controle dos dados, tecnologias de controle foram sendo aprimoradas em benefícios das ambições governamentais. O cenário que emergiu deste processo é ainda mais complexo, ao passo que os próprios fornecedores de serviços da Internet enxergaram no controle de dados dos usuários uma ferramenta para lucrar (vendendo-os para empresas interessadas em alcançar comercialmente esses públicos). Portanto, a conjuntura atual remete a uma rede de compartilhamento de dados e informação controlada por grandes empresas que fornecem tal serviço.

No seio desta discussão, se insere o debate acerca da propriedade intelectual. Diversos usuários – físicos e jurídicos – têm recorrido a tecnologias de proteção de dados, principalmente ao nível de direitos autorais. Exemplos característicos são os sites de jornais de ampla circulação que vinculam o acesso ao seu conteúdo virtual à assinatura de seus serviços¹⁹¹.

¹⁹¹ “Por que as empresas de tecnologia da informação colaboram com tanto entusiasmo na reconstrução do velho mundo do controle e da repressão? Há duas razões principais, afora atitudes oportunistas ocasionais. A primeira, que diz respeito sobretudo às firmas ponto.com, é que elas precisam quebrar a privacidade de seus clientes para poder vender os dados deles. A segunda é que elas precisam de apoio do governo para preservar seus direitos de propriedade na economia baseada na Internet. O caso Napster, em 2000, foi um momento decisivo. Diante da possibilidade de uma tecnologia (MP3) que permite às pessoas (particularmente aos jovens) compartilhar e trocar suas músicas em escala global, sem pagar nada, companhias fonográficas mobilizaram tanto os tribunais quanto os corpos legislativos para restaurar seus direitos de propriedade [...]. Editoras e companhias de mídia em geral enfrentam uma ameaça semelhante. Direitos de propriedade intelectual geram lucros numa economia da informação. De fato, a proteção deles é vital para a manutenção da diferença de valor entre a economia do conhecimento, baseada nas redes dominantes, globais, e as economias produtoras de produtos primários e manufaturas, que prevalecem nos países em desenvolvimento. Como Lessig (1999) salienta, o “uso legítimo” da informação, geralmente protegido por leis de direito autoral, está sendo substancialmente reduzido no contexto da proteção imposta a essa informação como um incentivo para que produtores de informação continuem a produzi-la. No entanto, o equilíbrio entre o estímulo à produção da informação e a permissão de seu uso público está sendo perdido à medida que a informação é transformada em mercadoria e cada vez mais direcionada para mercados capazes de pagar muito. Para impor essa proteção, o negócio da produção de informação precisa controlar o acesso e a identidade na Internet, onde a maior parte da informação é distribuída. Assim, tem especial interesse em apoiar os esforços governamentais para restaurar o controle, construindo uma casa de vidro com

Portanto, embora o acesso a informações (no caso, os materiais com que lidamos) seja facilitado pelas idiossincrasias da internet – meio quase que exclusivo de sua produção/reprodução –, a “aquisição” desse material para constituir um acervo próprio mostra-se inviável. Em parte porque alguns objetos encontram-se protegidos por direitos autorais, enquanto outros são tão irregularmente distribuídos, ao ponto de dificultar a identificação de sua autoria. No entanto, a exemplo do Museu dos Memes, operar sem um acervo próprio, se apropriando ilustrativamente de conteúdos sem fins lucrativos, não só é possível como extremamente relevante para a produção de conhecimento. No caso porque boa parte do que está exposto é uma produção intelectual própria dos autores do museu, conforme a sua política de licenciamento e propriedade intelectual versa:

Conteúdos ilustrativos associados aos verbetes publicados pela equipe do projeto são reproduzidos a título de uso justo. Isto significa que o #MUSEUdeMEMES não é proprietário e não detêm os direitos patrimoniais para reprodução de conteúdos digitais, mas os incorpora a título de uso precário e sem fins lucrativos com única finalidade de divulgação científica e artística dessas peças.¹⁹²

Sem ignorar a função de colecionar/preservar, que se pretende concretizar na catalogação de materiais que expressam discursos negacionistas sobre a escravidão (que, devido aos prazos do programa de pós-graduação, se dará após a defesa da presente pesquisa), as funções de pesquisa e exposição são, por ora, o cerne do Museu dos Negacionismos. Busca-se, com isso, atender a um público relativamente heterogêneo: pessoas que se interessem pela história da escravidão. Heterogêneo no sentido de que a pesquisa e, sobretudo, a exposição foram projetadas para destinar-se a um público leigo e iniciado, colegas professores, estudantes de graduação e de educação básica, bem como qualquer pessoa já formada que busque novas informações sobre a temática. Isso reflete na tentativa de comunicarmo-nos de forma clara e diversificada (a partir de textos, mas também de sons e imagens, desenhos, falas e vídeos), mas indicando também trabalhos de caráter mais acadêmico de historiadores.

Trata-se de um trabalho de divulgação científica, mas também uma contribuição à História Pública, uma vez que esperamos construir novos conhecimentos para e com o público. E, a essa altura das discussões, com uma relativa segurança, consegue-se voltar à questão inicial desta seção. Por que um museu?

base numa arquitetura de software controlado — um código, na terminologia de Lessig. CASTELLS, *op. cit.*, 2001. 186-187.

¹⁹² MUSEU DOS MEMES. *Política de Licenciamento e Propriedade Intelectual*. Disponível em: <https://museudememes.com.br/politica-de-licenciamento-e-propriedade-intelectual>. Acesso em: 25 Jul. 2022.

A opção pelo museu – e não por um arquivo ou hemeroteca – se deu pelo caráter de comunicação próprio desta instituição que, a partir da curadoria e da exposição, consegue não só transmitir, mas construir conhecimentos históricos em uma operação historiográfica distinta da pesquisa acadêmica e da aula de história. Arregimentando documentos de diversas naturezas, mas também produzindo – materiais, sentidos, narrativas – e abrangendo diferentes naturezas – sensorial, racional, afetiva –, acredita-se que o museu potencializa a construção de novos saberes. Principalmente levando em consideração a curadoria, ferramenta que permite a inclusão de inúmeras perspectivas dentro da mesma narrativa – propiciando ao público uma experiência de confrontar-se com a alteridade. Como exposto acima, embora reconheça-se que em certa medida, atuando enquanto historiador e professor, é possível criar tais condições; é também significativo que se considere as resistências. Em um cenário que a cultura histórica é tão diversa e os discursos negacionistas coexistem (e concorrem) com a produção de conhecimento científica e acadêmica; em um formato de produção acadêmica que embora seja de excelência goza de um alcance relativamente baixo ante ao grande público; em um processo pedagógico de ensino que é atravessado por diversos empecilhos (incluindo a interferência de narrativas que se baseiam no senso comum e nos negacionismos)... Enfim, tendo em conta tudo o que foi acima exposto, acredita-se que a exposição museológica seja uma das ferramentas que melhor se adapta à polissemia dos regimes historiográficos vigentes.

3.2. Como um museu?

Se a questão do que motivou a escolha por um museu se impôs ao longo da pesquisa, não foi diferente para a metodologia que seria utilizada para arquitetá-lo. Como já exposto acima, as funções de pesquisar e expor foram priorizadas desde o início, com objetivos de atender ao público fornecendo informações, mas também materiais para elaboração de aulas, de pesquisas, de trabalhos escolares etc. Assim, abaixo dedicaremos-nos a descrever como se apresenta o site (e, em especial a exposição), tendo em conta que se trata do protótipo elaborado para apreciação da banca de defesa, sendo, no que se fizer necessário, atualizado após o exame.

Na página inicial, encontra-se na parte superior um menu com o logotipo e o nome do museu, e os botões “Home” e “Sobre”. Em qualquer outra página, ao se clicar em “Home” retorna-se à página inicial. A seção “Sobre” encaminha o usuário para uma página onde está

descrita a proposta do projeto e do Programa de Pós-graduação em Ensino de História – ProfHistória (com botões que encaminham para os respectivos sites oficiais).

Abaixo do menu principal, encontram-se dois outros botões. Ao clicar no botão “Acervo”, o usuário é dirigido para a página onde se iniciou o trabalho de catalogação de alguns materiais.

O botão “Tour Virtual” leva à exposição proposta a partir de uma curadoria composta por três partes: *Reflexão*; *Arquitetura de um Negacionismo* e *Negacionismos expostos*. Nela, buscou-se privilegiar alguns dos principais questionamentos sobre os negacionismos da escravidão. Por isso, a primeira “sala”, intitulada *Reflexão*, indaga ao visitante “o que é negacionismo?” e propõe que se reflita sobre esta pergunta a partir de objetos como o mito grego de Procusto e excertos de obras que tratam da escravidão.

Em *Arquitetura de um Negacionismo*, o intuito da montagem audiovisual é debruçar-se sobre a questão de como surge um negacionismo sobre a escravidão afro-brasileira. Entende-se que mapear como surgiram os discursos negacionistas seja uma tarefa demasiada árdua, principalmente pela sua natureza múltipla, fortuita e polissêmica. No entanto, a proposta é demonstrar ao público que uma obra, embora despretensiosa de cumprir um papel pedagógico ocupando-se mais de fazer pilhéria, pode alcançar um grande público; e o que eram originalmente pequenas distorções e simplificações para legitimar um ponto de vista podem se tornar completas e problemáticas negações da influência do passado escravista no presente. Outro ponto que também pode ser abordado nesta sala diz respeito aos produtores/reprodutores desses discursos, tendo em conta quais são suas motivações subliminares, o papel que ocupam, a repercussão que causam etc.

Por fim, a sala *Negacionismos expostos* organizou-se em torno de alguns conteúdos relativos à escravidão, destacando-se principalmente o falseamento produzido pela propaganda do serviço de *streaming* da empresa Brasil Paralelo e a notícia da fazenda carioca que “levava seus hóspedes de volta ao período colonial” com atores fazendo o papel de senhores e escravizados. Em ambos os casos, é possível detectar um tratamento desproporcional dado à relação do passado com o presente. Isso porque, no caso da Fazenda Santa Eufrásia, parece dar-se pouca relevância ao passado escravista da fazenda e o fato de expor atores negros como escravos no presente; enquanto que a Brasil Paralelo parece exagerar na concepção de que uma suposta hegemonia cultural marxista teria ocasionado a dura perseguição e cancelamento de um desenho animado. Quando os dois casos são contextualizados e contrapostos às demais informações, descortinam-se novas problemáticas que escapam a um olhar superficial.

3.2.1. Reflexão

Na sala *Reflexão*, inicialmente, encontra-se uma montagem audiovisual que narra o mito grego do leito de Procusto. Para a criação deste, foi utilizada a versão do dramaturgo suíço Friedrich Dürrenmatt, cuja adaptação é narrada ao longo do vídeo. O vídeo contextualiza a cidade grega de Coridalos, onde viviam gigantes e homens de estatura média, sendo que os últimos eram submetidos aos primeiros. A deusa Atena intercede pela região enviando um sopro de razão que atinge um gigante. Este, refletindo sobre a desigualdade, denomina-se Procusto, constrói duas camas de tamanhos diferentes e passa a utilizá-las como medidas padrões para esticar os homens de estatura média e decepar as extremidades dos gigantes. Inquirido por Atena, Procusto argumenta que esse foi o jeito encontrado por ele para garantir a igualdade entre os homens de forma que nenhum subjugasse os demais. A deusa, junto ao restante do panteão, não encontrou argumentação racional que invalidasse tal discurso ideológico e, por isso, se omitiu. O herói mitológico Teseu, de passagem por Coridalos, confrontou e assassinou Procusto decepando sua cabeça. O gigante morreu acreditando na suposta nobreza de seus atos.

Ao vídeo anexa-se o título “O que é negacionismo?” pois é um dos recursos arrolados para suscitar a reflexão do público sobre a temática. Sem explicar de forma literal, espera-se que o espectador relacione a forma como agem o gigante Procusto e os negacionistas. Se, por um lado, o gigante mitológico age em nome de um propósito que julga ser nobre (justiça através da igualdade plena entre os indivíduos), desconsiderando os efeitos práticos de suas ações nas pessoas à sua volta – uma espécie de “os fins justificam os meios” –; não se difere muito da maneira como discursos negacionistas são criados/praticados em nome de propósitos supostamente nobres, mas que, todavia, estiram ou retalham os fatos para os fazer caber em hipóteses pré-formuladas. Outra analogia que se espera suscitar no público é a forma como um discurso ideológico (como são geralmente os negacionismos), ao se disfarçar de Verdade, é difícil de ser desmentido com argumentos racionais (Procusto deixa a deusa da Razão sem palavras), o que muitas vezes deriva para a omissão.

Para reforçar o objetivo de suscitar a reflexão, segue-se um pequeno texto explicando resumidamente alguns dos principais pontos do ofício de um historiador, acompanhado de dois excertos que versam sobre aspectos da escravidão: um trecho do livro *O Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil*, do jornalista Leandro Narloch, e outro do livro

Em Costas Negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX), do historiador Manolo Florentino.

Ambos encontram-se lado a lado para estimular o observador a compará-los. Considerando que a exposição destina-se a um público amplo, incluindo não acadêmicos, optou-se por inserir às margens de ambos os textos etiquetas com pequenos comentários a fim de chamar atenção para alguns aspectos das respectivas obras. Embora com propósitos e metodologias diferentes, os excertos escolhidos tratam sobre uma temática em comum – o papel da Inglaterra na luta antiabolicionista – o que, dentro do propósito da curadoria, justifica suas seleções.

O trecho de Narloch traz uma seleção composta pela apresentação da obra e fragmentos dos capítulos intitulados “Zumbi não tinha escravos” e “Sem a influência do povo da Inglaterra, a escravidão duraria muito mais”. A princípio destacou-se para o público (através das etiquetas), já na introdução, o caráter não acadêmico da obra; bem como as concepções que movem o autor a produzi-la – a rigor, a denúncia contra uma historiografia enviesada que se dissemina principalmente no ensino. Destacar essa nuance visa provocar no leitor uma relevante analogia aos propósitos nobres que também motivavam o gigante Procusto.

No que se refere à metodologia, é elucidado como o *Guia Politicamente Incorreto* constrói seus argumentos sem referenciar de onde retira suas informações e, com uma linguagem bem mais informal, compõe sua linha de raciocínio utilizando técnicas retóricas variadas. Em alguns pontos recorre-se à autoridade de historiadores, sem, no entanto, chegar a citar a íntegra de seus pensamentos (recortando trechos dessas obras menos no sentido de difundir conhecimento do que legitimar os argumentos do próprio autor do *Guia*). Da mesma forma, quando a argumentação de outro autor contrapõe-se ao que é dito na obra, recorre-se à estratégia de apresentar informações adversas, a fim de desacreditá-lo ante o público.¹⁹³ Essas técnicas se mesclam, todavia, com importantes apontamentos compartilhados pela comunidade historiográfica (como apontar que as pessoas no passado são frutos de sua época) e com o arrolamento de importantes fatos históricos. Aludir a tais fundamentos da historiografia demonstra como o autor julga estar operando em nome de valores nobres

¹⁹³ Exemplo disso está no trecho: “O livro *Nova História Crítica para a sétima série*, de Mário Schmidt, aponta três possíveis motivos que teriam levado os ingleses a ficar contra a escravidão – os três relacionados aos tais interesses. [...] Em 2007, os jornais revelaram que os livros de Schmidt tinham trechos com uma carga ideológica pesadíssima, como ‘A Princesa Isabel é uma mulher feia como a peste e estúpida como uma leguminosa’”. In: NARLOCH, *op. cit.*, 2009. p. 67.

(relembrar os historiadores que tratam o passado de maneira partidária de como a História deve mirar a objetividade).

Em contrapartida, encontra-se o excerto de Florentino, composto por fragmentos da introdução e do segundo capítulo, intitulado “Da Demanda e da Oferta: dimensões e dinâmica interna”. É destacado ao público como o historiador se preocupou em explicar de onde tirou as informações (registrando com exatidão aonde encontrar o material que utilizou para construir seus argumentos) e como elas lhe foram úteis para elaborar seu raciocínio. No segundo capítulo, o autor segue referindo cada um dos documentos que embasam as conclusões apresentadas. Também buscou-se explicar que essas citações são importantes para permitir a outros autores que revisem ou mesmo produzam outros trabalhos com base nesses mesmos dados.

Com isso, espera-se prover aos visitantes do museu um material que permita a reflexão sobre a importância do caráter científico da análise do passado no ofício do historiador e em como a falta das regras dessa disciplina pode comprometer o resultado de outras produções – chegando a criar discursos que, ainda que não neguem fatos históricos, distorçam-os em suas interpretações. Não é de nosso interesse que se associe imediatamente o *Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil* a negacionismos da escravidão, mas que se considere que as afirmações enfatizadas na obra podem, no mínimo, suggestionar tais discursos.

3.2.2. Arquitetura de um Negacionismo

A sala *Arquitetura de um Negacionismo* consiste numa montagem audiovisual composta por três recortes documentais. O primeiro recorte é um trecho do capítulo “Os portugueses aprenderam com os africanos a comprar escravos” do *Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil*. No excerto, transcrito e narrado no vídeo, o autor descreve uma cena – no presente – em que um grupo de escravos atravessa o deserto do Saara junto a seus traficantes e aponta que esses cativos irão ser vendidos a reis árabes. Essa narrativa que chama o leitor para “dentro da cena” é um recurso usado para ambientar (e atrair a atenção para) a questão da escravização e comércio de escravos já serem práticas recorrentes na África antes da chegada dos europeus no continente. Ao seu panorama generalista (e sem datação precisa) incorpora citações do historiador norte americano Paul Lovejoy (angariando a autoridade da historiografia). Valendo-se de casos como o reino de Kano e do Império Axante, de maneira metonímica conclui que a relação que os portugueses estabeleceram com

“os africanos” impôs aos primeiros participar do tráfico para obter acesso à rede comercial já existente.

O segundo recorte documental é uma fração da entrevista do então candidato à presidência, Jair Bolsonaro, ao programa Roda Viva da Tv Cultura, em setembro de 2018. O entrevistado (na época em campanha presidencial), ao ser questionado a respeito de sua proposta política para as cotas raciais, levanta a comparação de “o filho de um paraibano”, que ao competir pela mesma vaga, com “o filho de um afrodescendente”, levaria desvantagem mesmo tirando uma nota maior. A política de cotas a que se referia a pergunta diz respeito à lei 12.711 de 2012, que decreta que, no mínimo, 50% das vagas ofertadas pelas instituições de ensino técnico de nível médio e de ensino superior devem ser destinadas para candidatos cuja renda familiar bruta seja igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo per capita, e devem ser preenchidas por autodeclarados negros, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência (respeitando a proporção respectiva na população da unidade federativa onde estaria instalada a Instituição segundo o último Censo Demográfico realizado)¹⁹⁴. Essa legislação é complementada pela lei 12.990 de 2014, que decreta que sejam reservadas 20% das vagas de concursos públicos a candidatos autodeclarados negros ou pardos¹⁹⁵. Nesse sentido, tanto para ingresso em instituições de ensino quanto para empregos públicos, passaram a existir duas categorias de vagas – as voltadas para as cotas e as de ampla-concorrência – que, dentro do estipulado pela lei, varia de caso a caso. Sendo assim, a situação comparativa de uma simples competição sugerida por Bolsonaro reduz os múltiplos fatores considerados para a implantação destas leis, sugerindo que tal política daria uma “vantagem indevida” ao negro em detrimento do nordestino. O então candidato defende que tais questões devem se pautar exclusivamente pelo mérito e questiona o porquê “não estudam no ensino básico aqui atrás para que tenham uma melhor base e sigam carreira em uma situação de igualdade”. Na sequência, a colunista do jornal *Valor Econômico*, Maria Cristina Fernandes, questiona o entrevistado sobre suas propostas para resgatar a dívida histórica da escravidão. Em sua resposta, primeiramente Bolsonaro interpela qual seria essa dívida uma vez que, ele próprio, não havia escravizado ninguém; e, ao que a repórter assinala que trata-se de uma dívida do

¹⁹⁴ BRASIL, Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012. Regulamenta a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Diário Oficial da União, Brasília, DF. 15 out. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/decreto/d7824.htm Acesso em: 15 Mai. 2022.

¹⁹⁵ BRASIL, Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014. Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. Diário Oficial da União, Brasília, DF. 10 jun. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos2011-2014/2014/Lei/L12990.htm Acesso em: 15 Mai. 2022.

país e não pessoal, afirma que “se for ver a história, os portugueses nem pisaram na África, os africanos é que se entregavam”.

Já o terceiro recorte traz uma reportagem veiculada pelo portal eletrônico G1 em outubro de 2018. Na manchete lê-se “Mãe ‘fantasia’ filho de escravo para a festa de Halloween em escola de Natal: ‘Vamos abraçar esse negócio’”, e abaixo segue uma foto das costas de um garoto maquiado para se assemelhar com a pele negra de um escravo e para simular cicatrizes resultantes de açoite. O subtítulo informa que a mãe utilizou as redes sociais para divulgar as imagens da criança caracterizada como um negro escravizado para uma festa a fantasia organizada pela escola em celebração ao Halloween, o que teve uma repercussão extremamente negativa na internet. Algumas das imagens capturadas da postagem original da mãe seguem mostrando que, a princípio, em sua rede próxima de seguidores a ressonância foi positiva, com vários comentários elogiando a criatividade e maestria de mãe e filho na caracterização. Em uma terceira imagem, feita após as primeiras críticas, o perfil da mãe – que ostenta uma descrição que deixa clara o posicionamento político pró-Bolsonaro e antipetista – publica a seguinte mensagem: “Ñ leiam livros d História do Brasil. Eles dizem q existiu escravidão d negros no país, mas isso é mentira. Ñ discuta com essa afirmação, pois vc estará sendo racista, A PIOR PESSOA, um lixo. Só ñ entendi ainda se o problema foi a fantasia ou o “17” na foto.”(sic).

Para fazer a colagem dos três recortes é utilizado um efeito audiovisual de *glitch* para uni-los, ou melhor, rompê-los. Segundo Cleber Gazana, em sua dissertação *Glitch Art: uso do erro digital como procedimento artístico e possibilidade estética*¹⁹⁶, o termo Glitch refere-se a uma falha decorrente de um breve mau funcionamento, manifestando comportamentos inesperados, incorretos e indesejados. Inicialmente adotado como jargão da eletrônica e da informática, o conceito vem sendo reivindicado por movimentos artísticos.

De acordo com Renato Petean Marino, em entrevista para a matéria “*Glitch art*”, da *subversão ao consumo: pesquisa analisa vertente artística, do início transgressor até sua incorporação pela indústria cultural*¹⁹⁷, de Gabriella Vilen para a edição virtual do *Jornal da Unicamp*, a denominada Glitch Art, através desta estética da falha, não objetiva criar obras de arte com valores estéticos e estilo próprio, mas buscar nas falhas a ruptura com os padrões

¹⁹⁶ GAZANA, Cleber. *Glitch Art: uso do erro digital como procedimento artístico e possibilidade estética*. Orientador: Prof. Dr. Milton Terumitsu Sogabe. Dissertação (Mestrado em Artes). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/136255>. Acesso em: 17 Mai. 2022.

¹⁹⁷ VILLEN, Gabriela. ‘Glitch art’, da subversão ao consumo: pesquisa analisa vertente artística, do início transgressor até sua incorporação pela indústria cultural. *Jornal da Unicamp*. Jul. 2017. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/index.php/ju/noticias/2017/07/24/glitch-art-da-subversao-ao-consumo>. Acesso em: 17 Mai. 2022.

plásticos impostos pela tecnologia em um processo de corrupção desses parâmetros. Para isso, se vale das distorções audiovisuais desarmonizadas que ocorrem em produtos eletrônicos – como videogames, filmes e programas de televisão (principalmente em aparelhos analógicos) – quando ocorre algum erro de funcionamento.

Nesse sentido, a escolha por utilizar o efeito de *glitch* como uma ferramenta de união entre os recortes se deu, principalmente, devido a sua característica de ruptura. Com essa contradição, da ruptura estar cumprindo o papel de junção, buscou-se representar metaforicamente o caráter paradoxal dos negacionismos (enquanto afirmações falsas que são proclamadas, mimetizando o verdadeiro). Também deve-se a isso a escolha pelo momento dos cortes em cada documento. Assim, o efeito *glitch* sucede, nos dois primeiros recortes documentais, afirmações polêmicas dos respectivos autores que – no primeiro excerto, não chega a negar totalmente fatos da história da escravidão na África, mas, baseado nesses fatos, força a conclusão tendenciosa de que os portugueses foram forçados a praticar a escravidão pelos próprios africanos (como sugere o título do capítulo); e, no segundo fragmento, seguindo a mesma linha de raciocínio do primeiro, embora sem se sustentar em qualquer argumento histórico ou historiográfico, generaliza para todo o período da escravidão a afirmação de que os portugueses não pisaram na África, sendo os próprios africanos que entregavam os escravos – apesar de estarem mais para relativizações tendenciosas do que para negacionismos, são distorções que provavelmente causariam, caso a comunicação do discurso científico fosse uma transmissão eletrônica, essas pequenas falhas de mau funcionamento. Já no terceiro trecho, o som do *glitch* mistura-se com o som de ruídos (ou chuviscos) produzidos por aparelhos eletrônicos analógicos (televisores mais antigos, principalmente).

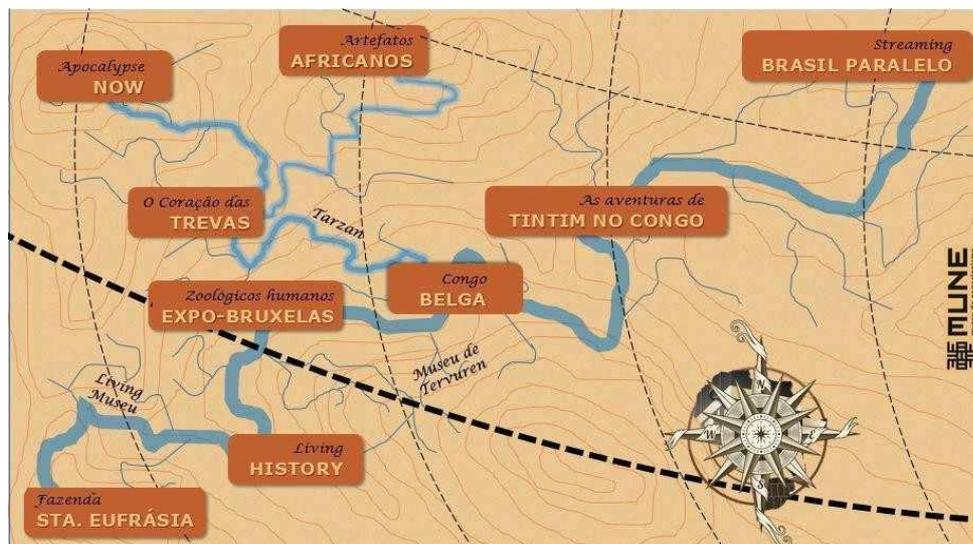
As três passagens que compõem o objeto estão dispostas intencionalmente nesta ordem cronológica para mostrar um possível desdobramento de uma ideia. Nesse sentido, em 2009, no *Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil*, seu autor afirmou que os portugueses se viram forçados a aprender a prática da escravização e tráfico para participar da rede comercial pré-existente na África (na qual um dos principais produtos trocados eram escravizados). Inserido dentro do todo da obra, tal afirmação era mais um dos argumentos para validar a ideia de que o passado escravista brasileiro já foi superado e, portanto, não se pode atribuir tal responsabilidade à sociedade atual. A esses argumentos acrescentam-se os que defendem que o símbolo do movimento negro, Zumbi, mantinha cativos e que mesmo escravos e ex-escravizados ocuparam papéis de senhores e traficantes. É válido reiterar que o autor, não obstante afirme que suas críticas direcionam-se à historiografia, deixa escapar por vezes que os comentários estão dirigidos ao movimento negro e à políticas afirmativas como

o Dia da Consciência Negra e a política de cotas. Seu livro alcançou grandes marcas de venda, tornando-se um *best seller*, e de recepção pelo grande público. Nove anos depois, em entrevista pela campanha presidencial, em um programa de televisão aberta, um dos principais candidatos ecoa argumentos muito similares ao ser questionado sobre a política de cotas e a dívida histórica. Afirmarções como “mas eu nunca escravizei ninguém”, populares entre os críticos dessa política afirmativa, são adensadas por “se for ver a história, os portugueses nunca pisaram na África; os africanos é quem entregavam os escravos”. A ideia de que o passado escravista é algo superado não cabendo responsabilizar o presente foi renovada ante o discurso de uma personalidade extremamente influenciadora pelo papel social que desempenha. Por conseguinte, ainda em 2018, uma mulher não vê problemas em caracterizar seu filho de 10 anos de negro escravizado para um festa à fantasia no colégio e divulgar nas redes sociais. Dentro de uma democracia representativa, a eleitora se sente representada por seu candidato, uma vez que ambos compartilham a mesma ideia sobre a (não)relação do passado escravista e do presente. Ironicamente (ou não), a resposta da mãe ao ver a repercussão negativa de sua ação foi apontar que livros de História não devem ser lidos porque afirmam a existência da escravidão, o que seria uma mentira.

3.2.3. Negacionismos expostos

A sala *Negacionismos expostos* é uma miniexposição cuja curadoria procurou compilar fragmentos de diferentes linguagens – notícias escritas, resenhas de livros, vídeos, fotografias – que, articulando-se uns com os outros, permitem ao público estabelecer relações e formular suas próprias concepções. A fim de expor esses elementos de forma a evitar hierarquias ou uma ordem correta de visualização, optou-se por simular um mapa topográfico entrecortado por um rio maior e seus afluentes. No leito destes fluxos de água encontram-se pequenos letreiros indicando o título de cada componente, que são: “Fazenda Santa Eufrásia”, “Living History”, “Zoológicos Humanos: Expo-Bruxelas”, “Congo Belga”, “Coração das Trevas”, “Apocalypse Now”, “Artefatos Africanos”, “As Aventuras de Tintim no Congo” e “Streaming Brasil Paralelo”.

Figura 6. Miniexposição na sala *Negacionismos expostos*



Próximo às “margens” dos rios ainda encontram-se inscrições menores indicando “lugares” importantes (“Tarzan”, “Museu de Tervuren” e “Living Museum”) que, embora relacionem-se de alguma forma com os elementos principais, não estão contemplados na exposição. Para reforçar a simulação de um mapa, acrescentou-se elementos gráficos como uma rosa dos ventos e linhas tracejadas marcando coordenadas.

A ideia de dispor essas etiquetas ao longo de um rio foi inspirada na instalação artística *Árvore de Palavras*, do arquiteto e designer Rafic Farah, na exposição original do Museu da Língua Portuguesa. Na obra, uma estrutura que simulava uma árvore era composta por “raízes”, com inscrições de palavras em grego, latim, tupi e outros idiomas pátrios; “tronco”, com inscrições de palavras em português atual; e uma “copa”, que no lugar de folhas apresentava objetos nomeados pelas palavras¹⁹⁸. No entanto, como a instalação ainda indicava uma direção (das raízes para a copa ou o inverso) para dar um sentido ao olhar do público, optou-se pelo rio sem a indicação do fluxo das águas, a fim de garantir a liberdade do observador em escolher por onde começar, qual ordem seguir ou mesmo o que quer (ou não) ver.

Ao clicar em algum dos letreiros, o espectador é direcionado para uma página com o conteúdo referente ao título. Assim, ao clicar em “Fazenda Santa Eufrásia”, surgirá na tela uma notícia veiculada (em tom de denúncia) pelo *The Intercept Brasil*, em dezembro de 2016,¹⁹⁹ a respeito de como a propriedade rural no município de Vassouras-RJ, pertencente a

¹⁹⁸ MUSEU DA LINGUA PORTUGUESA, Uma viagem. *Exposição original*. Disponível em: <https://www.museudalinguaportuguesa.org.br/memoria/exposicao-principal/#Oterreo> Acesso em: 20 Jul. 2022.

¹⁹⁹ OLLIVEIRA, Cecília. Turistas podem ser escravocratas por um dia em fazenda “sem racismo”. (notícia) *The Intercept Brasil*, 6 dez. 2016. Disponível em : <https://theintercept.com/2016/12/06/turistas-podem-ser-escravocratas-por-um-dia-em-fazenda-sem-racismo/> Acesso em: 5 Jul. 2022.

uma família escravocrata no século XIX, foi transformada pela herdeira em um ponto turístico (o qual, na época da matéria, ainda fazia parte do mapa da Cultura do Rio de Janeiro, idealizado pela Secretaria de Estado de Cultura) que, mediante pagamento, permite aos visitantes a experiência de se hospedarem em um típico ambiente oitocentista – inclusive tendo como anfitriã a dona, interpretando o papel de sinhá e sendo servida por pessoas negras representando escravos.

A etiqueta “Living History” guia para um texto explicativo dos conceitos de “História Viva” e “Museus Vivos”. De acordo com a monografia *Westworld e Museus de História Viva: o passado contínuo presente*²⁰⁰, de Nicholas Braz Aguirre, aludindo a práticas que remontam, pelo menos, ao fim do século XIX, os museus de história viva (terminologia que se diferencia conforme a localidade, também se autodenominando *living history museums, living museums, open-air museums, folk museums e work museums*) são bastante tradicionais na cultura anglo-saxônica, principalmente nos Estados Unidos, Inglaterra e Austrália. De caráter multiforme, consistem em iniciativas de rerepresentar determinada época recriando-a em detalhes que envolvem edificações, veículos, culinária, utensílios, vestimentas e personagens (interpretados por atores). Com isso, tais instituições visam preservar o patrimônio cultural (material e imaterial) do período contemplado, promovendo seu diálogo com o público, o que justifica a autodenominação de museus, mas, para além disso, também objetivam articular tal diálogo mediante a experiência de “voltar no tempo”. Isso porque os visitantes têm a possibilidade de “imersão nesse passado”, interagindo com os intérpretes, se alimentando com comidas características e mesmo participando de atividades como pesca, marcenaria, panificação etc. Para isso, os objetos que formam o acervo do museu não são meramente expostos, mas utilizados para cada função dentro desta simulação da vida de outrora.

Como já referido, estas instituições têm um caráter multiforme, uma vez que cada uma opta por uma temática própria. Nesse sentido, e considerando que já na década de 1980 só os Estados Unidos contavam com mais de 800 lugares fazendo uso da “História Viva”²⁰¹, pode-se ter uma dimensão do tamanho do fenômeno. Os americanos, já em 1926, sob o patrocínio do multimilionário John D. Rockefeller, fundaram o *Colonial Williamsburg*, um museu de história viva cujo propósito é preservar de forma mais precisa possível o ano de 1775. Ainda segundo Aguirre, esse foi um marco na cultura preservacionista estadunidense, pois a antiga

²⁰⁰ AGUIRRE, Nicholas Braz. *Westworld e Museus de História Viva: o passado contínuo presente*. 2021. 73 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em museologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Porto Alegre, 2021. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/230046>. Acesso em: 6 jul. 2022.

²⁰¹ *Ibidem*. p.33.

capital do domínio inglês (Williamsburg) havia sido preterida após a independência. Logo, é possível inferir que o que motivou o erguimento desta instituição foi o desejo de resgatar um célebre passado e divulgá-lo à sociedade, sendo suas consequências – a rigor, o fomento do turismo histórico e a renovação econômica da cidade – também relevantes para o projeto. Esse impulso mostra-se bastante comum na criação dos museus-vivos.

Em 1929, foi fundado por Henry Ford o *Greenfield Village*, mirando celebrar os 300 anos de inovações tecnológicas norte-americana. O local conta com a reprodução de importantes edificações que são consideradas marcantes para a história da tecnologia, como a casa em que Henry Ford cresceu, a oficina dos irmãos Wright e o laboratório de Thomas Edison. Já em 1947, foi fundado o Plimoth Plantation, que representa a colônia inglesa de Plymouth com casas de madeira, objetos da época, hortas e animais. Os intérpretes são divididos em dois grupos, sendo o primeiro formado por atores que performam os papéis dos peregrinos e, o segundo, a tribo Wampanoag representando a si própria em um espaço separado (uma aldeia indígena) do restante dos atores.

Conforme os exemplos acima demonstram, os museus vivos são usos do passado em resposta a demandas muito específicas do presente. Os três modelos referidos, bem como uma série de outros casos, a despeito das temáticas e dos detalhes da operação que diferem de um para outro, são ferramentas de celebração nostálgica e, em boa parte das vezes, patriótica, de um certo passado, seja ele o de uma antiga capital que tenta rememorar sua época de glória, um intento capitaneado por um empresário para enaltecer os avanços tecnológicos de sua pátria – além de si mesmo – ou ainda o de uma antiga colônia que tenta idealizar a boa relação entre os peregrinos puritanos e os nativos norte-americanos.

As críticas a esse modelo de reapresentação do passado direcionam-se para a maneira como este é tratado em nome de uma *nostalgia restauradora*. De acordo com Meneses:

A primeira observação deve dirigir-se à própria noção de passado que esse museu histórico utiliza: é um passado com substância em si, capaz de ser diretamente abordado, sem outras mediações (basta haver condições materiais), reproduzível no presente, resgatável, portanto um conjunto de fatos 'reais'. Tem-se, pois, aquela convicção realista, cuja ideologia Claude Lefort duramente combateu e cuja ilusão é presumir que "fatos se produzem em data e lugar determinados e são o que são enquanto esperam vir a ser conhecidos; e ainda, que se transformam de fatos 'reais' em fatos de conhecimento quando a eles se reporta um observador que se tornou capaz de apreendê-los sem nada projetar na sua superfície das paixões que o habitam" (Lefort 1979: 256-7). O conhecimento, então, segundo o autor, "encontra seu modelo na convicção segundo a qual aquilo que foi possuía em si sua identidade" (ib.: 257). O "living museum" atualiza, quase um século depois, o ideal rankiano de História ("wie es eigentlich gewesen").²⁰²

²⁰² MENESES, *op. cit.*, p. 34.

Essa reificação do passado é alinhada a uma espetacularização, como se pela capacidade de representar teatralmente os ofícios, vestimentas, vocabulário e demais aspectos de outra época garantisse a evocação desse passado. Discutindo sobre os conceitos de autenticidade e de aura e em como se aplicariam no caso dos museus vivos, a monografia de Aguirre atenta-se para como seriam fenômenos autênticos não-auráticos. Em outras palavras, o passado representado nessa teatralização não seria o passado em si; todavia, ao ser reconhecido pelos observadores como verossímil (considerando um público que não está se apoiando em pesquisas historiográficas para avaliar a exatidão histórica), configurar-se-ia como autêntico. No entanto, por não se tratar do passado em si, e sim de uma reprodução do mesmo, caracterizar-se-ia como não-aurático. Assim, “diante desta autenticidade forjada na reprodutibilidade, os visitantes estão conscientes de que não estão presenciando um passado real e não sendo possível desmascarar, assumem como confiável a história apresentada nesses espaços museológicos.”²⁰³

Mas, se por um lado o público reconhece, até certa medida, a ficção inerente a esse modelo de exibição performática (o que não atenua, ao nível de problematização, a reificação do passado), ainda resta considerar o papel que ela exerce. Se dentre os fins sobre os quais se debruçam os museus, levar-se em conta sua prática pedagógica de propor a construção de conhecimento histórico reflexivo mediante o diálogo dos objetos musealizados (retirados de seu contexto original) e o público, pode-se supor que nos *living museums*:

O visitante capaz de "stepping back into the past" se incompatibiliza, por isso mesmo, com o conhecimento, pois se anulam as distâncias, num processo de banalização e pseudofamiliarização, que transforma o passado na mesma substância que o presente, apenas com diferenças, pois se trata de um presente anterior. É o mesmo passado do retrato de família, em que se fundem diversas gerações, cada uma com seus traços diferenciais, representando tempos distintos (anterioridades, posterioridades), mas tudo amalgamado pelo mesmo espaço da reunião. Este procedimento é profundamente antipedagógico, pois nos aprisiona no presente e, incapaz de nos fazer compreender a alteridade no que ela tem de específico, transforma esse presente no único termômetro capaz de tudo medir.²⁰⁴

A opção por um congelamento do passado, também denominada como “disneyficação da história”, diz respeito à opção dessas instituições em não deixar o tempo passar, mantendo toda a estrutura de outra época como se fosse recém construída. Nesse sentido, minimiza a possibilidade de confrontar as permanências e rupturas de passado e presente, uma vez que os

²⁰³ AGUIRRE. *op. cit.*, p.48.

²⁰⁴ MENESES, *op. cit.*, p.35.

tempos estão sobrepostos em um só. Isso reforça a falsa impressão de que a observação substitui o conhecimento, que o depoimento de um personagem de época afirmando que irá apresentar a história “como ela foi” seria tão (ou mais) pedagógico que outras formas de acessar o passado.

Somando-se esse último argumento às acima referidas motivações que originam a maior parte dessas instituições, alcança-se o terceiro ponto da crítica aos *living museums*:

Uma terceira questão diz respeito ao fato de os "living museums" se vangloriarem da introdução de temas democráticos no reduto aristocrata do museu histórico: povo e cotidiano. O povo é um conjunto de estereótipos, necessários para o funcionamento do modelo, heroicizado, idilizado como convém a pioneiros e fundadores. O cotidiano, por sua vez, é apenas uma enciclopédia de "ações típicas", atemporais, a-historicizadas, liberadas de qualquer estrutura ou sistema. Parece até que o cotidiano deixou de ser o locus de instituição e produção efetiva das relações sociais. Não há conflito, tensão, apenas "vida", que se concebe, é claro, de maneira puramente cinética: "it lives!". Ao inverso, uma exposição sobre o cotidiano seria histórica quando, além de "mostrar como se vivia", fosse capaz de explicar porque se vivia assim. Não é o caso, aqui.

Se existe um esvaziamento da função pedagógica da exposição, ela se concentra ainda mais na perda de aspectos fundamentais das relações: os conflitos. Concebendo uma sociedade onde indivíduos simulam possuir uma consciência própria que os guia a determinadas ações, mas que diferentes classes sociais (como adventícios e indígenas) não tencionam, soa, no mínimo, relevantemente inusitado.

As críticas tecidas por Meneses não condenam o modelo de teatralização adotado por essas instituições; pelo contrário, reconhecem o quanto um aprendizado a partir de um experimento sensorial pode enriquecer o conhecimento histórico. Porém, quando feito de forma irrefletida, dirimindo as reflexões que possibilitam a produção de conhecimento histórico, torna-se uma grave ilusão que é possível substituir outras didáticas por uma mera experimentação.

Em se tratando da temática da escravidão, existem experiências de aprendizado aliando a sensibilização e racionalização de formas extremamente exitosas. O projeto Passados Presentes²⁰⁵, com coordenação das historiadoras Hebe Mattos, Martha Abreu e Keila Grinberg, foi elaborado a partir do Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil, e criou aplicativos (utilizando-se de um rico banco de dados) que guiam os usuários por quatro rotas, entre si independentes, pelo Rio de Janeiro. Como o projeto é realizado em colaboração com

²⁰⁵ Para saber mais sobre o projeto, ver: <http://passadospresentes.com.br/site/Site/index.php>.

comunidades quilombolas e jongueiras, os visitantes têm a oportunidade de conhecer não só o patrimônio material, mas também o imaterial a partir de histórias, danças e outras práticas culturais preservadas por essas comunidades. Essas estações (que levam os usuários aos quilombos) nos roteiros se mesclam com outras, onde se encontram diversos lugares de memória da escravidão (patrimônios como o internacionalmente reconhecido Cais do Valongo). Nesse sentido, o conhecimento acadêmico da historiografia mescla-se com conhecimentos baseados nas memórias dessas comunidades e nas práticas de artistas e outros profissionais da cultura.²⁰⁶

Retomando o caso da fazenda Santa Eufrásia, é possível observar como a teatralização do passado escravista se assemelha muito mais aos *living museums* do que ao Passados Presentes. Isso porque, ao oferecer ao visitante a oportunidade de vivenciar o passado, o projeto turístico não se preocupou em inculcar no seu público um conhecimento histórico da época retratada. Como uma mera encenação, esvaziaram-se as tensões entre as classes sociais (senhores e escravos) e entre o passado e o presente. O hóspede pode até se incomodar ao ver-se servido por atores negros representando papéis de cativos, mas não é esse o propósito. Isso porque, passado e presente se amalgamam em um único tempo em que as relações entre senhores e cativos são harmoniosas.

Ao clicar em Zoológicos Humanos – Expo-Bruxelas, ter-se-á acesso a uma página com um pequeno artigo no modelo de verbete, explicitando o que são as Exposições Universais (com indicação do artigo *Exposições internacionais: uma abordagem historiográfica a partir da América Latina*²⁰⁷) e enfocando especificamente na Exposição Mundial de Bruxelas, ocorrida entre 10 de maio e 8 de novembro de 1897. Idealizada por Leopoldo II, a feira cumpria um papel de atrair investidores e convencer a população europeia do projeto colonialista do monarca belga em relação ao Congo. Para isso, além da tradicional estrutura que distribuía estandes para as potências exporem o que de mais avançado produziam nas ciências, artes, indústria, tecnologia, saúde etc., construiu-se uma seção colonial na cidade de Tervuren, a aproximadamente 15 quilômetros da capital Bruxelas. Nesta mostra, o Salão das Grandes Culturas (principal segmento da exibição) foi abrigado no Palácio Colonial – que, posteriormente nomeado de Palácio de Tervuren, aloja atualmente o Museu Real da África Central – com a apresentação de diversos objetos etnográficos, animais

²⁰⁶ MATOS, Hebe; GRINBERG, Keila; ABREU, Martha. Que diferença faz a perspectiva da história pública nos estudos sobre a escravidão? In: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade. *Que história pública queremos? What public history do we want?* São Paulo: Letra e Voz, 2018. p. 232.

²⁰⁷ SANJAD, Nelson. Exposições internacionais: uma abordagem historiográfica a partir da América Latina. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Vol. 24 (3). Jul-Sep, 2017

empalhados e produtos exportados pelo Congo Belga, como café, tabaco e cacau. No parque que circunda o Palácio, outras estruturas foram erigidas, com destaque para duas réplicas de aldeias congoleesas que acomodaram aproximadamente 267 nativos durante a Expo. O desfecho desse episódio foi que o verão daquele ano foi bastante frio e chuvoso, e os congoleeses expostos ao clima adoeceram, ocasionando a morte de sete indivíduos. Os cadáveres foram encaminhados para o cemitério local e enterrados na área destinada aos adúlteros e suicidas²⁰⁸. Causando uma grande controvérsia na sociedade belga, os corpos foram posteriormente transferidos para a Igreja de São João Evangelista em Tervuren, e atualmente, todo ano é organizada uma comemoração em lembrança aos sete mortos da exposição de 1897. O Museu Real da África Central, erigido a partir do sucesso da Sessão Colonial, hoje concentra os esforços no desafio de confrontar o passado racista enquanto promove novas diretrizes para democratizar o espaço e acervo a fim de promover reflexões e práticas mais humanitárias.

A prática de expor nativos, no entanto, não foi uma singularidade da ExpoBruxelas. Bastante comum desde meados do século XIX, os chamados zoológicos humanos foram reproduzidos em grandes eventos (como as Feiras Mundiais) até pelo menos 1958. A mentalidade oitocentista era atravessada pelas teorias racialistas que, baseadas na metodologia darwinista de hierarquização das espécies, impeliu antropólogos, naturalistas e outros profissionais a conceber uma classificação da humanidade a partir de critérios raciais. Refletindo sobre a temática, o biólogo Juanma Sánchez Arteaga aponta:

Durante la segunda mitad del siglo XIX, los pueblos no caucásicos fueron definidos en numerosísimas ocasiones por la biología humana más ortodoxa como variedades zoológicas inferiores en términos evolutivos. Para la poderosa corriente antropológica poligenista —que defendía la división biológica de la humanidad en un número variable de especies— podía afirmarse sin ningún problema que, de acuerdo con un análisis taxonómico riguroso, muchos de los pueblos no caucásicos se encontraban más próximos a otras especies de simios antropomorfos que al «hombre blanco». El eminente biólogo alemán Carl Vogt —quien, por cierto, pensaba que las factorías esclavistas estadounidenses podían aprovecharse para funcionar como laboratorios científicos experimentales o «criaderos zootécnicos de negros» «en las mejores condiciones para formar una raza modificada»— expresaba de forma concisa perfectamente este punto de vista en sus famosísimas “Lecciones sobre el Hombre” [...].²⁰⁹

²⁰⁸ AFRICA MUSEUM. *The human zoo of Tervuren (1897)*. Disponível em: https://www.africamuseum.be/en/discover/history_articles/the_human_zoo_of_tervuren_1897. Acesso em: 8 Jul. 2022.

²⁰⁹ ARTEAGA, Juanma Sánchez. La Antropología Física y los “zoológicos humanos”: exhibiciones de indígenas como práctica de popularización científica en el umbral del siglo XX. *Asclepio*. Revista de Historia de la Medicina y de la Ciencia, 2010, vol. LXII, nº 1, jan. - jun., p. 269-292. Disponível em: <https://asclepio.revistas.csic.es/index.php/asclepio/article/view/305/301>. Acesso em: 20 Jul. 2022.

Tais considerações – alinhadas a teorias e experimentos científicos - não apenas incultiam a existência de diferenças entre as raças, o que inferiorizava algumas em relação a outras, como chegavam ao ponto de animalizar as etnias não caucasianas. Nesse sentido, destacou-se a teoria do atavismo capitaneada pelo italiano Cesare Lombroso na formulação de sua tese do “criminoso nato”. Nela, imputava-se a determinados traços característicos de etnias não brancas um sinal de atraso evolutivo, que aproximaria o indivíduo das espécies animais (os impulsos animais seriam um dos fatores que os tornariam mais propensos a protagonizar crimes, como homicídios ou abusos sexuais). Ainda segundo Arteaga, esse processo de naturalizar a animalização de determinados indivíduos foi fundamental para concepção do formato de exibição dos zoológicos humanos. Esses expunham indivíduos em ambientes que buscavam imitar – sob a perspectiva dos construtores – o que seria seus “habitats naturais”, com fauna, flora, moradia e instrumentos. Tais exposições eram promovidas com o intuito de promover o estudo etnográfico e antropológico dessas “espécies diferentes”, além de atrair a atenção do público leigo. Para isso, os nativos eram forçados a representarem atividades supostamente cotidianas como atirar com arco e flechas, cozinhar etc. Os zoológicos humanos foram bastante populares não apenas na Expo Bruxelas de 1897, mas também em feiras mundiais e outras mostras na Inglaterra, França, Estados Unidos, Holanda, Alemanha, Suíça, Itália, Espanha, Áustria e no Brasil, quando, no ano de 1882, o então imperador Pedro II promoveu uma mostra antropológica no Museu Nacional na capital Rio de Janeiro, exibindo sete indígenas ao público.

No letreiro “Congo Belga” encontra-se um breve texto explicando a colonização do Congo pela Bélgica de Leopoldo II. Iniciada pelo explorador Henry Morton Stanley que, contratado pelo monarca belga, fundou os primeiros entrepostos comerciais no rio Congo por volta de 1878. Posteriormente, as conquistas de Leopoldo foram ratificadas na Conferência de Berlim, que instituiu a região como sua propriedade particular sob o nome de Estado Livre do Congo. A fim de garantir lucro com a exploração de *commodities* como cacau, tabaco e café, mas principalmente com o tráfico de presas de elefantes, foi aberta a empreitada para empresas privadas que usavam a mão de obra nativa, forçada a trabalhar sob severas condições sem remuneração. Para garantir a manutenção da ordem, sob o mando de Leopoldo, foi criada a *Force Publique*, um destacamento paramilitar formado por mercenários e nativos a fim de garantir a disciplina e impedir as fugas dos escravizados. Sob a tutela deste pequeno exército particular, episódios extremamente violentos (envolvendo mutilações e massacres) foram noticiados por correspondentes estrangeiros, o que corroeu a imagem de Leopoldo II ante as demais potências.

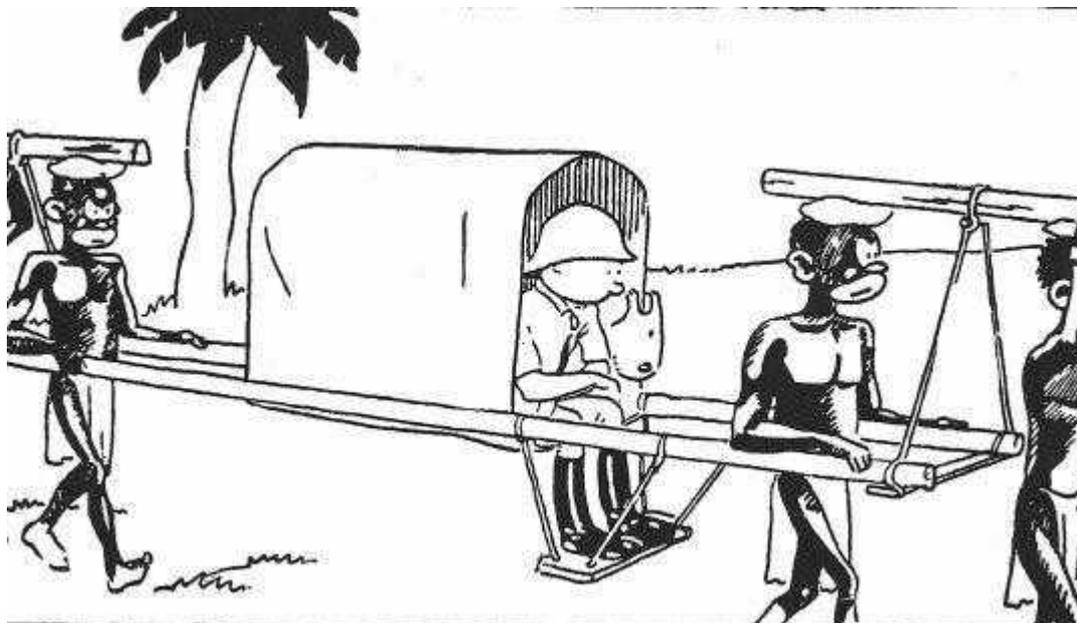
Os conteúdos de “Coração das Trevas”, “Apocalypse Now” e “Artefatos Africanos”, além de estarem relacionados com a história do Congo Belga, inter-relacionam-se. *Coração das Trevas* é um romance escrito em 1899 pelo naturalizado britânico Joseph Conrad. O autor, nascido polonês, perdeu os pais muito cedo e, sob a tutela de um tio, conseguiu mudar-se para Marselha e iniciou sua carreira como marinheiro aos 17 anos. Por volta de 1890, o então marinheiro mercante visitou a África através do rio Congo. Anos mais tarde, utilizando suas próprias experiências, bem como a de colegas de profissão, escreveu *Coração das Trevas*. Na obra, narrada em primeira pessoa, um jovem marinheiro encontra-se a bordo de uma embarcação no rio Tâmisia quando um de seus companheiros, o capitão Marlow, começa a narrar (também em primeira pessoa) sua aventura em adentrar o Congo selvagem em busca de um comerciante conhecido com Kurtz. Ao longo desta segunda narrativa, na medida em que consegue chegar aos primeiros entrepostos comerciais e, aos poucos, subir o rio rumo ao interior do continente, diversas situações colocam em risco a saúde e sanidade de Marlow e sua tripulação. A natureza é descrita como intimidadora e, ao mesmo tempo, deslumbrante. Os nativos ora são descritos como bestas selvagens sem nenhum traço de humanidade, ora são enxergados de forma empática com o narrador se colocando em seus lugares. Toda a trama convergindo para o clímax que vem a ser o encontro com o comerciante Kurtz. Considerado um clássico da literatura, principalmente por traçar paralelos entre os povos “civilizados” e os “selvagens” e entre Londres e a África como lugares “de trevas”, o romance teve várias adaptações, sendo talvez a mais reconhecida o filme *Apocalypse Now*, de Francis Ford Coppola, de 1979. Nesta releitura, o cenário é substituído pela Guerra do Vietnã, porém o cerne da trama se sustenta com o jovem capitão Benjamin L. Williard enviado em uma missão secreta subindo do sul do Vietnã até o Camboja através de um rio para encontrar o coronel Kurtz. No entanto, nesta versão, o oficial foi considerado mentalmente insano, tendo praticado diversos crimes contra seus antigos aliados e, uma vez traidor, deverá ser assassinado. O filme, classificado como um suspense psicológico de guerra, consegue captar em certa medida o clima da narrativa de Conrad, traçando paralelos entre a civilização e a barbárie em situação extrema. Já o letreiro “Artefatos Africanos” apresenta uma série de reportagens que narram acordos entre governos de antigos países colonizadores e colonizados, acertando devoluções de objetos retirados no passado. Tanto as obras artísticas como a obra de Conrad quanto tais notícias relacionam-se, guardadas as devidas especificidades (que envolvem o contexto, a autoria e as motivações), pelo caráter anticolonialista.

A etiqueta “As aventuras de Tintim no Congo” conduz para a página em que após se contextualizar a vida e obra de seu autor, Hergé, se analisa a história em quadrinhos

homônima. Georges Remi, criador do personagem, foi contratado ainda jovem pelo abade Norbert Wallez para trabalhar no renomado jornal *Le Vingtième Siècle*. Demonstrando seu talento, logo foi transferido para o *Le Petit Vingtième*, a seção infantil onde, sob encomenda do abade, foi criado o personagem do jovem detetive e seu fiel cachorro Milu. Wallez, muito mais que patrão, foi mentor de Hergé e, sob sua tutoria, foram produzidas e publicadas as primeiras histórias de Tintim. Como o tutor era um católico fervoroso e simpatizava com tendências antissemitas e anticomunistas (chegando a colaborar com os nazistas na ocupação da Bélgica, tendo sido, posteriormente, preso por isso), os primeiros quadrinhos são atravessados por tais valores. É o que se verifica na primeira história “Tintim no País dos Sovietes”, onde o jovem cartunista retrata de forma extremamente maniqueísta uma União Soviética (e sua população) carregada de estereótipos.

O segundo álbum, Tintim no Congo, leva o protagonista ao Congo Belga. No entanto, as tensões (escravização, massacres, mutilações) acima referidas não são retratadas, privilegiando-se uma perspectiva paternalista. Assim, Tintim é acolhido como um herói pelos nativos e boa parte de suas ações são no sentido de trazer melhorias da civilização para os congoleses. No enredo, vê-se o jovem repórter/detetive se tornando líder de duas tribos, solucionando desde problemas simples como a disputa por um chapéu, até medicar doentes e enfrentar tribos rivais usando seu conhecimento tecnológico avançado (em outra passagem, o protagonista assume o papel de um professor e passa lições de como os nativos devem amar sua pátria, a Bélgica). No entanto, nem todas as atitudes de Tintim remetem a melhoria da vida dos nativos, uma vez que o personagem não demonstra nenhuma preocupação com a preservação da fauna local (agressões, caçadas de antílopes, elefantes, leões, cobras, macacos e mesmo a morte de um rinoceronte). Nenhuma dessas ações é problematizada, mas retratada com humor. Soma-se a isso a forma como os congoleses são representados. Em papéis de coadjuvantes e mesmo apenas fazendo figuração, os africanos são apresentados como o povo que realmente precisa da ajuda de Tintim. Por isso, falam errado, são preguiçosos, pouco inteligentes e em grande parte das situações buscam imitar o estilo europeu de se vestir, de armar, de se locomover etc. É válido destacar que, se por um lado, Hergé é reconhecido como um dos expoentes da pioneira técnica de desenho conhecida como *ligne claire* (linha clara) – com traços simples e de espessura regular, sem criar hierarquias e profundidade nos diversos componentes do desenho –, por outro, o quadrinista reproduz a técnica de representar os negros exagerando suas características (olhos esbugalhados, lábios grossos, orelhas grandes), tão comum em desenhos da época (como os de Walt Disney e, pouco depois, Tom e Jerry, Pica-Pau) e que ficou mais famosa na prática teatral conhecida com *blackface*.

Figura 7. Cena de Tintim no Congo



Encomendado pelo abade Wallez, Tintim no Congo foi uma tentativa de popularizar entre o público jovem o projeto colonialista belga (especialmente a partir das ações dos missionários católicos). Por isso, a ideia do “fardo do homem branco”, a superioridade científico-tecnológica, a lógica paternalista principalmente nas missões católicas, dentre outros valores, perpassam a trama. Há de se levar em consideração também que Hergé, inserido no seio da sociedade belga dos anos 1930, e sem nunca ter visitado o Congo, se apoiou em pesquisas teóricas para imaginar seu cenário. A fonte consultada, uma das únicas disponíveis na época, foi o Museu de Tervuren (ainda carregado de todo o caráter racista do período Leopoldino). Anos mais tarde, o autor expôs publicamente como considerava que as primeiras histórias eram datadas e haviam envelhecido mal, chegando a reeditar Tintim no Congo, sem, no entanto, conseguir extinguir o caráter racista para não desfigurar a história.

O conteúdo do letreiro “Streaming Brasil Paralelo” é um vídeo divulgando o serviço oferecido pela empresa que, mediante uma mensalidade, disponibilizará o acesso aos filiados a diversas produções audiovisuais, incluindo, além de conteúdo próprio, outras mídias. Para anunciar que a animação “As Aventuras de Tintim” estará em seu acervo, o vídeo primeiramente denuncia que o desenho franco-belga baseado na obra de Hergé foi cancelado e deixou de ser exibido em emissoras por criticar o comunismo soviético. O referido desenho animado foi produzido pela empresa canadense Nelvana em parceria com a francesa Ellipse Programmé e exibido originalmente entre 1991 e 1992. Utilizando técnicas de animação,

adaptaram fielmente os quadrinhos originais de Hergé, distribuindo as histórias em 39 episódios de aproximadamente 25 minutos ao longo de 3 temporadas. De todos os álbuns que narram suas histórias, três não foram adaptados por nenhum episódio: *Tintim no país dos soviéticos* (1929), *Tintim no Congo* (1931) e o último trabalho de Hergé, que ficou incompleto devido a sua morte, *Tintim e arte-alfa* (lançado postumamente em 1986). Logo, o comentário feito pela Brasil Paralelo não se sustenta, na medida em que a animação gráfica não adaptou a história de Tintim na União Soviética e, conseqüentemente, não reproduziu a postura anticomunista que marcou seu primeiro álbum.

Na propaganda, além da já citada retórica sentimentalista (que se estabelece como uma assinatura de suas produções), evocando como o caráter lúdico e pedagógico do desenho influenciaram gerações, também são apresentadas supostas evidências que autorizariam sua argumentação. São estas três imagens: a manchete de uma coluna do jornal *Folha de São Paulo* (onde lê-se: “Primeiras histórias do personagem Tintim foram criticadas”)²¹⁰ – figura 8; a manchete do artigo de um site, qual seja, “As Aventuras de Tintim no Fascismo”²¹¹, acompanhado de uma imagem – figura 9; e o título “O Imperialismo e a Representação do Congo em Tintim na África”, de um artigo científico da Revista *História em Reflexão*, de autoria de Lúcio De Franciscis dos Reis Piedade Filho²¹² – figura 10.

²¹⁰ DANI, Ana. Primeiras histórias do personagem Tintim foram criticadas. *Folha de São Paulo*. 27 Dez. 2006. Ilustrada. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u67188.shtml>. Acesso em: 18 Jul. 2022.

²¹¹ LIMA, Ricardo Cunha. As aventuras de Tintim na era do fascismo. *Textolatria*. 12 Jan. 2021. Disponível em: <https://medium.com/textolatria/tintim-na-era-do-fascismo-eb060db49788#:~:text=O%20Tintim%20%E2%80%9Cneutro%E2%80%9D,forma%20de%20frear%20o%20comunismo>. Acesso em: 18 Jul. 2022.

²¹² FILHO, Lúcio De Franciscis dos Reis Piedade. O Imperialismo e a Representação do Congo em Tintim na África. *Revista História em Reflexão*. UFGD, Dourados, Vol. 2, n. 4, Jul.-Dez. 2008. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/300/260>. Acesso em: 18 Jul. 2022.

Figura 8. Reportagem da *Folha de São Paulo* em vídeo da Brasil Paralelo



Figura 9. Matéria sobre viés político em Tintim em um vídeo da Brasil Paralelo

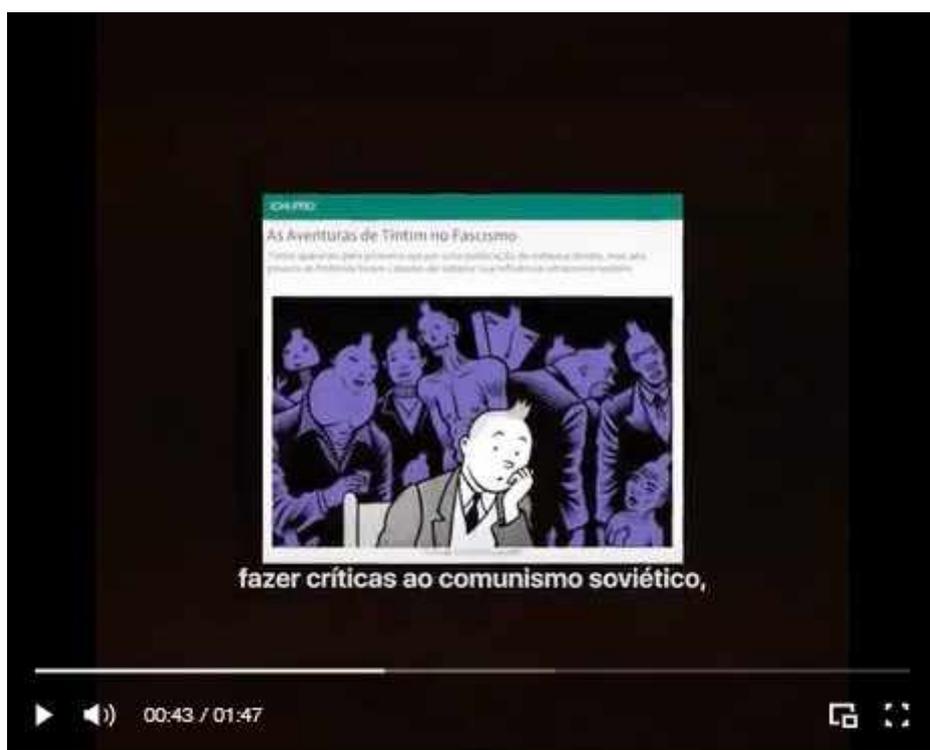


Figura 10. Título de um artigo científico sobre a representação do imperialismo e do Congo em Tintim no vídeo da Brasil Paralelo



Os três documentos exibidos de relance na curta trama construída, embora pareçam confirmar as anunciadas críticas ao personagem Tintim, demonstram em um exame mais acurado não se referir à animação, e sim às primeiras histórias em quadrinho (mais especificamente ao álbum “Tintim no Congo”, também nomeado como “Tintim na África” em algumas edições). Consultando o conteúdo dessas matérias, encontra-se na coluna da *Folha de São Paulo*, assinada pela colaboradora Ana Dani em dezembro de 2006, o relato de como o cartunista Hergé construiu as primeiras aventuras de seu personagem sob perspectivas eurocêntricas e colonialistas, chegando a ser acusado de antissemitismo por algumas publicações em um jornal colaboracionista durante a ocupação nazista na Bélgica. No entanto, conforme o artista desenvolveu-se para além dessas primeiras influências – e alcançou um status de referência para as novas gerações de cartunistas, na mesma medida em que seu personagem se universalizou – o mesmo reconheceu o caráter racista, atribuindo-o ao meio conservador em que vivia.

Já o segundo documento é um texto assinado pelo designer e professor universitário Ricardo Cunha Lima e publicado em janeiro de 2021. Mais enfático, a análise recai sobretudo nos aspectos políticos de Tintim. Citando biografias do autor, sublinha-se a forte influência de

seu mentor (e chefe do jornal em que trabalhava), o abade Norbert Wallez, que visava usar o jovem detetive para incutir valores cristãos, conservadores e anticomunistas na juventude belga. Nesse sentido, tanto a aventura “no país dos Sovietes” quanto “no Congo” teriam sido encomendadas por Wallez. Após a queda do nazismo e o afastamento do abade, Hergé ganha certa liberdade criativa, o que deixa seus enredos politicamente mais neutros e com narrativas mais complexas e profundas. Muito de sua fama internacional (o autor compara-o a Walt Disney, nos Estados Unidos, e Osamu Tezuka, no Japão) deve-se a essa segunda fase de sua trajetória. Ao fim do texto, tenta-se responder à questão “o que fazer com Tintim no Congo?”, destacando como o autor reeditou suas primeiras obras (mas não conseguiu apagar os traços racistas) e a polêmica gerada quando Mbutu Mondondo, um ativista congolês residente na Bélgica, processou a editora responsável pela distribuição da história em quadrinhos, exigindo a proibição de sua circulação pelo conteúdo racista.

Por sua vez, o artigo “O Imperialismo e a representação do Congo em Tintim na África”, de Lúcio De Franciscis dos Reis Piedade Filho, busca demonstrar como a concepção colonialista que guiou o neocolonialismo europeu durante os séculos XIX e XX (promovendo uma partilha do continente africano sob a tutela das potências industriais, dentre outros episódios) está presente na representação dos europeus e dos africanos no álbum do detetive belga. Para isso, o autor discorre sobre o advento do imperialismo, dando enfoque ao caso do Congo Belga, explorado pelo governo de Leopoldo II. Subsequentemente, analisa as representações que, em seus múltiplos aspectos (tecnologia, vestimenta, desrespeito às culturas e ao meio ambiente, paternalismo etc.), reforçam o “fardo do homem branco” tentando levar a civilização aos nativos selvagens.

Portanto, nenhum dos três documentos referidos direcionam críticas a um caráter anticomunista de Tintim – muito menos propõem o cancelamento do mesmo, logo, sua utilização como reforço do argumento principal é equivocada.

Em síntese, buscou-se explorar as múltiplas linguagens – e, conseqüentemente, as diversas possibilidades de produção de conhecimento histórico – para maximizar o potencial pedagógico e alcançar “uma sala de aula” que extrapola os limites físicos da escola. Por se tratar de uma primeira experiência com o exercício da curadoria, valemo-nos, principalmente, da metodologia que guia a elaboração de uma aula de história (e, em certa medida, de uma pesquisa acadêmica). Transformando a temática em uma pergunta (problema) – os negacionismos da escravidão são discursos validados e que impactam a sociedade? –, debruçando-nos sobre as fontes e a bibliografia e, especialmente, elaborando modos de como

narrar isso de forma didática. Nesse sentido, justifica-se a produção de alguns materiais, para além daqueles reproduzidos especificamente a título de ilustração.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme o que foi exposto nos capítulos acima, faz-se necessário tecer algumas considerações.

Apropriando-nos da Didática da História, discorreu-se sobre como existe uma demanda por orientação do passado que se expressa de diferentes maneiras em nossa sociedade. Enquanto professor de história, nota-se uma atração por diferentes aspectos do passado – bem como um consumo de materiais de naturezas múltiplas – não apenas nos alunos, mas também em colegas professores de outras áreas, amigos e familiares. Muitas vezes, chegam-nos em forma de questionamento (no sentido de dúvida ou mesmo para efeito de validação por uma “autoridade”). Disto decorre a noção de “direito à história”, no sentido que qualquer indivíduo possui o direito de evocar o passado para suprir demandas do presente (seja como guia para ações, para fins de identidade etc.).

A produção do conhecimento histórico não é um monopólio dos historiadores há tempos, o que, com os avanços das tecnologias, tem se agravado ainda mais. Os usos do passado são múltiplos, fortuitos e, por isso, complexos por si só; o que, em uma era de pós-verdade, intensifica-se por evocar o que já se passou também para reafirmar certos interesses. No entanto, é significativo como algumas destas apropriações o estão usando para corroborar causas extremamente antidemocráticas e intolerantes. Os negacionismos da escravidão afrobrasileira, embora não neguem a incidência do processo, têm forçado uma interpretação de que os eventos concernentes a ele ficaram no século XIX – não mantendo nenhuma relação com o presente. Nesse sentido, a negação está voltada para a tomada de consciência das relações históricas, o que, a rigor, reside na capacidade de percepção da passagem do tempo (considerando as rupturas e permanências), num exercício de cotejamento em que ao se descobrir o passado, também se revela aspectos do presente. Romper com esse nexos significa conceber o presente como uma realidade fixa, naturalizando-o em suas qualidades e defeitos. Assim, se existe um racismo estrutural, isso não seria um processo histórico, e sim uma realidade imutável que é dada. É, sob esse viés, que afirmamos que os negacionismos da escravidão impactam a consciência histórica da sociedade.

As fontes analisadas, embora baseiem-se em fatos e documentos históricos comprováveis, mostraram possuir diversos equívocos na maneira como tecem o enredamento. Guardadas as devidas peculiaridades, *O Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil* e *Brasil: A Última Cruzada*, a fim de sustentar tais argumentos, valem-se de diversas estratégias retóricas que apelam para o sensacionalismo e o afetivo.

O livro de Narloch buscou inspirar-se na historiografia social da escravidão (iniciada no Brasil na década de 1980) que, ao se debruçar sobre novas fontes e propor perguntas então inéditas, promoveu uma mudança na perspectiva considerando os escravizados mais como agentes históricos imbuídos de uma relativa autonomia e guiando suas ações mediante o cálculo das vicissitudes de seu contexto do que meras vítimas passivas. Voltando o olhar para o micro (episódios, indivíduos, localidades), buscava-se desvelar uma multiplicidade que escapava a generalização tão característica do macro. Sob essa nova perspectiva, diversas temáticas foram trazidas à luz (casamentos e formação de famílias de escravizados, formação de comunidades religiosas, rebeliões escravas, escravos que acionavam seus senhores judicialmente, dentre outras estratégias de resistência). Isso contribuiu sobretudo para a comunidade negra, ampliando o conhecimento sobre os antepassados e, conseqüentemente, corroborando no *direcionamento e motivação do agir*, além da *articulação da identidade histórica*. O *Guia Politicamente Incorreto*, no entanto, motivado por um contexto político²¹³ e social do qual discordava, garimpou os casos que supostamente desmentiam a narrativa acadêmica para imputá-la como politicamente enviesada. Nesse sentido, interpreta que episódios de alforriados adquirindo cativos, ou mesmo a prática do tráfico por africanos, supostamente esvaziam as estruturas de opressão e o conflito entre a classe senhorial e os escravizados. Colocado nesses termos, tais exemplos ilustrariam como a escravidão não teria sido de caráter étnico, o que inviolabiliza uma dívida histórica do presente com o passado.

A série da Brasil Paralelo, por sua vez, inspira-se em um fazer historiográfico mais antigo (típico do século XIX), que remonta as grandes narrativas que buscam dar conta de largos recortes, privilegiando-se os heróis e eventos a fim de suscitar, acima de tudo, um patriotismo. Como já destacado, nesse tipo de narrativa é inevitável a seleção do que será retratado e do que será omitido. A escravidão é inserida no enredo de *Brasil: A Última Cruzada*, mas de modo evasivo, apenas como um tópico factual. Fala-se de uma escravidão, sem falar dos escravizados. Dentro do contexto da trama, esta “quase omissão” se dá na medida que não convém aludir para como o Brasil imperial se sustentava a partir da exploração da mão de obra escrava. Portanto, também partindo de uma motivação no presente, decepção com o cenário político (e, possivelmente, com o modelo republicano),

²¹³ Em prefácio à edição comemorativa de um milhão de exemplares vendidos, Narloch escreve: “Lembre-se de que estávamos em 2010. Cotado ao Nobel da Paz, Lula batia recordes de aprovação: as avaliações de sua presidência tinham 87% de ‘ótimo’ e ‘bom’ nas pesquisas. O petismo e suas narrativas imperavam. Poucos políticos tinham coragem de dizer que não eram de esquerda e quem discordasse não costumava ser tratado com seriedade na imprensa. Isso só mudou em 2015, com os protestos pelo impeachment da Dilma. Mas havia um grupo pequeno e crescente de pessoas cansadas do jargão politicamente correto das universidades e da narrativa que atribuía todo o mal do mundo aos ricos e poderosos. Foi uma onda na qual este livro surfou e ajudou a fortalecer”. In: NARLOCH, Leandro. *Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil*. Globo Livros, 2020.

buscou-se no passado a reabilitação da instituição Império. Por se tratar de uma projeção idealizada (ou uma *nostalgia restauradora*), não comporta tais críticas.

Assim, embora ambas não tenham chegado a extremos de negar a factualidade da escravidão, pelas motivações (implícitas e explícitas) podemos perceber que os equívocos carregam intenções, se tratam, portanto, mais de mentiras do que erros. Logo, como obras com largo alcance, é possível inferir que contribuem muito para a disseminação de negacionismos no debate público.

Mediante essa conjuntura, cabe a pergunta: perante isto, o que se pode fazer?

No artigo *O Direito à história: o(a) historiador(a) como curador(a) de uma experiência histórica socialmente distribuída*²¹⁴, Valdeci Araújo – refletindo sobre como todos temos direito de nos orientarmos a partir das demandas do presente, evocando aspectos do passado – sugere que a historiografia pode ampliar o horizonte do seu papel de fornecer ao público diretrizes a partir de uma interpretação privilegiada dos historiadores. Segundo o autor, a ciência especializada pode ser também um lugar “de acolhimento, amplificação e crítica das mais diversas apresentações históricas produzidas pelos atores sociais”²¹⁵. Nesse sentido, reitera-se que a existência de narrativas históricas diversas entre o público (escolar e geral) – incluindo os negacionismos sobre a escravidão – é sintoma de uma carência de orientação que não é totalmente resolvida pela historiografia acadêmica e escolar. Portanto, novas abordagens para alcançar esse público podem abrir caminhos para se estabelecer um estreitamento dessa relação – o que convém ser uma via de mão dupla. Em suma,

[...] o papel da historiografia não se encerraria no estabelecimento de uma verdade factual, mas passaria pela compreensão dos modos de funcionamento dessas complexas comunidades de "memória em rede" (PEREIRA, 2015: 874). A crítica histórico-factual por si só não seria capaz de refutar o discurso revisionista-negacionista, colocando-se para o historiador os desafios de compreender, mediar e (des)qualificar os movimentos táticos e estratégicos dessas comunidades de memória em conflito, além do imperativo ético de se colocar ao lado da luta por reparação e justiça.²¹⁶

Depreende-se disso (guardadas as especificidades do contexto em que o autor produz tal apontamento) que o exercício da curadoria faz-se necessário não só por parte do historiador-pesquisador, mas também do historiador-professor. Primeiramente porque os discursos negacionistas acerca da escravidão, ao contrário do que ocorria com o holocausto há

²¹⁴ ARAÚJO, Valdeci Lopes de. O Direito à história: o(a) historiador(a) como curador(a) de uma experiência histórica socialmente distribuída. In GUIMARÃES, Gêssica; BRUNO, Leonardo; PEREZ, Rodrigo. *Conversas sobre o Brasil: ensaios de crítica histórica*. Rio de Janeiro: Autografia, 2017, pp. 191-216.

²¹⁵ *Ibidem*, p. 192.

²¹⁶ *Ibidem*, p. 200.

algumas décadas, ainda não são tão explícitos (entremeando-se em fatos históricos e narrativas historiográficas), além de pouco mapeados pela literatura – e, portanto, de difícil identificação. Coletar narrativas do público é uma estratégia que pode corroborar na identificação e catalogação dos principais falseamentos acerca do passado escravista. Em segundo lugar, ouvir atentamente e acolher as narrativas também pode ser uma ferramenta para alavancar o “letramento histórico” (para me apropriar do termo utilizado por Sônia Wanderley).

Tendo em conta essas reflexões acerca da curadoria, parte da missão institucional do Museu dos Negacionismos é conscientizar o público para como é produzido o conhecimento histórico a partir da historiografia e, ao mesmo tempo, ocupar espaços. Para isso, a atual exposição virtual busca trazer narrativas diferentes acerca da escravidão – com argumentos produzidos por não-especialistas, tanto profissionais (jornalistas, empresas de audiovisual) quanto amadores, que agenciam o passado para legitimar pré-concepções ideologicamente enviesadas no presente; mas também de trabalhos acadêmicos chancelados pelos pares, produções artísticas etc. Para além disso, visa-se comunicar aos visitantes aspectos do ofício do historiador, mostrando a importância da crítica no tratamento das fontes, a indicação das mesmas, a consideração da conjuntura de uma época na análise de um caso específico, dentre outros. Desta forma, trazendo ao conhecimento os “não-ditos” da produção do conhecimento, acredita-se estar estimulando o usuário a compreender o processo e a validar o resultado – cabendo ao próprio público (des)qualificar as narrativas. É, desta forma, uma história “para” o público.

O objetivo de ocupar espaços refere-se às maneiras como se acessa a história. Reconhece-se o sucesso mercadológico de experiências como as produções de Narloch e Brasil Paralelo pelo largo alcance que ocorre como consequência da superação dos modelos tradicionais de transmissão do conhecimento histórico (sala de aula e livros de história)²¹⁷.

²¹⁷ Tem-se em conta que: “Pensar uma nova estratégia de comunicação, circulação e democratização do direito à história não passa apenas ou sobretudo pela reivindicação de que o historiador deveria escrever melhor, mais literariamente, seja lá o que isso signifique. Muitas vezes é apenas a consolidação de preconceitos linguísticos vindos de uma época em que o auditório privilegiado do historiador era formado pelas elites letradas. Trata-se, na verdade, de compreender os regimes de autonomia que organizam a circulação dos discursos em nosso mundo e atuar em todas as suas dimensões. Ao lado do historiador-pesquisador e do historiador-docente estamos vendo emergir o historiador-curador, para isso precisamos reestruturar nossos cursos, em particular nossos bacharelados, hoje limitados pela tarefa de reproduzir quadros para a universidade e a pesquisa. Precisamos transformar nossas graduações, criar instrumentos institucionais como laboratórios de audiovisual, ampliar os produtos nos quais se espera que um historiador possa se comunicar, redefinir os currículos de modo que possam atingir um novo universo de competências, aproximar o campo de áreas como a comunicação, a antropologia e as ciências da informação. Talvez, explorando a dimensão curatorial do trabalho do historiador, poderemos enfrentar mais decididamente a extensão universitária, que tem sido apontada por autores como Rodrigo Perez, da UFBA, como uma das respostas na busca de uma epistemologia para tempos de golpe e desmonte da

Nesse sentido, destacam-se os recentes esforços para transpor tais limites alcançando o público por abordagens mais populares²¹⁸. O Museu dos Negacionismos pretende-se parte dessa empreitada (inclusive, na medida do possível, trabalhando em rede com indicações a outros projetos de divulgação de conhecimento histórico).

Atentando-se para as possibilidades futuras, já se planeja incrementar o projeto com algumas atualizações. A, já citada, catalogação dos negacionismos da escravidão é uma pretensão que será perseguida pela relevância social e científica que representa. Ademais, projeta-se também abarcar mais a dimensão da história “sobre” e “com” o público. Para isso, será necessário formular estratégias que estimulem os visitantes do museu a compartilharem suas próprias narrativas sobre a escravidão, tanto de conhecimentos prévios quanto adquiridos a partir da exposição. Com isso, espera-se obter informações de quais são os principais veículos do negacionismo da escravidão, quais são os que mais se repetem (corroborando na catalogação/construção de um acervo próprio), qual o alcance do presente projeto, quais as principais questões que se põem à temática.

Em suma, parafraseando Michel de Certeau em *A operação historiográfica*, enquanto a escrita da presente pesquisa precisa ter um fim, o projeto dele decursivo ainda encontra-se ao nível do protótipo, e deve se desenvolver mediante a evolução da pesquisa e o surgimento de novos resultados a partir de sua implementação. Mas, acima de tudo, tal como os negacionismos (não só os que se referem à escravidão), que constroem-se em uma rede colaborativa, o Museu dos Negacionismos, longe de pretender monopolizar a temática (tarefa que além de improdutiva, seria impossível), visa fomentar a colaboração com outros projetos e, principalmente, a multiplicação de novas iniciativas.

Acerca disso, é válido lembrar a palestra de abertura do I Seminário Permanente de Ensino e Pesquisa do ProfHistória²¹⁹, ministrada por Luis Fernando Cerri que, ao citar a filósofa húngara Agnes Heller, apontou como ela concebia a morte como uma situação-limite na percepção de uma consciência histórica, na medida em que o ser humano (que gradativamente vai adquirindo racionalidade e passando a viver em organizações sociais) consegue divisar um tempo coletivo onde pessoas que estavam aqui não estão mais, e um

democracia. Ao destacar essas três vocações do trabalho do historiador, nossa intenção não é produzir qualquer tipo de isolamento. No limite, as habilidades em jogo nas três áreas são muito parecidas, deslocando-se apenas as ênfases.” *Ibidem*, p.212.

²¹⁸ Projetos como o Observatório do Negacionismo; os podcasts vinculados ao Leitura ObrigaHistória e à Prof. Anelise; o projeto Passados Presentes; os materiais virtuais – como lives e podcasts – produzidos pela Anpuh; o podcast do ProfHistória (Profcast); canais no YouTube como o de Lilia Schwarcz etc.

²¹⁹ CERRI, Luis Fernando. *Palestra de Abertura do I Seminário Permanente de Ensino e Pesquisa do ProfHistória* UFU. Uberlândia: out. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LvSK8wDwNt0&t=1952s> . Acesso em: 28 jul. 2022.

tempo que o próprio indivíduo ainda não estava (ou deixará de estar). Nesse raciocínio, a filósofa evoca a metáfora do plantio das oliveiras, cuja colheita extrapolava a expectativa de vida do adulto que a plantara. No entanto, o ser humano não deixou de plantá-las ainda que não fosse estar vivo para colhê-las. Parafraseando a alegoria, qualquer projeto de produção e ensino de história – e aqui incluo o Museu dos Negacionismos da escravidão – pode ser tomado como uma semente de oliveira, uma vez que não nos é possível acompanhar o amadurecimento do que ensinamos. No entanto, mais do que um exercício de *crer*, o que sustenta tal iniciativa é *contribuir* para um horizonte mais democrático.

FONTES

BRASIL PARALELO. Capítulo 1 - A Cruz e a Espada | *Brasil - A Última Cruzada*. Youtube, 20 Set. 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=TkOlAKE7xqY&t=591s>>.

BRASIL PARALELO. Capítulo 2 - A Vila Rica | *Brasil - A Última Cruzada*. Youtube, 18 Out. 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=syViHH8IBVg&t=2321s>>.

BRASIL PARALELO. Capítulo 5 - O Último Reinado | *Brasil - A Última Cruzada*. Youtube, 22 Mar. 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=J8hnQcNyoXU&t=3496s>>.

NARLOCH, Leandro. *Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil*. 1 ed. São Paulo: Editora Leya, 2009.

NARLOCH, Leandro. *Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil*. Globo Livros, 2020.

REFERÊNCIAS

- AFRICA MUSEUM. The human zoo of Tervuren (1897). Disponível em: https://www.africamuseum.be/en/discover/history_articles/the_human_zoo_of_tervuren_1897. Acesso em: 8 Jul. 2022.
- AGUIRRE, Nicholas Braz. *Westworld e Museus de História Viva: o passado contínuo presente*. 2021. 73 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em museologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Porto Alegre, 2021. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/230046>. Acesso em: 6 jul. 2022.
- ALMEIDA, Juniele Rabêlo; MENESES, Sônia (org.). *História Pública em Debate: patrimônio, educação e mediações do passado*. São Paulo: Letra e Voz, 2018.
- ANDRADE, Érico. A opacidade do Iluminismo: o racismo na filosofia moderna. In: *Kriterion*. v.58. n.137. mai.–ago. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0100-512X2017n13704ea>. Acesso em: 30 jul. 2022. <https://doi.org/10.1590/0100-512x2017n13704ea>
- ARAÚJO, Valdei Lopes de. O Direito à história: o(a) historiador(a) como curador(a) de uma experiência histórica socialmente distribuída. In GUIMARÃES, Gêssica; BRUNO, Leonardo; PEREZ, Rodrigo. *Conversas sobre o Brasil: ensaios de crítica histórica*. Rio de Janeiro: Autografia, 2017, pp. 191-216.
- AREND, Silvia Maria Fávero; MACEDO, Fábio. *Sobre a História do Tempo Presente: entrevista com o historiador Henry Rousso*. Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 201– 216, jan./jun. 2009.
- ARTEAGA, Juanma Sánchez. La Antropología Física y los “zoológicos humanos”: exhibiciones de indígenas como práctica de popularización científica en el umbral del siglo XX. *Asclepio. Revista de Historia de la Medicina y de la Ciencia*, 2010, vol. LXII, nº 1, jan. - jun., p. 269-292. Disponível em: <https://asclepio.revistas.csic.es/index.php/asclepio/article/view/305/301>. Acesso em: 20 Jul. 2022. <https://doi.org/10.3989/asclepio.2010.v62.i1.305>
- AVELAR, Alexandre de Sá; BEVERNAGE, Berber; VALIM, Patrícia. Negacionismo: história, historiografia e perspectivas de pesquisa. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 41, n. 87, p. 13-36, jul. 2021. <https://doi.org/10.1590/1806-93472021v42n87-03>
- BAUER, Caroline S. *Qual o papel da história pública frente ao revisionismo histórico?* In: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (orgs). *Que história pública queremos? What public history do we want?*. São Paulo (SP): Letra e Voz, 2018.
- BETHELL, Leslie. *A abolição do tráfico de escravos no Brasil - A Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do tráfico de escravos, 1807-1869*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1976. 406 p.
- BOYM, Svetlana. Mal estar na nostalgia. *História da Historiografia, Ouro Preto*, n. 23. p.153-165. Abr. 2017. <https://doi.org/10.15848/hh.v0i23.1236>

BRASIL, Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012. Regulamenta a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Diário Oficial da União, Brasília, DF. 15 out. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7824.htm Acesso em: 15 Mai. 2022.

BRASIL, Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014. Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. Diário Oficial da União, Brasília, DF. 10 jun. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L12990.htm Acesso em: 15 Mai. 2022.

CARVALHO, Daniel Gomes de. *A Revolução Francesa dos historiadores: os trabalhos que formaram o nosso conhecimento sobre o tema* (Artigo). In: Café História – história feita com cliques. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/historiografia-da-revolucao-francesa/>. Publicado em: 6 out. 2019.

CASTAN, S. E. *Holocausto - judeu ou alemão?: nos bastidores da mentira do século*. 7. ed. Porto Alegre: Revisão, 1987.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. Tradução: Roneide Venâncio Majer. 6ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, Manuel. *Galáxia da Internet: reflexões sobre a Internet, negócios e a sociedade*. Tradução: Maria Luiza X. de A. Borges. Zahar, 2001.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da história*. Trad. de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARNY, Israel W. (Ed.). *Genocide, a Critical Bibliographic Review*. London: Mansell, 1992.

CROCKER III, H.W., et. al. *The Politically Incorrect Guide* (coleção). Regnery Publishing: Washington/EUA, 2004-2021.

CUNHA, Marcelo Durão Rodrigues da. *A representação histórica no debate entre Carlo Ginzburg e Hayden White*. Revista Sinais. Vitória. n.15, p. 16-33. jun. 2014.

DANI, Ana. Primeiras histórias do personagem Tintim foram criticadas. Folha de São Paulo. 27 Dez. 2006. Ilustrada. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u67188.shtml>. Acesso em: 18 Jul. 2022.

DANZIGER, Leila. Shoah ou Holocausto: a aporia dos nomes. Revista Digital de Estudos Judaicos da UFMG. Belo Horizonte, v. 1, n. 1, out. 2007. <https://doi.org/10.17851/1982-3053.1.1.50-58>

DERRIDA, Jacques. História da mentira: prolegômenos. Territórios da Filosofia. Disponível em: <https://territoriosdefilosofia.wordpress.com/2014/06/08/354/>. Acesso em: 30 Jul. 2022.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François (ed.). Conceitos-chave de museologia.

Tradução: Bruno Brulon Soares; Marília Xavier Cury. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: Pinacoteca do Estado de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 2013.

ESCOSTEGUY FILHO, João Carlos. Batalhas públicas pela história nas redes sociais: articulações para uma educação histórica em direitos humanos. *Revista História Hoje*, v. 8, nº 15, 2019. p. 51. <https://doi.org/10.20949/rhhj.v8i15.531>

FILHO, Lúcio De Franciscis dos Reis Piedade. O Imperialismo e a Representação do Congo em Tintim na África. *Revista História em Reflexão*. UFGD, Dourados, Vol. 2, n. 4, Jul.-Dez. 2008. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/300/260>. Acesso em: 18 Jul. 2022.

FLORENTINO, Manolo. *Em Costas Negras – uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro – séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FRAGA, Gilberto Oliveira. Entre charges e capas: Os aspectos da profissão de capista através do trabalho de Gilmar Fraga, ilustrador do jornal Zero Hora. *Revista Arco* (site). Santa Maria/RS: UFSM, Abr. 2016. Disponível em: <<https://www.ufsm.br/midias/arco/post109/>>. Acesso em 02 Nov. 2021.

FRINKIELKRAUT, Alain. *The Future of a Negation: reflections on the question of genocide*. Translated by Mary Byrd Kelly. Nebraska: University of Nebraska Press, 1998.

GAZANA, Cleber. *Glitch Art: uso do erro digital como procedimento artístico e possibilidade estética*. Orientador: Prof. Dr. Milton Terumitsu Sogabe. Dissertação (Mestrado em Artes). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São Paulo, 2016.

GINZBURG, Carlo. O Extermínio dos Judeus e o Princípio da Realidade. In: MALERBA, Jurandir (org.). *A História Escrita: teoria e a história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 211-233.

GRINBERG, Keila. O mundo não é dos espertos: história pública, passados sensíveis, injustiças históricas. In: *História da Historiografia*. v. 12., n. 31. set.- dez. 2019. p. 145-176. <https://doi.org/10.15848/hh.v12i31.1491>

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Escrita da história e ensino de história: Tensões e paradoxos*. In: ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo; GONTIJO, Rebeca (orgs.). *A escrita da história escolar: Memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

HERMETO, Miriam. Prefácio – Por mais sede de história. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo; MENESES, Sônia (org.). *História Pública em Debate: patrimônio, educação e mediações do passado*. São Paulo: Letra e Voz, 2018, p.8.

HOBBSAWM, Eric J. *Sobre História: Ensaio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

JESUS, Carlos Gustavo Nóbrega de. *Anti-semitismo e nacionalismo, negacionismo e memória: Revisão Editora e as estratégias da intolerância (1987-2003)*. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, D.

(Org.). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Trad. de Wilma Patrícia Maas. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, Ed. Puc-Rio, 2006.

LARA, Silvia Hunold. Os documentos textuais e as fontes do conhecimento histórico. Anos 90. Porto Alegre, v. 15, n. 28, p.17-39, dez. 2008. <https://doi.org/10.22456/1983-201X.7953>

LEYA, Editora. *Biografia: Leandro Narloch*. Disponível em: <http://www.leya.com.br/autor/leandro-narloch/>.

LIMA, Ricardo Cunha. As aventuras de Tintim na era do fascismo. Textolatria. 12 Jan. 2021. Disponível em: <https://medium.com/textolatria/tintim-na-era-do-fascismo-eb060db49788#:~:text=O%20Tintim%20%E2%80%9Cneutro%E2%80%9D,forma%20de%20ofrear%20o%20comunismo>. Acesso em: 18 Jul. 2022.

MALERBA, J. Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a História?: uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre Public History. História da Historiografia. Ouro Preto. v. 7, n. 15, p. 27-50, 8 maio 2014. <https://doi.org/10.15848/hh.v0i15.692>

MALERBA, Jurandir (org.). *A História Escrita: teoria e a história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006.

MAMIGONIAN, Beatriz. *Africanos Livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

MARTINS, Estevão de Rezende. As matrizes do pensamento histórico em Jörn Rüsen. In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; MARTINS, Estevão de Rezende (orgs.). *Jörn Rüsen: contribuições para uma Teoria da Didática da História*. Curitiba: W. A. Editores, 2016, p. 100-110.

MATOS, Hebe; GRINBERG, Keila; ABREU, Martha. Que diferença faz a perspectiva da história pública nos estudos sobre a escravidão? In: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade. *Que história pública queremos? What public history do we want?*. São Paulo: Letra e Voz, 2018.

MELO, Demian Bezerra de. Revisão e revisionismo historiográfico: os embates sobre o passado e as disputas políticas contemporâneas. *Marx e o Marxismo*. v.1, n.1, jul/dez 2013.

MENESES, Sônia. Livros, Leitores e Internautas: os guias da história e os embates pelo passado através da mídia. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; MENESES, Sônia. *História Pública em Debate: patrimônio, educação e mediações do passado*. São Paulo: Letra e Voz, 2018. p.159-184.

MENESES, Sônia. Uma história ensinada a Homer Simpson: negacionismos e os usos abusivos do passado em tempos de pós-verdade. Revista História Hoje, vol.8, n.15. jun. 2019. <https://doi.org/10.20949/rhhj.v8i15.522>

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. Anais do Museu Paulista, v.2, n.1, 1994, p. 9-41. <https://doi.org/10.1590/S0101-47141994000100002>

MORAES, Luis Edmundo de Souza. O Negacionismo e o problema da legitimidade da escrita sobre o Passado. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. ANPUH: São Paulo, 2011.

MUSEU DA LINGUA PORTUGUESA, Uma viagem. Exposição original. Disponível em: <https://www.museudalinguaportuguesa.org.br/memoria/exposicao-principal/#0terreo> Acesso em: 20 Jul. 2022.

MUSEU DOS MEMES. Política de Licenciamento e Propriedade Intelectual. Disponível em: <https://museudememes.com.br/politica-de-licenciamento-e-propriedade-intelectual>. Acesso em: 25 Jul. 2022.

NICOLAZZI, Fernando. O historiador e seus públicos: regimes historiográficos, recepção da história e história pública. *Revista História Hoje*. Vol. 8. n° 15. p. 203-222. jun. 2019. <https://doi.org/10.20949/rhhj.v8i15.525>

NICOLAZZI, Fernando. O século XIX redivivo: usos do passado e disputas no presente nas histórias da Brasil Paralelo. Youtube, 12 Jun. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Ny-V3pR5DhQ&list=LL&index=324&t=94s>.

O PRIMEIRO MENTIROSO. Direção: Ricky Gervais, Matthew Robinson. Produção de: Lynda Obst Productions. Estados Unidos: Warner Bros., 2009. Disponível em: https://www.primevideo.com/dp/amzn1.dv.gti.3aac5f17-9768-2f18-9a88-b9a06b8c16ee?autoplay=1&ref_=atv_cf_strg_wb

OLIVEIRA, Marcus Vinicius Furtado da Silva. Gramsci no jardim das aflições. *Anais do VIII Encontro de Pesquisa em História da UFMG*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, 2019. p. 108-118.

OLIVEIRA, Rodrigo Perez. O negacionismo histórico de Leandro Narloch. Disponível em: <https://jornalistaslivres.org/o-negacionismo-historico-de-leandro-narloch/>.

OLLIVEIRA, Cecília. Turistas podem ser escravocratas por um dia em fazenda “sem racismo”. (notícia) *The Intercept Brasil*, 6 dez. 2016. Disponível em: <https://theintercept.com/2016/12/06/turistas-podem-ser-escravocratas-por-um-dia-em-fazenda-sem-racismo/> Acesso em: 5 Jul. 2022.

ORESQUES, Naomi; CONWAY, Erik M. *Mercaderes de la duda: cómo un puñado de científicos ocultaron la verdad sobre el calentamiento global*. Tradução: José Manuel Álvarez-Flórez. Madrid: Capitán Swing Libros, 2020.

OXFORD LANGUAGES. Word of the year 2016. Disponível em: <https://languages.oup.com/word-of-the-year/2016/#:~:text=After%20much%20discussion%2C%20debate%2C%20and,to%20emotion%20and%20personal%20belief>. Acesso em: 30 Jul. 2022.

PAULO, Diego Martins Dória. Os Mitos da Brasil Paralelo. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/os-mitos-da-brasil-paralelo/>

PENNA, Fernando de Araújo; FERREIRA, Rodrigo de Almeida. O trabalho intelectual do professor de História e a construção da educação democrática: Práticas de história pública

frente à Base Nacional Comum Curricular e ao Escola Sem Partido. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo; MENESES, Sônia (org.). *História Pública em Debate: patrimônio, educação e mediações do passado*. São Paulo: Letra e Voz, 2018.

POULOT, Dominique. *Museu e Museologia*. Tradução: Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

RANKE, Leopold von. O conceito de História Universal. In: MARTINS, Estevão Rezende de (org.). *A História Pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX*. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2010.

REDAÇÃO BRASIL PARALELO. *A Brasil Paralelo é uma farsa? A descrição na Wikipédia diz que sim*. Disponível em: <<https://www.brasilparalelo.com.br/artigos/brasil-paralelo>>.

ROUSSO, Henry. *A Última Catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo*. COELHO, Fernando; COELHO, Fabrício [trad.]. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

RÜSEN, Jörn. *Humanismo e didática da história*. Curitiba: W.A. Editores, 2015.

SALDAÑA, Paulo. TV ligada ao MEC vai exibir série sobre história com visão de direita. *Folha de São Paulo*. 9 Dez. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/12/tv-ligada-ao-mec-vai-exibir-serie-sobre-de-historia-com-visao-de-direita.shtml>>

SALLES, Ricardo. *Nostalgia Imperial: escravidão e formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ponteio, 2013.

SANJAD, Nelson. Exposições internacionais: uma abordagem historiográfica a partir da América Latina. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Vol. 24 (3). Jul. – Set. 2017. <https://doi.org/10.1590/s0104-59702017000300013>

SAYURI, Juliana. Justiça Paralela: Brasil Paralelo lança ofensiva judicial para calar críticos e reescrever própria história. *The Intercept Brasil*. dez. 2021. Disponível em: <https://theintercept.com/2021/12/09/brasil-paralelo-lanca-ofensiva-judicial-para-calar-criticos-e-reescrever-a-propria-historia/>. Acesso em: 02 ago. 2022.

SIQUEIRA, Francisca Pereira. Abolicionismo inglês e francês (1787 – 1833) em perspectiva comparada. In: *Revista de História Comparada*. Rio de Janeiro, v.12, n.2, p.35-64, 2018.

SORRILHA, Marcos P. O lado sombrio de Thomas Jefferson: formação jurídica, direitos naturais e jus positivismo (1760-1779). In: *Tempo*. v.26. n.2. mai.–ago. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/TEM-1980-542X2020v260203>. Acesso em: 30 jul. 2022. <https://doi.org/10.1590/tem-1980-542x2020v260203>

TURIN, Rodrigo. Uma nobre, difícil e útil empresa: o ethos do historiador oitocentista. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, Ouro Preto, v. 2, n. 2, p. 12–28, 2009. Disponível em: <<https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/4>>. Acesso em: 16 nov. 2021. <https://doi.org/10.15848/hh.v0i2.4>

UPCHURCH, Charles. Class divide: when students resist material for ideological reasons, start from where they are. *Perspectives on History: The News magazine of the American*

Historical Association, 2017. Disponível em: <https://www.historians.org/publications-and-directories/perspectives-on-history/march-2017/class-divide-when-students-resist-material-for-ideological-reasons-start-from-where-they-are>. Acesso em: 24 Jul. 2022.

VENÂNCIO, Renato Pinto. O Incorreto no “Guia politicamente incorreto da história do Brasil”. HH Magazine: humanidades em rede (artigo). Nov. 2018. Disponível em: <https://hmagazine.com.br/o-incorreto-no-guia-politicamente-incorreto-da-historia-do-brasil/>.

VIDAL-NAQUET, Pierre. Assassinos da Memória: um Eichmann de papel e outros ensaios sobre revisionismo. Trad. APPENZELLER, Marina. Campinas: Papirus, 1988.

VIGANÓ, Darly. O Leito de Procusto. Associação Paulista do Ministério Público. (site) Mar. 2018 Disponível em: [https://www.apmp.com.br uploads 2018/03](https://www.apmp.com.br/uploads/2018/03).

VILLEN, Gabriela. ‘Glitch art’, da subversão ao consumo: pesquisa analisa vertente artística, do início transgressor até sua incorporação pela indústria cultural. Jornal da Unicamp. Jul. 2017. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/index.php/ju/noticias/2017/07/24/glitch-art-da-subversao-ao-consumo>. Acesso em: 17 Mai. 2022.

WANDERLEY, Sônia. Didática da História Escolar: um debate sobre o caráter público da história ensinada. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo; MENESES, Sônia (org.). História Pública em Debate: patrimônio, educação e mediações do passado. São Paulo: Letra e Voz, 2018.

WHITE, Hayden. Enredo e verdade na escrita da história. In: MALERBA, Jurandir (org.). A História Escrita: teoria e a história da historiografia. São Paulo: Contexto, 2006. p. 191-211.